

# **JOSÉ CORIOLANO**

Prosa Completa  
e  
VI Poesias inéditas

# JOSÉ CORIOLANO

Prosa Completa  
e  
VI Poesias inéditas

**Organização de Saulo Barreto Lima**



# NOTA INTRODUTÓRIA

Mais um passo dado, ainda que bastante curto, com vistas a resgatar a obra desse fundamental poeta esquecido para a Literatura Brasileira e Universal, como tantos outros e outras pelo mundo afora. Falamos aqui do poeta José Coriolano (1829 - 1869).

Avançamos na certeza ainda que, falta muito trabalho no sentido de conscientizar de leitores, militantes e agentes legitimadores com vistas a criar um público receptor na intenção de sustentar a memória e o legado de vultos como ele, que estão a um passo do abismo do ostracismo irreversível.

Não só Homero, Hesíodo, Dante, Camões, Shakespeare, Cervantes, Machado de Assis merecem nossa atenção e admiração - que diga-se de passagem, por méritos pessoais dos mesmos, estão muito bem cuidados e preservados pelo cânone do pensamento universal – mas sim inúmeros outros. Louvemos, pois, pela vidas dos clássicos também! Ora, porque não!

Mas e quanto aos outros que escreveram tão bem quanto? Sou defensor de que – diferente da nossa linda sociedade - não se deve existir privilégios, hierarquia, regalias e escala de valoração no campo da literatura. Todos são importantes! Toda escrita é importante! Todos estão em pé de igualdade e merecem serem lidos, admirados e preservados de igual forma. Não é assim?

O resultado desse livro, podemos dizer que foi um típico “trabalho de formiguinha”, além de um exemplar ato utópico, num deserto de cegos onde pessoas como o referido são cada vez menos procuradas e admiradas. Quando tomei ciência da sua existência, tomando contato com a sua peculiar obra poética, me vi submerso diante de um mundo mágico, daque-

les que vislumbramos quando lemos os versos pintados pelos mais nobres poetas que visitaram este mundo.

Então, diante, de seu abandono e da sua indiscutível qualidade, resolvi adotar o poeta. Estou fazendo as vezes dele aqui nesta era, embora tenha morrido há tempos. Diria que, Coriolano, portanto, está reencarnado, em partes, em mim. Sim, hoje Coriolano vive em mim. Aleluia! Sou hoje um embaixador seu aqui no planeta terra, do qual o mesmo teve a oportunidade de aterrissar, embora de maneira muita efêmera (40 anos somente) lhe dando voz, o que faz dele, por este e muitos outros motivos, também um “imortal”.

Depois de algumas tímidas empreitadas positivas no resgate de sua obra poética, faltava finalmente reparar um hiato, uma lacuna importantíssima qual seja: resgatar a sua curta, mas instigante prosa. Todos aqueles que estudam a sua biografia sabiam os títulos delas, mas não o conteúdo em seu integral teor. Como leio mais prosa que verso, fiz questão de buscar pistas e cavoucar todos recursos disponíveis ao meu alcance com vistas a resgatar esses escritos.

Uma ferramenta que facilitou muitíssimo esse resgate, foi a Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, disponível na internet, onde tal plataforma virtual - que congrega impressos antigos das mais diversas ordens – permitiu-nos uma busca nominal nesse grande arquivo disponibilizado de forma gratuita ao domínio público. Essa foi a nossa maior aliada nesse resgate. Lá, estão congregados jornais, cartas, impressos, documentos e revistas antigas de que se tem notícia em todo Brasil.

Muitos desses textos, portanto, foram extraídos de impressos como os extintos: *Ateneu Pernambucano*, *Ensaio Filosófico*, *Revista Acadêmica*, *Arena*, *Íris*, etc. A busca nominal do assunto de interesse do pesquisador somados aos recursos de cópia dos textos, também, facilitaram muito; haja vista não se ter a necessidade de digitar tudo novamente em *word*,

e sim somente realizar alguns breves ajustes de formatação consoantes as exigências editoriais dos impressos de hoje.

Neste livro, portanto, Excelentíssimos Leitores e Leitoras, estão presentes a habilidade do poeta José Coriolano na arte da prosa. Verás que o mesmo abordou um caleidoscópio de temas; algumas críticas, contos, impressões de assuntos de seu tempo, todos eles com fundamentações históricas, filosóficas e religiosas bastantes convincentes.

Há um destaque para o conto *Um passeio às dez horas nas ruas do Recife*, do qual poucos sabiam de sua existência. Sim, Coriolano fora exímio, também na prosa, que mereciam até tais escritos serem comentados e contextualizados com notas. Quem sabe num momento futuro, isso seja possível. Reitera-se, também, um destaque a crítica de seus escritos feitos por Franklin Távora, autor de...

Utilizou-se o poeta claro de uma linguagem e termos não mais usados pela linguagem coloquial e erudita contemporânea. Mas, sua obra resistiu a tudo isso. Sinal de que ela é imortal e eterna, embora o Estado e seus alguns de seus súditos conspirarem contra e as deixem submergirem pelo pó dos séculos.

Aqui se faz necessário, também, encetar uma observação. Muitos creditam a autoria de Coriolano a peça *“Casamento e mortalha no céu se talha”*. Mas, no decorrer de todo esse regate não foi possível visualizar nenhum trabalho com esse título de sua autoria. Inclusive, existe sim, o tal escrito; mas sendo creditado a outro escritor, não a Coriolano.

Nesse trabalho arqueológico, acabamos ainda, sendo contemplado com o resgate de 6 (seis) poesias inéditas de sua autoria, das quais se fazem presentes no referido livro. Estimam-se de que o poeta tenha produzido em torno de 250 (duzentos e cinquenta) poesias. Destas, temos conhecimento efetivo da existência e compilação de menos da metade, 114 (cento e quatorze); restando, portanto, em torno de 136 (cento e trinta e seis) a serem resgatadas.

Esse número chega a assustar pois se estiverem corretos, mais da metade sua obra ainda não foi conhecida, e muito provavelmente jamais será resgata. Realmente um prejuízo incomensurável para a Nação. Um crime contra a humanidade e de lesa pátria, sem nenhum exagero.

Essa constatação é muito lamentável, de cortar o coração e de fazer até os mais brutos chorarem. Essas, que se têm conhecimento, são aquelas notadamente compiladas no seu livro póstumo *Impressões e Gemidos* (1870), aquelas outras do arquivo de Ivens Mourão (trineto do poeta residente em Fortaleza/CE) e estas 6 (seis) agora resgatadas.

Há, também, breves referências sobre sua vida parlamentar, como operador do direito, viagens, a sua família, cartas direcionadas à jornais ao qual colaborava, como o acadêmico tal como *O Ensaio Filosófico Pernambucano* e a *Revista Acadêmica* da Escola de Recife, etc. Ainda a título de informação, como apêndice, foram colocadas informações diretas ou indiretamente relacionadas ao mesmo.

Eis adiante um clássico brasileiro que reúne todas as credenciais para entrar cânone língua portuguesa, e quiçá universal, porque não dizer. Um gênio, um homem que de tão valoroso se tornou um sentimento, uma escola - o Coriolanismo.

O utópico projeto de resgate segue: a crítica, a biografia, a tradução (primeiramente ao inglês e espanhol), áudio-livros ou livro falado para deficientes visuais, difusão de sua obra em países lusófonos, em países com estudos de literatura ou cultura brasileira, impressão de obras físicas, distribuição para bibliotecas públicas de todo o mundo.

Enfim, projetos e a boa intenção são muitas, mas insuficientes, é verdade, para serem realizadas nesse pouquíssimo tempo de vida que temos, sem falar da nossa enfadonha e infrutífera luta pela sobrevivência diária e o esforço vão com vistas ao cumprimento das nossas ilógicas obrigações sociais. Ai

está, um aperitivo literário daquele que não chegou a ver sua obra publicada, mas que hoje, é considerado um dos maiores poetas da língua portuguesa de todos os tempos.

Boa Leitura a todos e todas!!!

São Luís/MA, 27 de julho de 2016

**Saulo Barreto Lima**

*Um Coriolianista*

# PROSA



# O papa é infalível na canonização dos Santos

Devoto e convencido da opinião daqueles que sustentam e abraçam de convicção a doutrina da infalibilidade do papa, quando decide ex-cátedra sobre dogma, disciplina geral, matérias de fé, etc., não podemos deixar de ser coerente com os nossos princípios, reconhecendo e sustentando que o papa é igualmente infalível no ato da canonização dos santos.

De qualquer modo, porque se encare a questão da canonização, vemos que todas as razões que militam em favor da infalibilidade do papa sobre matérias de disciplina geral, de dogma ou de fé, militam do mesmo modo quanto a canonização.

Se não se pode conceber que o cristianismo persista sem ministros como diz Mazzarelli, porque estes é que tem ao seu cuidado a guarda do rebanho do pastor universal, que com ele forma um só rebanho e um só pastor (*unum ovile et unus pastor*); se não se pode conceber que a vinha do Senhor seja devidamente cultivada sem a existência de vinheiros que dela curem; senão se pode conceber, em uma palavra, que a igreja militante progrida no caminho da vida eterna que ela aplaina mediante as lidas religiosas neste mundo, sem o invulnerável escudo da fé, que é a base da esperança, (*fides sperandarum substantia rerum*), pois que sem ela trepidaria no seu afanoso lidar, não tendo uma coluna de fogo a separasse do ceticismo que da razão humana, nem um piloto que lhe guiasse a barca vacilante ao desejado porto, nem um farol que lhe tirasse todas as mostras de incerteza; como se poderá conceber, que o papa não seja infalível na canonização dos santos, quando sua falibilidade importaria a - idolatria, a descrença, o cisma, em muitos casos, - e até a impossibilidade do progresso do cristianismo?

Raciocinemos.

O homem, lendo a sentença que escreveu o próprio dedo de Deus: *Memento homo, quia pulvis es et in pulverem reverteris*; tendo a convicção, tanto mais quanto é de fé, que há de um dia voltar a matéria prima de sua formação, porque independente do mais, assim lhe o assegura a experiência e prática do mundo, e o livro irrefragável de sua consciência, viveria constantemente a lutar entre a fé e a incerteza, entre a esperança e o desespero, se um bálsamo consolador lhe não fornecesse a doce esperança de ver-se um dia curado das profundas feridas que lhe fizeram sangrar no peito a incerteza da bem aventurança eterna.

O peregrino perdido, envolvido pela espessura das trevas, quase exausto de força por ter vencido um caminho por demais longo e penoso, sucumbiria ao cansaço, as fadigas do corpo e do espírito, se dê sobre o precipício que o ameaçava não lobrigasse o lume benfazejo que acenando-lhe uma guarida, lhe traria a refeição das forças e a atividade do espírito.

Eis isto uma verdade. Pois bem: o membro da igreja militante é semelhante ao peregrino perdido, exausto de forças, rodeado de trevas e de precipícios, e o lume visto ao longe - e a esperança jamais enganadora da bem aventurança pela decisão infalível do sucessor de S. Pedro; - é a certeza da glorificação dos Santos que cremos firmemente habitar o reino dos céus, onde um dia desejamos lambem naturalizar-nos. Porque, se é impossível conceber-se a existência da igreja militante sem homens, é, pela mesma razão, impossível conceber-se a existência da igreja triunfante sem santos.

Mas, dir-nos-ão: Não se nega a existência destes; nega-se porém a inerrância, algumas vezes, da parte daquele que no-los revela como tais.

Mas é aí onde está todo mal, o que vamos mostrar.

Quem é susceptível de errar uma vez, é suscetível de errar duas e muitas, muito principalmente sobre um objeto, como é a canonização dos santos, cujo conhecimento não depende de cálculos científicos, e que segue sempre os mesmos trâmites. Ou o indivíduo merece ser canonizado ou não; se merece, que o seja: é mais um santo que o céu adquiriu, é mais um medianeiro, a quem nós, os pecadores, recorreremos para fazer chegar nossas humildes súplicas a soberana presença da majestade divina; se o não merece, como canonizar-se um indivíduo, cuja vida e milagres não são suficientes para soerguê-lo ao nível dos bem aventurados, daqueles que têm a glória inefável de ver a face da divina justiça?

A canonização sempre existiu, e isto em termos hábeis, porque ela foi tão necessária no tempo dos nossos primeiros pais, e da religião mosaica, como é ao cristianismo. A diferença que se nota de uma a outra canonização, não é uma diferença essencial, é, porém uma diferença accidental que se recente apenas da época em que preponderou a religião natural, ou a religião de Moisés, assim como hoje prepondera a de J. Cristo.

Existiu nos tempos primitivos uma canonização simbólica, assim como simbolicamente existiram os sacramentos do batismo, do matrimônio, etc.

Se compulsarmos os anais da Igreja, desde os seus mais remotos fundamentos, encontraremos a verdade de semelhantes asserções, uma vez que analisemos e confrontemos os fatos com aquele critério que não é para desprezar em matéria de tanto melindre e magnitude.

No liv. do Eclesiástico, cap. 54, vv. 1º, 7º, 16 e 20, lemos as seguintes passagens: “Louvemos aos varões gloriosos e aos nossos pais na sua geração.”

“Todos estes alcançaram glória nas gerações de sua nação, e ainda hoje são louvados pelo que fizeram em sua vida.”

“Enoque agradou a Deus e foi trasladado ao Paraíso para exortar as nações à penitência.”

“O grande Abraão foi o pai da multidão das nações, e não se achava outro semelhante a ele em glória, e guardou a lei do Excelso e com ele se pôs em aliança.”

E no cap. 55, do mesmo Ecc, vv. 1º, 3º, 4º e 28: “Moisés foi amado de Deus e dos homens: cuja memória está em bênção.

Glorificou-o diante dos reis e lhe prescreveu ordenações diante do seu povo, e lhe fez ver a sua santificou dentre toda carne.”

“Fineas, filho de Eleazar, é o terceiro glória. Pela fé e mansidão o santificou dentre toda carne.”

Ora, as diferentes passagens da Escritura, que submetemos à apreciação dos leitores, por ventura não importam a mais irrecusável evidência quanto a santidade desses varões acrisolados na fé, na esperança, na caridade, em todas as virtudes? Não nos infundem a mais íntima convicção de que a canonização sempre existiu, e que deve merecer toda nossa fé, por isso que deve ser infalível aquele que se acha incumbido de no-la atesta?”

Certamente que sim.

Portanto, se assim acontece, é nossa humilde opinião que nos favorece o princípio reconhecido por todos os teólogos de - que não há nada verdadeiramente de fé, senão o que por Deus nos foi revelado por intermédio dos apóstolos e profetas, ou o que evidentemente se deduz daí: *Nihil est de fide nisi quod Deus per apostolos aut prophetas revelavit, aut quoclibet evidenter inde deduci*. Dissemos que nos favorece o princípio reconhecido por todos os teólogos, porque as páginas sagradas foram escritas por inspiração divina, e são as páginas sagradas que nos certificam de que Enoque, Abraão, Moisés, Finéias e outros tantos escolhidos de Deus gozam da mansão dos justos.

Mas, vejamos o que se deve entender por canonização, quais os motivos que levam o Pontífice Romano a declarar que

tal indivíduo deve ser considerado santo e merecer o culto de dulia, e, depois de apreciar-nos esses motivos, se de feito o papa é infalível, quando assim resolve.

“Canonização, segundo Bergier, é o decreto, pelo qual o Pontífice Romano declara que tal homem praticou as virtudes cristãs em um grau heroico, e que Deus operou milagres por intercessão dele, quer durante sua vida, quer mesmo depois de sua morte. Para que o papa faça semelhante declaração.”

Para que o papa faça semelhante declaração, ou para que a canonização se torne efetiva, faz-se indispensável o conjunto de muitas circunstâncias que devem preceder o ato declaratório do Pontífice. O conjunto dessas circunstâncias, ou as provas que se requerem para semelhante fim, consistem em um processo longo e cauteloso, pelo qual a congregação dos Cardeais, segundo as ordens do papa, indaga todos os atos de vida do canonizando, precedendo sobre ela às mais minuciosas informações em suas diferentes fases, e isto pelo espaço de cem anos. Este período de tempo tão longo para as formalidades de um processo harmoniza perfeitamente com a natureza do objeto, sobre que a justiça eclesiástica procede suas escrupulosas indagações, por isso que ela tem por fim conhecer de um modo cabal se a memória pela veneração do morto foi constante, se a fama de suas virtudes continuará sempre no lugar em que ele viveu e nas partes por onde ele se assinalou pelo prodígio dos seus milagres.

Ora, se procedendo-se desta maneira, chegar-se ao resultado de que o canonizando foi eminentemente virtuoso e fez milagres, durante sua vida (pois não basta que o canonizando fosse somente virtuoso, ou que houvesse somente feito milagres: é mister que os dois fatos mutuamente se hajam dado), se o seu corpo, além disso, for encontrado em perfeita sanidade, porque não ha de o papa julgar esse homem santo,

e porque não havemos de acreditar que o papa, quando assim julga, é infalível?

A morte por isso que é necessária, é uma lei irrevogável, á que está sujeita a humanidade em peso, e o aniquilamento do nosso corpo, de baixo da terra, servindo de pasto aos vermes, é também uma condição, que senão pode separar da nossa organização física. Todas as vezes pois que o corpo humano, fazendo uma exceção da regra geral, for encontrado em perfeito estado, incorrupto, nele devemos ver operado ou um fenômeno das leis físicas que o regulam, ou um milagre da Providência Divina.

Se a medicina, como sucede sempre, e é indispensável em tais investigações, abrindo as portas dos seus conhecimentos, não poder dar a razão de semelhante fenômeno, depois de um longo estudo, depois de haver percorrido toda escala da ciência médica, então é forçoso confessar que algum milagre se acha manifestado nesse corpo. E se as pesquisas feitas pela justiça eclesiástica se coadunarem com essa prova tão valiosa e acabada, isto é, se durante o espaço de cem anos não houver uma só prova que desdiga das virtudes e dos milagres do canonizando, reunido tudo isto á exuberantíssima prova da sanidade do cadáver, porque não há de ser este reputado santo, e porque não há de ser o papa infalível em sua respectiva decisão?

Se o papa pudesse errar na canonização dos santos, se os fiéis se pudessem compenetrar de que em semelhante matéria era vacilante e precário o juízo do vigário visível de Jesus Cristo, sucessor de S. Pedro, pedra fundamental da igreja do filho de Deus, que tem, além dos poderes ordinários, que foram conferidos ao colégio apostólico, os poderes extraordinários de ligar e desligar e de confirmar seus irmãos na fé, se isto se pudesse verificar, nós o repetimos, o papa concorreria muitas vezes para a idolatria, para a descrença, para o cisma, e até para o regresso do Cristianismo; porque os fiéis, certos de que

o papa é falível decidindo sobre o objeto em questão, receariam venerar um simples morto; e dessa falta de fé seguir-se-ia o cisma na sociedade eclesiástica, e o cristianismo necessariamente teria de sofrer muito.

Alguns escritores seguem opinião contrária a que adotados, e dizem que na canonização dos santos podemos duvidar da infalibilidade da igreja, sem que por isso nos ser considerados passa falsos de fé - *In canonicatione sanctorum fidem descrimine possumus*. Mas desde que se convier que a canonização dos santos respeita aos costumes gerais e públicos, veremos que a única dedução, que se tem a tirar, é que a Igreja pode errar em matérias de costumes. Mas quem não vê o absurdo da conclusão?

Também muitos escritores ilustres, e cujo nome importa uma autoridade, se tem votado contra a infalibilidade do papa nas matérias de dogma, de fé, de disciplina geral, mas é hoje uma verdade, que tem tomado vulto a ponto de tornar-se quase axiomática (e que mais para o futuro se tornará um dogma, como a imaculada Conceição da Virgem Santíssima, segundo se exprimiu um dos nossos mestres) que o papa é infalível, quando decide ex-cátedra sobre dogma sobre matérias de fé e de disciplina geral.

A doutrina que seguimos é defendida por muitas ilustrações modernas, cujos nomes bastariam para responder as impugnações dos nossos adversários. Entre eles, citaremos o do senhor cardeal Gousset, que sustenta a infalibilidade papal na canonização dos santos, porque considera-a tão intimamente ligada ao dogma, que dele não se poderia desprender sem eminente perigo.

E de fato há muita razão para assim pensar, porque basta lembrarmo-nos que são indispensáveis na canonização a virtude dos costumes e a verdade dos sinais, para concluirmos que o papa não pode errar, quando decide sobre semelhante assunto.

Os impugnadores da doutrina que abraçamos, fundam-se principalmente no fato de haverem os bispos nos tempos primitivos do cristianismo, e os concílios com o concurso do resto do povo e clero usado deste direito, isto é, canonizado; e tanto assim que depois de Alexandre III, para evitar-se a precipitação e abuso, é que o direito de canonizar foi exclusivamente reservado ao Pontífice Romano.

Este argumento tem, ao menos aparentemente, muita força porém, se o analisarmos com o devido critério, chegaremos a uma conclusão que nos será toda favorável.

Primeiramente achamos sustentável que os bispos e os concílios com o concurso do resto do clero e do povo pudessem canonizar completamente, sem que daí se possa tirar uma só indução que negue ao papa a infalibilidade que ele deve ter, quando decide sobre um assunto tão transcendente e melindroso. Porque: quem nos diz que esses bispos e concílios não eram presididos pelo chefe universal da igreja?

Quando o Pontífice Romano tem de decidir sobre uma questão momentosa que afeta o dogma, a disciplina geral e a fé, ele reúne aqueles bispos que pode, espalhados pelo orbe católico, e depois de ouvir a todos, então pronuncia o seu juízo que, em tais casos, tem o cunho da infalibilidade. Assim, pois, quando os bispos decidiram primitivamente sobre a canonização dos Santos, é de supor que fossem presididos pelo Pontífice Romano.

Depois, suponhamos que os bispos decidiram outra incompetentemente sobre canonização; concedamos que eles atribuíram a si um direito, de cujas regalias não deviam gozar, perguntamos: o que prova semelhante usurpação contra a infalibilidade Papa em matéria de canonização? Segundo o nosso humilde modo de pensar, nada absolutamente; porque, se os fiéis se tornaram idolatras (inocentemente) alguma vez como é de supor, visto não serem os bispos por si sós in-



falíveis, daqui o que se segue é - que assim aconteceu por não terem eles esse dom que somente Jesus Cristo concedeu ao sucessor de S. Pedro, e a Igreja Universal.

Um último argumento muito forçoso, e que implica a crença de um dogma, nos leva a encarecer ainda a doutrina de que o Papa é infalível na canonização dos santos; esse argumento é o seguinte:

A igreja manda crer na comunicação dos Santos do mesmo modo ou na mesma ocasião em que nos manda crer em Deus Padre, todo poderoso, em Jesus Cristo, seu unigênito filho, concebido por obra do Espírito Santo, nascido da Virgem Santíssima, etc.

Ora se a igreja no Símbolo dos Apóstolos nos manda crer nesse dogma - a comunicação dos santos - nas palavras: *credo... In communicationem sanctorum*; se este dogma, por conseguinte, deve ser abraçado por nossa fé do mesmo modo porque abraça tudo quanto se contém no Símbolo dos Apóstolos, como não sustentar-se que o Pontífice Romano é infalível quando pronuncia seu juízo sobre um ponto dogmático, sobre um ponto de fé?

Portanto, avista do que temos ponderado, seja-nos permitido concluir que - o Papa é infalível na canonização dos santos, por isso que também o é quando decide *ex cátedra* sobre matérias de dogma, de fé e de disciplina geral, com as quais está em imediato contato a canonização dos santos.

**J. CORIOLANO DE S. L.**

Publicado no Jornal Atheneu Pernambucano: Periódico Científico e Literário. "Avante e sempre!" Recife. – Tipografia Universal, Nº 18. – 1857.

# O SUICÍDIO

Parece temeridade que havendo tantas penas douradas e esclarecidas, desde Sócrates, por Platão, até o exímio moralista o Sr. Conselheiro Bastos, escrito sobre a grave questão do suicídio, hoje ocupe as colunas deste periódico - quem não tem os predicados de escritor, - quem é o primeiro a reconhecer o nada dos seus conhecimentos científicos. Mas como depois de uma confissão tão ingênua e verdadeira é mister que revelemos ao público o nosso intuito, vamos fazê-lo.

As graves questões, que se hão suscitado sobre o suicídio, nem sempre tem chegado ao domínio de todos (falíamos relativamente ao nosso país): elas se acham depositadas em livros preciosos, que nem todos podem ler. A isto acresce que o jornalismo, posto que tenha uma vida menos prolongada que os livros, a tem mais ativa; por isso mesmo que está mais ao alcance de todos, por isso mesmo que com todos mais franca e comodamente se comunica. E quando possa desaparecer em uns a impressão, que receberão de tal escrito, em outros essa impressão constitui-se uma verdadeira tradição, e se perpetua.

Eis a razão que nos abalçou a tomar sobre os ombros um peso por sem dúvida superior as nossas forças; mas, como o nosso fim principal é a moralidade, mostrando quanto é execrável e quanto merece ser extirpada essa terrível epidemia, mais contagiosa e devastadora do que aquela, com que há pouco lutamos a braços, sinto a consciência tranquila, e animado, prossigo no meu propósito.

—

Assinar as diferentes causas que tem levado a humanidade a cometer esse crime hediondo e mais que brutal, o sui-

cídio, fora impossível; porque essas causas resultado da multiplicidade dos desvarios e das paixões que infectam e corrompem a pobre descendência de Adão.

Porque amargas aflições, porque dissabores cruéis não passam a mente do filósofo cristão, do homem religioso, e cren-te, quando, compulsando as muitas e variadas páginas da história, sente de espaço em espaço ferir-lhe os olhos uma folha ensanguentada que poderá antes encerrar o belo epílogo de alguma vida ilustre, acrisolada pelo martírio e pelo sofrimento? Mas, ah! - essa folha ensanguentada é a triste narração do poeta desditoso, que ainda no alvorecer dos seus dias libou a última gota de veneno que continha a taça do desespero, para, destarte abreviar os sofrimento de sua alma, que, sem esse pernicioso antídoto, serão espaçados sob os horrores da miséria, - a falta de uma migalha de pão! Essa folha ensanguentada é a funesta história do herói nunca que, havendo trepidado no cumprimento e desempenho dos seus deveres como cidadão e patriota, um dia deixou; se sucumbir ao golpe do punhal suicida! - É a crônica fatal do guerreiro que, sabendo arrostar impávidas as hostes inimigas, não estremeceria ao estampido do canhão e beberia o fumo das bombardas mesmo modo que encarava as lanças, os dardos e os chuços; porém que um dia foi o seu próprio algoz, o seu próprio assassino! - E a pasmosa e lamentável narrativa da mais célebre poetisa, que tem visto o mundo, - a mesma que media seus rigorosos talentos com os mais afamados poetas e filósofos do seu tempo, e que, despenhando-se do cimo do cantilado rochedo, foi no medonho abismo dos mares demandar um lenitivo ás desgraças de um amor que a torturava! (\*) - É, em uma palavra, o filósofo, o escritor, o moralista, o rico e o pobre, o poderoso e o fraco, o sábio e o néscio que procuram em sua própria destruição um termo, que no cúmulo da loucura ou do desespero chamam - lenitivo ou remédio -, a vida acabrunhada que os prende ao

mundo, aonde virão a luz da existência, onde saborearão os conselhos de um pai extremoso, as carícias de uma mãe desvelada, as lições de um mestre sábio e prudente, os carinhos de uma esposa terna, os afagos inocente da mimosa prole, as doçuras da fraternidade, os ofícios do amigo, etc.!

A razão mais robusta e prática, encarando o tremendo quadro do suicídio, recua espavorida, e, perdida num espesso nevoeiro de reflexões que se embatem simultaneamente, não descortina, não pode conceber como o homem, dotado de razão e liberdade, é capaz de descer a tamanha degradação, a ponto de privar-se de um bem tão precioso e caro, como é a vida, e da qual não é senão simples depositário!

Oh! quanto o homem se vilipendia quando tenta contra o sagrado direito de sua existência! Quanto o homem se torna mil vezes inferior ao irracional, quando se despoja voluntariamente do sagrado penhor que a Divindade lhe confiou!

Quem uma vez já notou a fera voltar contra si as próprias garras? Quem uma vez já notou o réptil venenoso, mordendo se, derramar em si a peçonha que inocula nos outros animais?

Nada disto tereis notado, ao passo que a cada canto da sociedade tereis visto o homem trucidando-se, afogado no seu próprio sangue, derramado por suas próprias mãos!

E admira que no século das luzes e do progresso, quando a ciência parece ter escancarado as portas dos conhecimentos, e as artes aberto o cofre dos seus tesouros, admira que hajam estoicos que ericem lanças para combater sob as bandeiras do suicídio! Admira que nos nossos tempos hajam cabeças inebriadas no capricho das excentricidades, que chamaremos malditas, a ponto de consagrarem argumentos sofisticos em prol desse crime sacrílego, desse cancro contagioso e maligno, que vai pouco a pouco tomando vulto e minando o edifício social!

O homem logo que chega a idade da discrição, a essa fase da vida, em que as ideias se desenvolvem e a consciência nos

atesta a bondade ou maldade dos nossos atos, reconhece em si um dever santo e imperioso, que se lhe manifesta com um tríplice caráter. Filosofando sobre si mesmo, o homem sente-se, conhece-se um ente livre e racional. Colocado no mundo, rodeado de necessidades, exposto as vicissitudes terrenas, ele aspira dar expansão a sua liberdade, cultivar sua inteligência, e prover a todas as suas precisões. Enquanto o homem sente o aperto desses laços, o vínculo desses deveres, uma ideia se desprende de sua mente, e ele medita... reflexiona sobre aqueles que, como ele, fazem parte da sociedade. Então conhece, a força do raciocínio, que sua liberdade só deve estender-se até aquele ponto, onde começa a liberdade do seu semelhante. Conhece que todos os outros homens são igualmente livres e racionais, e que, por conseguinte, tem os mesmos direitos e as mesmas obrigações que ele; as mesmas necessidades, as mesmas faculdades para provê-las, as mesmas volições, os mesmos sentimentos, apenas modificados por certos caracteres físicos e psicológicos, que são peculiares a cada natureza. Reconhece a necessidade absoluta de mutuamente se socorrerem, e se ajudarem no emprego dos meios precisos a consecução dos fins humanitários, indispensáveis ao gozo honesto desta vida, e que são uma transição para o gozo da vida eterna. Reconhece afinal que, tendo uma fôrma interessante e bela, uma sensibilidade, uma liberdade e uma razão não pode prescindir de render graças, de tributar homenagens, ou antes, adorações Aquele que o fez superior aos outros animais.

Sim, o homem tem deveres a cumprir para consigo, para com os outros homens e para com Deus, deveres importantíssimos que ele reconhece pelo palpitar do seu coração, pela voz infalível de sua consciência. Todas as vezes que ele infringe qualquer desses deveres, que Deus plantou em seu coração, a consciência imediatamente o repreende, e muito embora o homem tente reagir contra essa voz, embalde o faz, porque ela

importa uma sentença que não é proferida por juiz terreno, - porque ela tem o cunho da evidência, da inerrância que caracterizarão Aquele que no-la revelou.

Assentado na cúpula do edifício moral, o homem bendiz o Supremo artífice que o fez tão nobre, tão perfeito, tão sobranceiro as outras espécies de criatura.

E como, em tais casos, poderá ele contrariar os altos desígnios da Providência Divina, querendo pôr dique a liberdade e sabedoria de Deus? Como poderá o homem apropriar-se de um direito, que a Majestade Divina somente para si reservou, qual é o de dispor das nossas vidas?

Já vistes a filha querida e saudosa despojar-se do mimoso relicário que lhe deu sua carinhosa mãe, em sinal de lembrança, no momento em que, lançando-lhe a última benção, trocou a vida do mundo pela vida da eternidade? Já vistes o sol parar o seu curso (se assim nos podemos exprimir) contrariando as leis físicas que o regulam?

Certamente que não.

E senão desconheceis esta verdade; se estes fatos que apontamos nada são comparativamente ao dom mais precioso, ao direito que exerce a Divindade sobre nossa existência, como é que o homem, ingrato, desconhecido, violador do que há de mais sagrado, poderá arrogar a si o direito de privar-se da própria existência, de que não é senão um mero depositário? “Que se diria de um indivíduo, diz o sábio Sr. Conselheiro Bastos, que havendo de nós um depósito para o restituir quando se lhe exigisse, na nossa presença o chamasse seu e dele depusesse a seu arbítrio?”

Nós responderemos a pergunta do grande moralista: - esse indivíduo seria um mau depositário que abusou da confiança que nele depositamos, um usurpador, um homem degenerado e sem consciência.

No melindroso campo, onde se agitam as importantes questões do suicídio, aparecem filósofos, argumentadores, que nós chamaremos sofistas, para não dizermos mais, que se tem prevalecido dos sofrimentos de uns, da heroicidade de outros, dos talentos e filosofia deste, das virtudes e resignação daquele para justificarem o suicídio, ou antes para vês tirem de cores menos negras esses fatos horríveis desesperados que tem levado a frágil humanidade as bordas do tenebroso abismo que por tantas vezes há conseguido subvertê-la. Mas os argumentos que o estoicismo engendra para amparar esse crime abominável, desfazem-se ao menor lampejo da razão esclarecida.

O filho talentoso de *Bristol*, o desgraçado *Chatterton*, com sua mente embriagada de poesia, experimentou as adversidades da fortuna, faltou-lhe o próprio alimento (e ele era um gênio!) não pode resistir a sorte que tão atrozmente o perseguia e envenenou-se! O desventurado poeta não tinha, por ventura, uma mais velha de quem cuidasse, ajuda mesmo quando supusesse sua vida de nenhum interesse ao resto da humanidade? Mas, ah! falso raciocínio!...

Quanto sua vida não era preciosa a sociedade! Quanto perdeu sua nação e quanto perdeu o jardim das ciências pelo corte prematuro da malfadada flor que desparzia, apenas desabrochada, tapo doces perfumes!

O célebre herói romano (falaríamos de Catão) é, por ventura, um dos exemplos mais poderosos, de que se servem aqueles que fazem a apologia do suicídio.

Catão era um homem reto, uma alma, talvez, tão grandiosa como o espaço que ele abrangia com um olhar de romano; não quis ver desmoronar-se a república, por quem se havia sacrificado, e um sacrifício de nova ordem quis consagrar-lhe, cravando no próprio peito o punhal, para deste modo não sobreviver às ruínas da república!

Somos um dos muitos admiradores desse homem singular e extraordinário; fazemos uma ideia muito vantajosa de sua dedicação pela república, de seu interesse e amor pela salvação e liberdade de sua pátria; porém, é forçoso confessar, reconhecemos no suicida o homem fraco que se deixou vergar ao peso de um sentimento reprovado pela moral, pela religião; reconhecemos no suicídio, a que recorreu, uma ação ignóbil que anuviou os seus últimos momentos, que poderiam ser selados por feitos de uma magnitude e alcance tais, que tornassem sua memória estreme dessa nódoa indelével que sobre ela pesa.

Quais os bens que obteve Catão para a república, suicidando-se? Quais as vantagens que resultarão a sua pátria desse desvario imperdoável, dessa alucinação indigna da alma de um romano e de um livre? E quanto não poderia ele fazer sobrevivendo a queda da república? Acaso tinha tão pouca confiança em si que, vendo-se isolado, julgasse para sempre perdida a causa santa que advogava?

É de balde que para afastar do suicídio todo o horror e negrume que o revestem, nos alegareis o valor desmedido, a resignação tantas vezes provada do vencedor dos romanos na célebre batalha de *Cannas*; as qualidades de grande guerreiro, e, por conseguinte a coragem, o denodo, etc. do amante de Cleópatra; a justiça severa do condenador dos próprios filhos, do matador de César; a filosofia da cantora de *Lesbos*; a virtude e a timidez do amante de Carlota. É de balde...

*Annibal*, o famoso general cartaginês *Antônio* e *Bruto*, valentes capitães romanos, *Sapho* que resolvia com os filósofos contemporâneos os mais intrincados problemas de filosofia, e que como poetisa mereceu a honra de ser agregada ao coro das musas; *Werther* que se arrependia (arrependimento fatal!) de um beijo furtado a sua amante, a esposa do seu amigo, no auge da paixão que o extraviava das veredas do



honesto, que o sufocava... perderão todo o valor e resignação, toda a coragem, toda a justiça, toda a filosofia, toda a virtude que os assinalavam, quando no suicídio procurarão um termo aos padecimentos morais que amesquinham-lhes a vida.

O que entendeis por valor e pela palavra resignação? Como definir a justiça? O que é a filosofia? O que é a virtude?

São sobre maneiras óbvias as respostas correspondentes a cada uma das perguntas que deixamos estampadas.

Pode chamar-se valoroso o indivíduo que recua ao feio aspecto de qualquer adversidade que o persegue e que está em seu brio combater?

Tem a qualidade da resignação o indivíduo que se deixa arrastar e sucumbir a tenacidade das vicissitudes terrenas?

É justiceiro aquele que é o primeiro a ser injusto consigo mesmo?

É filósofo o homem que desconhece o fim para que a Divindade criou-o, obrando dentro de uma esfera da qual recua o próprio instinto brutal?

Merece o epíteto de virtuoso quem sacrifica os santos preceitos da moral, e da religião, ao desregramento de suas paixões?

Admitimos que no suicida pudessem um dia brilhar todos esses atributos, todas essas virtudes, que engrandecem e elevam o homem; porém que esses atributos, que essas virtudes sejam motivos justificativos de um ato de loucura, de uma fraqueza mesquinha, de uma imoralidade, de um crime tão repugnante e estúpido, como é o suicídio, isto nunca!

Desde o momento em que a ideia do suicídio se apossou de um indivíduo, ele trocou o valor pela fraqueza, à resignação pelo desespero, a coragem pela cobardia, a filosofia pelo estoicismo, a virtude pelo *crime*.

Sêneca, se opusesse uma resistência moral a ordem tirana de Nero, quando prescreveu-lhe que se matasse, teria mais

um padrão de glória, mais um monumento de heroicidade e de virtude para oferecer à posteridade.

Judas, se houvesse arrependido, como S. Pedro que negou por três vezes o Divino Mestre, ou como o legislador dos hebreus que vacilou na fé, na ocasião de tocar o rochedo com a vara, não obstante já ter visto por uma vez operado aquele portentoso milagre, Judas não teria desesperado a ponto de enforcar-se para hoje contar dezenove séculos de penas eternas!

Quantas observações judiciosas e irrespondíveis senão podem apresentar contra esse delírio humano que vai so-lapando a sociedade com tamanho furor?

O homem, por ventura, só depende e vive do presente? Não enxergará ele um futuro que o acena envolto nos sucessos vindouros? E não imaginará um outro futuro, que nos não é dado descortinar, porém que nos envolve, porque no-lo atesta a consciência, o espaço que nos envolve, o ar que respiramos, a natureza que nos circunda?

Quem haverá tão cético que tudo isto desconheça!

Os sofismas que a capacidade de alguns escritores tem engehado a favor do suicídio são miseráveis! - nem sequer achamo-los revestidos desse burlesco e aparente enleio que ordinariamente caracteriza todo argumento capcioso.

Ouçamos a *Saint Preux*: “Procurar o próprio bem e evitar o próprio mal, naquilo que não ofende a outrem, é um direito natural, quando nossa vida é um mal para nós e não um bem para os outros, em tais casos nos é permitido dispor dela.”

A este raciocínio eivado do capricho e da malícia, talvez, de Saint Preux, responde vitoriosamente *mylord Edouard*.

De feito. Quando é que nossa vida é um mal para nós? Quando sofreremos por amor da virtude, por amor da humanidade? Certo que não.

A vida só pode ser um mal para nós, quando, cegos pelas paixões, que perdem a alma e corrompem o corpo, trilhamos

um caminho avesso que nos pôde levar a perdição, quer com relação ao mundo social, quer com relação ao mundo moral. Mas esse mesmo mal está em nossas mãos sanar; e se o não queremos fazer, porque é tal a nossa miséria, a morte é que vem remediá-lo? Não, porque a morte, no estado de desespero, de alucinação, de pecado, é o mal mais grave e danoso que pode reccer o homem: logo a vida, em termos hábeis, não é nunca um mal para nós, por isso que para sê-lo depende da vontade, do arbítrio do homem. Além disso, quem pode haver tão antisocial que, seguindo os impulsos de seu coração, morto pelo delírio vertiginoso das paixões, diga: “Eu não sirvo à pessoa alguma, sou um ente nulo e sem préstimo; - que importa, pois a minha vida à humanidade, que não se utiliza dela?”

Respondamos a estas palavras, que não vieram do coração, com *mylord Edouard*: “Tua morte não é prejudicial a ninguém!.. Tu falas dos deveres do magistrado e do pai de família, e, porque não sentes o vínculo desses deveres, te crês desembaraçado, exonerado de tudo! E a sociedade a que deves tua conservação, teus talentos, tuas luzes? A pátria á que pertences, os desgraçados que necessitam, de ti, a estes não deves nada?... As leis!, as leis!... o sábio porventura as despreza?” “Sócrates, inocente, para não desrespeitar as leis, não quis escapar-se da prisão, tu porém não hesitas em violá-las para te livrares injustamente da vida; e ainda perguntas que mal fiz eu?” Nada se pode argumentar a este trecho tão eloquente! Ele importa uma verdade, e é que o suicídio é um crime que fere de frente a lei natural, os princípios mais sãos e sagrados da sociedade e a própria lei divina positiva, que no 5º preceito do Decálogo manda: *Non occides*: não matarás.

*O serva te ipsum* é uma lei natural que fala a todos os corações, e que os mesmos irracionais cumprem por instinto nunca tentando contra sua existência! E o homem - o faz, deixando a razão luminosa ofuscar-se pelo brutal instinto!!... A

sociedade não pôde prescindir dos nossos auxílios, sejam eles quais forem, uma vez que militem no mundo do justo e do honesto. A sociedade é o complexo dos indivíduos, assim como o indivíduo é o reflexo da sociedade; é o corpo servido por diferentes órgãos, cujo exercício e préstimo são lhe todos mister.

Pode, por ventura, passar o corpo sem a mão - porém, quantas vezes não lamentará sua falta, e quantos ofícios deixará de desempenhar sem semelhante órgão?

Pode o corpo passar, aliás bem, sem esta ou aquela parte que nada concorre para o desenvolvimento dos meios necessários aos fins, que lhe correspondem, porém sempre o corpo será defeituoso.

Que vale ser-se Christina ou Heródias(\*\*), isto é, ter-se um talento transcendente, ser-se um gênio nas ciências e nas artes, possuir-se um coração, onde cabe o amor com todos os seus transportes, brilhantismo e heroicidade, e ser-se um aleijão envolvido nas roupas que simbolizam candura, que representam ou fazem lembrar a visão angélica que se, imaginou nas azas inspiradas da poesia, e que nunca se tinha visto realizada?

Os moralistas nos ensinam que há duas espécies de preceitos: negativos e afirmativos; estes podem ser infringidos alguma vez e em tais circunstâncias que da infração não resulte crime ou pecado grave; aqueles, os negativos, sempre que são violados importam um pecado. Assim, guardar os domingos e dias festivos é um preceito; porém há casos, em que podemos trabalhar, compelidos pela necessidade extrema ou por um ato de caridade que possa abafar aquela violação; mas este preceito é afirmativo.

Não podemos, porém matar em caso nenhum (salvo em própria defesa, verificadas todas as condições prescritas pela lei natural e pela moral) sem que incorramos em um pecado que nos pode perder eternamente.

Eis, portanto, o suicida violando, e contra si, o 5º preceito intimado aos homens por Deus! - Eis o suicida contrariando os sábios decretos da Providência Divina! - Eis o suicida roubando a propriedade da Divindade, que apenas lhe concedeu para usufruir por alguns tempos, enquanto lhe aprouvesse!

Alguns amigos do suicídio tem se servido do martírio desses homens extraordinários e santos que morrerão pela causa da verdadeira religião, e da morte produzida por males derivados da continência, para lhe darem um colorido a seu jeito; porém semelhante roupa assenta mal em tais personagens. Não devemos confundir o ato mais acrisolado de desapego das cousas mundanas, o sacrifício mais merecido de uma cousa que não é inteiramente nossa, a vida, pela sustentação da fé, da disciplina, da religião daquele que nos criou, que nos proveu de tudo, com esse ato que aberrar da natureza e deslustra a memória do homem.

Não se queira chamar suicídio a morte feliz e resignada do celibatário que sucumbe porque não quer quebrantar o voto, que fez e tornar-se perjuro.

Opróbrio, a desonra, a bofetada sacrílega no rosto do homem probro, nenhum ato descobrimos que possa autorizar o suicídio.

Fizeram-te uma injúria, desfeitearam-te, cuspiram-te nessas faces, que nunca ti verão ocasião de corar por um motivo idêntico, e a sociedade comportamento, o teu e as leis não te vingarão? Pois bem: o teu desprezo ao crime, a tua virtude, a *vindicta* pública te põe ao abrigo das censuras; se é que te podem censurar.

E o que colherias, se te matasses a ti mesmo? - A emenda para o teu agressor? A tua desforra?... A emenda é falível, a desforra miserável, indigna e criminosa.

Vós, que pretendeis abafar a voz da consciência aos gritos descompassados do capricho, do egoísmo grosseiro e ma-

ligno, que vos faz devanear o enlouquecer,... pensai, refleti... e haveis de convir em que o suicídio é um ato de desespero e loucura, quando não seja o requinte da maldade, e da maldade satânica!

### **J. CORIOLANO DE S. L.**

(\*) O Sr. Bouillet admite a existência de duas *Saphos*, a célebre poetisa e a amante de *Phaon*, sendo a última a que deu o famoso salto do *Leucate*, mas esse fato se acha agregado pela tradição e pelo que temos lido a cantora de Lesbos. Respeitamos a autoridade; porém escrevemos segundo as nossas convicções.

(\*\*) Aludimos ao belo romance por Mr. Fonjant, cujo principal personagem é uma virgem, á que o autor dá estes dois nomes.

Publicado no Jornal Atheneu Pernambucano: Periódico Científico e Literário. “Avante e sempre!” Volume I, Ano de 1856.

# O homem é bom ou mau segundo a educação que recebe

A leitura rápida e momentânea de um manuscrito, cujo autor, que sumamente prezamos, combate o princípio “o homem é bom ou mau segundo a educação que recebe”, suscitou-nos o desejo de produzir algumas ligeiras reflexões em favor do mesmo princípio.

O público nos desculpará ainda esta vez pelo arrojo que tivemos em fazê-lo, visto ser o ponto delicado, e digno somente de ser tratado ou pelos mestres das ciências sociais, ou pelos talentos fecundos, embora novos, onde a prematuridade do desenvolvimento científico pôde ombrear com a veteranaria do estudo sério e refletido.

Em nossa humilde opinião, a sentença que vamos defender – “o homem é bom ou mau segundo a educação que recebe” - não é uma sentença tão especulativa que somente possa ser demonstrada teoricamente, - é também prática, de sorte que, enquanto o raciocínio abraça-a, levado pelos motivos mais sólidos e plausíveis, os fatos de todos os lados se apresentam para justificá-la.

“O homem é bom ou mau segundo a educação que recebe”, princípio este tão verdadeiro, quanto excepcional pode ser qualquer fato isolado que contra ele se haja dado, e cuja inexequibilidade somente teria lugar, se as máximas da verdade pudessem imprimir em todos que as ouvem ou leem o caráter que lhes é próprio. Mas isso, absolutamente falando, é impossível no homem susceptível de paixão, de egoísmo, de erro, de fragilidade, etc.

Em teoria podemos considerar a educação de baixo de dois pontos de vista; ou cultivada em um círculo menos espa-

çoso, - a educação particular, ou cultivada em um círculo mais amplo, a educação pública.

Cumpre, porém notar que não queremos confundir a educação com a criação -, porque, conquanto ambas tendam essencialmente ao mesmo fim, - a conservação física e a perfeição moral do homem, - contudo, esta, a criação, denota esses primeiros cuidados e desvelos dos pais relativos à conservação de um corpo ainda falta de vigor e de agilidade, e a inoculação pausada dos primeiros ensaios ou rudimentos da religião, que pouco a pouco vão dando passagem ao conhecimento das verdades morais; enquanto que aquela, a educação, recaindo sobre a moral e a instrução, supõe já outros princípios mais elevados e esclarecidos, outras ideias mais amplas e generalizadoras, e regras mais metódicas que sirvam de guia a razão nos escabrosos e multiplicados desvios a que muitas vezes o homem é arrojado durante o curto espaço de sua peregrinação nesta vida.

A educação, quer doméstica ou particular, quer pública, foi, é e será sempre o principal - senão o único móvel das ações do homem, boas ou más, segundo também ela o foi.

Os sábios, qualquer que seja a profissão que abracem, a reconhecem, porque a educação é mister em todos os ramos das ciências humanas. As leis que a protegem, e que sempre a protegeram em todos os tempos, em todos os lugares, em todas as ocasiões, impondo aos pais e aos diretores da infância a obrigação de levarem seus filhos, afilhados ou tutelados às escolas primárias para aí aprenderem a língua vernácula, as máximas e os preceitos necessários da religião e da moral, que os fazem conhecedores do que são, e do fim a que foram destinados pelo supremo Criador, é o mais poderoso argumento contra aqueles que somente veem na educação uma influência secundária acerca dos atos da vida humana.



Se, pois, discorrendo teoricamente sobre a educação, vemos que ela é que põe a última de mão à obra começada pelos diretores da infância, - a criação pelo lado prático então mais se justifica o princípio, porque os fatos tanto tem de numerosos, quanto de patentes; tanto de verdadeiros, quanto de irrecusáveis em sua apreciação.

Perguntai aos primeiros povoadores desta terra vasta e formosa a razão por que eram antropófagos (e que grão de perversidade não revela a antropofagia!). Perguntai-lhes a razão por que enterravam vivos os próprios pais, quando chegavam à idade decrépita. Mas não lanceis ao olvido a índole hospitaleira e benéfica, e ainda social, dos primitivos indígenas do Brasil, e eles vos responderiam: - Comíamos os nossos semelhantes, porque desde o berço nossos pais nos ensinavam pela teoria e pela experiência que assim devíamos fazer a respeito dos nossos inimigos. Enterrávamos vivos os nossos maiores, quando caducos, porque igualmente nos ensinavam pela persuasão e pelo exemplo que só por esse modo lhes pouparíamos os sofrimentos inerentes à caducidade.

E quem não vê nesses fatos o efeito da educação desses povos? Entretanto, os indígenas brasileiros eram por índole mansos, pacíficos, humanitários mesmo. Mas, a admitir a opinião dos nossos adversários - que a educação apenas influi de um modo secundário nos atos humanos; esses índios, esclarecidos pelo farol da razão, que alumia a consciência do homem ainda mais selvagem e grosseiro, deviam obrar segundo sua índole, em geral boa, segundo sua razão mais ou menos esclarecida. Porém é o contrário disso o que os fatos testificam. A educação é a vida dos povos, e a vida dos povos o espelho onde a educação se reflete.

Descrevei-me circunstanciadamente a educação que teve tal povo, e eu vos direi, de um modo mais ou menos verdadeiro, se ele foi guerreiro, magnânimo, - se ele foi servil ou

pequenino, industrioso ou indolente. Compulsai as variadas páginas da história, tanto antiga como moderna, e nela vereis a verdade que reveste nosso pensamento.

Se naquela virdes o belicoso *lacedemônio* investindo o adversário coma espada curta, porque melhor veja a cara do inimigo, atribuí-o a educação: - se nesta virdes a França de Voltaire regurgitando no mais execrável sensualismo e na mais insequente heterodoxia, atribuí igualmente as palavras insinuantes e perigosas desse pernicioso inovador esses desregramentos da razão, atraída pelo europeu de suas refalsadas doutrinas.

Agora lancemos as vistas para a vida doméstica, e analisemos alguns dos fatos que aí se dão, começando por nossos filhos ou fâmulos, e acabando pelos próprios animais das selvas, ainda os mais indomesticáveis e ferinos.

Por mais travessa e rixosa que seja uma criança, senão cansamos em dar-lhe bons conselhos e ensino, por meio de palavras afetuosas, de carícias, de mimos, e algumas vezes até por meio de castigos adaptados a fragilidade de seus anos, conseguimos quase sempre moderar-lhe a tendência rixosa. Esse os meios, do que lançamos mão, são habilmente empregados, conseguimos até extingui-la.

Ao contrário do que fica exposto, por mais reconcentrada e humilde que seja uma criança, senão lhe repreendemos uma travessura ou rixa que possa ser cometido, sob o pretexto de que foi um leve erro desculpável, atenta sua curta idade, atento seu comportamento em geral bom; se duas, três, quatro vezes ou mais essa criança cai nos mesmos erros, sendo sempre desculpada, nunca repreendida ou castigada, por mais reconcentrada e humilde que seja, irá gradual e progressivamente, pelo apoio e amém que lhe dão seus pais ou diretores, tornando-se de humilde - soberbinha, de pacata - leviana; e não custará muito em serem as boas tendências naturais substituídas pelos prejuízos da criação, que é o primeiro degrau da educação.

Não admira que a influência da educação determine de um modo tão poderoso as ações humanas, quando nos próprios irracionais (entenda-se-nos em termos hábeis) ela exerce um império, que se não poderá contestar senão pelo emprego de sofismas ou de subterfúgios.

Entre nós, que animal poderá haver mais feroz e sanguinário do que o tigre, o qual, muitas vezes, estrangula a vítima sem devorá-la, somente para com a vista do sangue dela pascer a gravidade de suas entranhas? Que réptil mais traiçoeiro e inimigo do homem do que a cobra? - Entretanto tigre encarcerado afaga e lambe a mão daquele que na prisão tem o costume de trazer-lhe o alimento; e a cobra venenosa e traiçoeira acostuma-se também com o seu domesticador, enrosca-se-lhe pelo braço, e raras vezes acontece picá-lo, e só o faz quando se julga por ele muito ofendida em consequência de maus tratos, pancadas, etc. Mas, mandai a outrem levar a comida ao tigre, mandai a outrem pegar na cobra: - aquele será dilacerado pelas garras da fera; e este será mordido pela cobra. E porque tudo isto assim acontece? A resposta parece-nos bem natural.

Contra os fatos reais não se pode vantajosamente argumentar em terreno tortuoso.

Vós apresentais-me, por exemplo, dois mancebos, educados do mesmo modo, com os mesmos recursos, com as mesmas vantagens: um respeitador das leis do dever, cordato, submisso outro desrespeitador dessas mesmas leis, altivo, desarrazoado. O que há; aí contra o princípio que sustentamos?

Respoudei: - se este não tivesse uma educação mais ou menos aperfeiçoada, que sem dúvida nenhuma enervou-lhe parte dessa tendência malévola que por natureza o arrastava para a perversidade, os seus atos mãos praticados na razão de um ou dois não seriam praticados na razão de dez ou vinte? - A resposta pela afirmativa cremos que se deixará ouvir espontaneamente de todos aqueles que, tendo a mira nos fatos que se reproduzem

acumuladamente, senão deixarem levar por uma síntese imperfeita e imparcial, talvez por não terem refletido seriamente no princípio que faz o objeto deste insignificante trabalho.

Vós que não admitia a autenticidade da máxima “o homem é bom ou mau segundo a educação que recebe”. Sobre que pedestal científico apoiáis a vossa opinião? Quais os motivos que a roboram? Quais os fatos, os títulos que a justificam? Respondei-nos ao menos: por que razão o furto, o roubo, o assassinato, e em geral todos os crimes, são tão frequentes nas classes desprovidas de educação, quanto raríssimos naqueles que ocupam na sociedade uma posição eminente na hierarquia das ciências e das artes? Por que motivo tem a experiência mostrado que nos homens entregues a certas profissões há mais crueldade do que em outros que seguem profissões diferentes?

Por exemplo: porque nos homens dados a profissão do talho, aliás, lícita, há mais propensão para a crueldade do que para as ações humanitárias enquanto que o lavrador é por natureza pacato, humano e caridoso? - Provavelmente recusareis a única resposta que se pode dar a tais perguntas, são obstante ser esta fácil; mas nós nos encarregamos de dá-la certas palavras; - tudo se decifra pela vida profissional do homem; - tudo se decifra pela palavra “educação”.

A vista do que temos ponderado, seja-nos permitido dizer - que não acreditamos na virtude divinizada de uma Flor de Maria sob a tutela corrupta de uma perversa Coruja, nem tão pouco na de uma Suzana, a despeito das pérfidas e malévolas insinuações de Esmael Spencer.

São devaneios de romancistas, são meras entidades criadas pelos autores dos Mistérios de Paris e de Londres para nos escaldarem a imaginação, e assim atraírem leitores e compradores, como o ímã atrai o ferro.

Se, porém alguém quiser apertar conosco, admitiremos a possibilidade do fato, isto é, a virtude das Flores de Maria e

das Suzanas, vivendo nomeio dos crimes e dos lupanares-, porém sempre a admitiremos como uma exceção, e nada mais.

Para aqueles que impugnam o princípio em questão, é muito valioso o adágio latino *“quod natura dat, memo negare potest”*. Mas permita-se-nos uma breve digressão acerca deste adágio, do qual sempre fomos adversários, quando interpretado como alguns o entendem.

Com efeito - é querer tirar a nobreza que deve caracterizar o homem inteligente, sensitivo e livre - é querer reduzi-lo a um mero autômato da natureza, em si tão grotesca como todos os seres que a povoam, desfavorecidos de razão, - é, enfim, querer pôr inteiramente de parte a força da vontade obrando de acordo com a moralidade do homem, ditada pela consciência, infalível nos seus juízos, o sustentar-se que - não podemos contrafazer a natureza!

Se admitíssemos semelhante princípio, forçoso ser-nos-ia admitir também a fatalidade de envolta com a recusa das faculdades mais nobres do homem; se admitíssemos a fatalidade, forçoso ser-nos-ia admitir também a imprevidência e a injustiça divina, e assim seríamos arrastado por uma cadeia sem fim de disparates, que nos levaria aos maiores absurdos que se podem imaginar! - Porque - quem diz que não podemos contrafazer a natureza, nega que a vontade, dirigida pela tocha da razão, possa reagir contra ela; - quem isto nega, afirma o contrassenso de que o homem é natureza sempre por bom ou mau, - e quem afirma semelhante contrassenso, cá a entender mui clara e logicamente que Deus é injusto, porque, tirando ao homem o dom mais precioso, - a liberdade, - destinou-o desde o seu primeiro momento de vida a ser um ente feliz ou desgraçado.

Se, porém o adágio é tomado no sentido literal - que ninguém pode negar aquilo que a natureza dá, - isto é, que a natureza exerce tanta influência sobre o homem que se não pode

contestar essa influência, neste caso o adágio é verdadeiro, e não somos seu adversário.

Saindo deste círculo, em que voluntariamente nos envolvemos, e declinando da nossa humilde opinião a respeito do ponto principal que nos ocupa, apresentemos por último o juízo de uma autoridade que, acreditamos, fará calar a todos que não veem na educação senão uma influência indireta quanto aos atos humanos.

Não é uma simples autoridade que vamos citar, não: é uma autoridade, a quem Deus concedeu especialmente o dom da sabedoria, da ciência infusa, e cujas ideias são imediata centelhas que a mente divina vibrou: - é Salomão.

Ele diz: “É provérbio: O homem segundo o caminho que tomou sendo mancebo, dele se não apartará ainda quando for velho” (*Proverbium est: Adolescens juxta viam suam, etiam cum senuerit, non recedet ab ea.*) (\*)

E notai bem o que diz o Padre Pereira, em anota 212, relativamente a esta máxima: “Como nem no Hebreu, nem nos Setenta, nem no Caldeu se leem estas palavras: *Hé provérbio*; adverte Calmet, que S. Jerônimo entendeu devê-las acrescentar aqui, para que os Leitores tomassem melhor o peso a esta máxima importantíssima da educação”.

Não ser-nos-a dificultoso corroborar ainda nossa opinião com a de muitos autores esclarecidos que se tem votado pela questão vertente; porém, para que não percamos por prolixo, contentamo-nos com a única autoridade que ficou citada, e cujo pensamento, como se deduz da nota do Padre Pereira, encarecido por S. Jerônimo, importa também o pensamento precioso do Santo Doutor.

Entretanto desejáramos que os nossos adversários nos dissessem qual a conclusão lógica que se pode tirar do provérbio de Salomão. Desejáramos que eles nos respondessem se da máxima “o homem segundo o caminho que tomou sen-

do mancebo, dele se não apartará, ainda quando for velho” se pode chegar à outra consequência que não seja esta: - “o homem é bom ou mau segundo a educação que recebe”; porque a educação influi diretamente nos atos humanos.

Não podemos pensar todos da mesma maneira. “Tantos são os indivíduos, quantas as opiniões”. Resta-nos, porém o consolo de que, se laboramos em erro, estamos na melhor boa-fé; não se nos podendo denegar a escusa: porque, se o erro existe, é para nós invencível, segundo nos afirma a consciência.

**J. CORIOLANO DE S. L.**

(\*) Liv. dos Prov., cap. XXII, v. 6.

Publicado no Jornal O Ensaio Filosófico Pernambucano: Periódico Científico e Literário. “Avante e sempre!” Ano I., Setembro de 1857, Nº 2.

# A liberdade da Imprensa

Antes de haver João Gutenberg, em 1436, em Estrasburgo, inventado a arte tipográfica, as ciências, as artes e quanto então podia ser suscetível das investigações humanas existia em um estado obscuro, verdadeiramente anômalo, porque, estando tudo sujeito ao símbolo, ao hieroglífico, a sepultura grosseira desses tempos, os conhecimentos humanos giravam em uma esfera muito acanhada, não podendo ser divulgados nem chegar a todos. Mas, depois que a imprensa abriu os braços as habilidades, aos talentos, a humanidade, enfim, as coisas mudarão inteiramente de face.

Pouco a pouco as linguagens mudas foram sendo sufocadas e substituídas pela linguagem da ação; pouco a pouco o engenho do homem mostrou que o lapso dos tempos era insuficiente para apagar as obras gigantescas de sua criação.

Como é fácil de ver, a imprensa progrediu de um modo maravilhoso: ela tinha em seu favor a novidade, que é um movei de atração e de curiosidade; ela tinha em seu favor a utilidade, a qual foi e é de um alcance tão real e genérico, que não pôde ser convenientemente negada pelo mais pirrônico utopista porque as verdades são de uma natureza tal que as objeções, as dúvidas, os sofismas com que por ventura quiseram-nas escurecer, mais concorrem para demonstrá-las, mais exaltam-nas pela discussão, pela refutação daqueles que as defendem.

Com a marcha progressiva dos séculos, a imprensa se revelou á humanidade, não somente como um elemento de simples utilidade, porém como uma necessidade vital para os povos.

E certamente. - Sem o tradutor fiel dos nossos pensamentos e palavras, sem esse meio, porque transmitimos nossas ideias às gerações, que ainda se envolvem na possibilidade do ser, difícilimo, quando não impossível, ser-nos-ia chegar a



todos os nossos fins humanitários - ao desiderato, a que aspira a sociedade, qual é - a nossa mútua felicidade temporal, o gozo e a garantia de todos os nossos direitos. - Ser-nos-ia, sim, quase impossível, porque a palavra de per si, os símbolos, os hieroglíficos e a sepultura eram insuficientes.

O tempo, com sua mão destruidora, o sopro das estações, com o seu hálito corrosivo, facilmente extinguirão a linguagem escrita dos tempos primitivos, se o filho imortal de Mayença, por um destino talvez Providencial, não houvesse laureado sua frente com amais perfumosa coroa, descobrindo a verdadeira maneira, porque podemos acompanhar os évos em sua marcha rápida, marcha que aniquilando o homem no que este tem de puramente material, respeita os seus altos feitos, filhos da razão e da heroicidade, porque esses, por meio da imprensa, são arquivados no livro magno que chamamos - templo da memória!

Isto posto, digamos duas palavras sobre esta vasta questão, a - liberdade da imprensa, - não para elucidá-la, porque os mais abalizados professores da jurisprudência a tem tratado de um modo cabal; porém para que uma vez também torrifiquemos a filha predileta de J. Gutenberg, que, dando-lhe a luz, estreitou em um só amplexo a posteridade inteira, que para ele se sorriu através do véu que do presente a separa.

--

O nosso sábio legislador constituinte no § 4. do art.179 consagrou o princípio da liberdade da imprensa nas seguintes palavras: “Todos podem comunicar os seus pensamentos por palavras, e escritos, e publicá-los pela imprensa, sem dependência de censura; com tanto que hajam de responder pelos abusos, que cometerem no exercido deste direito, nos casos, e pela forma, que a lei determinar.”

Provar que todo o homem tem o direito natural de manifestar os seus pensamentos por sons articulados, chamados palavras, é provar uma verdade, que nunca foi contestada; porque se o homem é social, e deve conseguintemente viver e comunicar com os outros seres da sua espécie, a transmissão do pensamento por palavras é um dos direitos *primigenios* constitutivos da personalidade humana, cujo exercício não deve ser obstado, enquanto justo, como é intuitivo.

Conceber uma sociedade, aonde o pensamento na fosse enunciado por palavras, seria conceber um corpo dotado do princípio da vitalidade, porém em um estado de verdadeira apatia, de verdadeira inação, e a ideia de um corpo tal importa necessariamente a ideia do seu não desenvolvimento, e pelo menos do seu estado estacionário.

Mas, se a transmissão do pensamento por sons articulados é um direito natural, como ninguém desconhece, e tem por fim a perfectibilidade humana, a imprensa que é um meio dessa transmissão, e faz chegar-se mais prontamente ao fim, é também um direito natural, porque - quem quer o fim, deve também querer os meios lícitos.

Não obstante ser isto uma verdade de primeira intuição, não faltou quem apresentasse a seguinte objeção, nos termos mais capciosos: “Os direitos naturais nos vieram de Deus, sem que da nossa parte houvesse esforço algum para a sua obtenção. Cada faculdade nossa a Divindade proveu de um órgão que lhe correspondes o homem quer falar, andar ou satisfazer a qualquer necessidade natural, - falia, anda, satisfaça-la. Mas a liberdade da imprensa não nos veio de Deus, porque ela deriva de uma invenção do homem.”

Esta objeção quase que não devia merecer as honras de uma refutação pela sua fraqueza e incoerência. Para respondê-la, bastaria dizermos que são ideias mui distintas a de liberdade da imprensa, e a de imprensa simplesmente: a primeira

é relativa a um direito sagrado que nasceu com o homem; a segunda refere-se a um meio que com quanto não nascesse com o homem, ele pode empregar, porque facilita o exercício daquele direito. Assim, se a imprensa não nasceu com o homem, logo que foi inventada, identificou-se com ele, um meio do exercício de sua liberdade, indispensável para o seguimento de um fim justo.

Respondamos mais cabalmente a esta objeção.

Há direitos naturais que para serem exercidos dependem de condições, de meios que estão fora do agente livre: tal é, entre outros, o direito que temos de procurar nossa subsistência, nossos cômodos, etc.

Para chegarmos ao complemento de qualquer desses direitos, isto é, para chegarmos ao fim, que nos ele autoriza, temos de lançar mão de meios externos, e a esses meios temos direito, e um direito tão natural como é que temos ao fim, a que nos propomos. Ora esses meios podem ser pouco enérgicos, menos perfeitos do que era para desejar, ou porque não podemos lançar mão dos outros, ou porque ignoramos a existência de melhores; mas logo que, o estudo, o engenho, a experiência do homem descobrem um meio mais enérgico, mais perfeito para a obtenção daquele mesmo fim que anteriormente era obtido por um meio menos perfeito, não se pode negar ao homem, que tem o direito irrefragável a sua perfeição, o direito de assenhorear-se desse meio mais perfeito. Apliquemos esses princípios á manifestação dos nossos pensamentos, e veremos que é absurdo contestar ao homem o direito de fazê-la por caracteres impressos, chamados - letras.

Muito se há questionado se a liberdade da imprensa deve ser absolutamente plena, se restringida; alguns até tem admitido uma espécie de corretivo ao escritor, que apelidam - *censura prévia*.

É nossa humilde opinião que a liberdade da imprensa não pôde e nem deve ser absolutamente plena; não pode, porque o homem não é onipotente em nenhuma das suas faculdades; não deve, porque o homem tem de atender a muitas considerações, que não cumpre desprezar, e porque a justiça assim o recomenda.

Tanto nos achamos compenetrados desta verdade que o pensamento, quanto a nós, ainda mesmo debaixo de sua fôrma psicológica, não o reputamos - absoluto, e disto daremos o porquê.

Quando, concentrados em nós mesmo, deixamos o pensamento mergulhar-se no pélagos insondável das fantasias, ou, tentando perscrutar os arcanos da Divindade, vemo-lo (por assim dizer) estacar e retroceder dos pórticos do Infinito, por ventura o nosso pensamento tem o cunho da realidade? Certo que não; porque não se pode classificar de real o pensamento que viaja cego e extraviado por um país que lhe é inteiramente desconhecido. O homem só é homem quando conhece a extensão e o limite de todas as suas faculdades, quando não é um ente apaixonado, cheio de ilusões, e puro fabricante de castelos no ar. Não queremos ser excêntrico, quando assim nos pronunciamos. Marrast nos autoriza a pensar d'esta maneira quando diz: "que toda a faculdade humana é limitada em sua natureza; que toda a liberdade encontra um limite necessário em uma liberdade vizinha." Onde, pois a absoluta plenitude do pensamento humano?

O homem no exercício de qualquer dos seus direitos, segundo pensamos, não pode usar de uma liberdade absolutamente plena, porque todos os direitos humanos são restringidos, tendo uma esfera assinalada dentro da qual o agente livre deve obrar. A plena e absoluta liberdade só existe em Deus, que é ilimitado e absoluto em todos os seus divinos atributos.

Mas, se reconhecemos que todo o direito humano tem um limite, também reconhecemos que a liberdade humana não deve ser encurtada em quanto não for na esfera da liberdade alheia por obstáculos ao seu livre desenvolvimento. É por isso que rejeitados a censura prévia, doutrina abraçada pelo Sr. Ficquelmon e outros publicistas.”

O Sr. Ficquelmon pode-nos objetar pouco mais ou menos deste modo: “A liberdade da imprensa é um direito natural como outro qualquer. Não há direito algum natural que seja absoluto; todos são mais ou menos limitados. E se a sociedade tem o poder de limitar o exercício de todos os direitos, porque não há de tê-lo acerca do da liberdade da imprensa? Porque não há de obviar os abusos que possa resultar do exercício desse direito? Porque não há de estabelecer uma polícia preventiva, uma censura prévia, que tenha por fim cortar e prevenir tais abusos?”

Mas, perguntaremos: como estabelecer-se essa polícia preventiva, essa censura prévia?

*Hoc opus...*

Não há quem negue que os direitos do homem são limitados pelos princípios de justo e do honesto; porém há muito quem negue a utilidade da censura prévia, porque ela é tanto mais esquisita e lesiva dos direitos do cidadão, quanto em nenhum outro direito natural os seus sectários afundam.

A censura prévia importa a existência de um censor, de um homem eminentemente ilustrado e quase que dotado do dom da inerrância para analisar miúda e imparcialmente o escrito que tem de aparecer no domínio do público. Porém, qual o censor (falamos em teoria) que exerça as mesmas atribuições a respeito de outro qualquer direito natural que não seja o da liberdade da imprensa? Por ventura o legislador quando proibiu o furto, o roubo, o assassinato estabeleceu, ou alguém já recomendou que um censor fosse indagar do ladrão, do

roubador, do assassino - quando, aonde e de que modo ia perpetrar o crime? - Quem o afirmará, a menos que não afirme também que semelhante censor deverá ser um adivinho, um conhecedor dos segredos que se acham depositados no coração humano? A comparação que estabelecemos, não é um paradoxo, ela nos parece coerente e verdadeira. A censura prévia importa o resultado de todos os atentados que atacam a liberdade da imprensa. Esse resultado, segundo o Sr. Benjamin Constant, consiste “na exasperação dos escritores, cujo sentimento de independência é inseparável do talento; nas alusões, a que eles têm de recorrer tanto mais amargas, por isso mesmo que são indiretas; nas produções clandestinas, que necessariamente hão de circular, e por esse fato mais perigosas; no desejo excessivo do público pelas anedotas, e pelos princípios sediciosos; no caráter sempre interessante da coragem dado a calúnia em uma palavra, numa importância viciosa aquelas mesmas obras que são proibidas.” Os mesmo escritos ainda diz com toda a propriedade:

“Tem-se confundido sempre os escritos imorais com a liberdade da imprensa, e é a escravização da imprensa que há produzido os escritos imorais e que lhe tem assegurado o seu reino.”

“A censura prévia, dizem os partidários desta doutrina, é o mais poderoso baluarte que se pode levantar contra os delitos da imprensa;” e, estribados no princípio de direito - *melius est occurrere in tempore, quam post exilum vindicare*, - supõe haver justificado sua opinião, assentando-a em um terreno inexpugnável.

Enganam-se

“É melhor prevenir o crime, do depois de que puni-lo perpetrado” não há dúvida nenhuma. Porém como se entende

prevenir o crime? Com a criação de censores que, sob o pretexto de utilizar a sociedade, não farão senão levá-la ao sorvedouro dos abismos?... Certamente que não; porém com a promulgação de leis sábias, prudentes e enérgicas que inflijam penas a tais e tais crimes provenientes de tais e tais abusos; isto, sim, é prevenir o crime, porque o cidadão que conhece a sabedoria do legislador e a retidão do tribunal que o tem de julgar, evitará cair nos abusos para que não venha a sofrer por causa deles: *qui amat periculum, in ill peribit*; é um princípio que reconhecemos, porque frequentemente se vê realizado.

O meu distinto patrício o Sr. Moraes Sarmento, apostilando o § 4º do art. 179 do nosso Pacto fundamental, e referindo-se ao princípio de direito supracitado, se expressa de um modo mui conveniente e justo. Diz ele: “todas as leis preventivas trazem com sigilo o cunho da injustiça, por isso mesmo que tendem a esbulhar o homem de um direito com o frívolo pretexto de que ele poderá abusar. Se atendermos que a privação de um direito é uma pena e que esta pena para ser justa deve ser a consequência de um delito, facilmente conheceremos a sem razão de se privar a uma pessoa de um direito, sem que esta tenha primeiramente cometido um delito.”

Os propagadores da censura prévia sustentam na ainda com este argumento: “Os males que resultam do abuso da liberdade da imprensa são superiores aos que procedem do abuso de qualquer outro direito. Assim o indivíduo que é infamado ou ferido em sua honra e reputação, sofre tantos agravos, tantas ofensas e injurias quantos são os exemplares do escrito que contra ele foi publicado; porque, embora a autoridade competente, por sentença, mande cassar o escrito, não é possível que todos os exemplares sejam destruídos: alguns escapam a ação da justiça, e ainda que sejam totalmente aniquilados, as ideias que correrão por tantas partes, permanecem em todos que as receberão, e o indivíduo ofendido, senão

a respeito de uns, a respeito de outros é reputado tal qual o seu detrator o descreveu.”

Não desconhecemos o peso deste argumento: porém para contrabalançá-lo-á esta a opinião pública, que é o juiz mais reto que existe entre os homens; e é também a opinião pública que com sua razão esclarecida levantará a voz da justiça para defender o inocente - ignorante que não sabe medir suas rústicas armas com a perícia astuciosa do seu agressor.

As vantagens que resultam da liberdade da imprensa são de um valor incalculável para o indivíduo que a cultiva, para os particulares, para o Estado e para a Religião. O indivíduo, cultivando a imprensa, se habilita para um dia servir devidamente a sua pátria. Em quanto vai encontrando esses tropeços que ordinariamente se nos atulham na arena espinhosa das letras, em quanto a experiência lhe vai fornecendo cabedais científicos, aproveita pouco a pouco os benefícios, que lhe proporciona a imprensa, e chega a final o poder de ocupar algum espaço no grande mapa que traça o nome e os feitos dos homens célebres.

E nem se diga que o escrito novel, porque sustentou e propagou uma doutrina errônea, concorreu diretamente para o dano da sociedade. Não: primeiramente porque aí estão as capacidades, os talentos que escudados na lógica e nos são princípios da verdadeira filosofia, esclarecerão a questão, sabendo discriminar o verdadeiro do falso; e em segundo lugar porque da publicação mesmo das ideias errôneas resultam muitas vezes imensos bens a sociedade, que partilhando, em parte, dos mesmos preconceitos, acha nas discussões da imprensa o mais pronto corretivo ou emenda para eles. Mas, se o erro posterga os princípios recomendados pela morai ou abala os fundamentos da religião de Jesus Cristo, então não é debalde a doutrina que o nosso legislador Constituinte consagrou no final do § 4º do art. 179, “e seja o escritor, perante a lei, res-



ponsável pelo abuso que cometeu no exercício da liberdade da imprensa.”

Os particulares, testemunhando de parte com a boa fé que deve caracterizá-los, as questões que se discutem pela imprensa, vão colhendo muitos frutos que a seu tempo tem de saborear. Não há homem que não tenha seu quinhão mais ou menos avultado de filosofia natural, de critério; e com essa filosofia natural, com esse critério os particulares distinguem o bom do mau, o ilícito do direito, o justo do injusto, etc. e ei-los, já por si, já pela ética do escritor, instruindo-se em uma escola, de cujas lições não pode prescindir nem o filho da miséria, nem o favorito da fortuna, nem o ignorante nem o sábio.

O Estado, este deve ser o primeiro a proteger a imprensa, porque a imprensa é que lhe sugere as necessidades das diferentes localidades e as medidas mais prontas para provê-las. A imprensa é que lhe denuncia os juizes venais e corruptores os ministros corruptos e dilapidadores, e as facções sediciosas que tentam minar os alicerces que amparam o edifício social, sofre o qual ele se acha assentado.

As leis feitas imediatamente pelos homens nem sempre são as colunas mais fortes o edifício social!

O Estado proteja a imprensa, não lhe cessei os voos, porque todas as vezes que o festado se revoltar contra a liberdade da imprensa, se revoltará contra um direito sagrado, contra a espontânea voz da razão; e, pensando esmagar o povo, terá o colo por ele esmagado; porque, como muito bem diz Lamennais: - “quem mais padece, não são os oprimidos, mas os opressores.”

A Religião em sua essência, como filha de Deus, ou como o próprio Deus, não necessita dos favores do homem; porém como uma virtude, como um sentimento que nos foi revelado pela Divindade, e sem o qual não podemos passar, a Religião exige da imprensa aquele apoio que a ponha ao abrigo dos seus

gratuitos impugnadores, os quais infelizmente tanto tem de poucos em número, quanto de perigosos em suas doutrinas.

A Providência Divina é certo que dotou a todos os homens de uma consciência que lhes marca a diferença que há entre o bem e o mal; mas também não é menos certo que há indivíduos que pela infelicidade de sua condição, se deixam embair de preconceitos grosseiros e selváticos, que de algum modo enervam-lhes as fibras do coração e amortecem-lhes a voz da consciência. Esses não procuram Religião; porém a imprensa, operando neles uma espécie de reação, por meio das verdades religiosas, que divulga, torna-os conhecedores dos seus crimes, dos seus desvarios e erros: e ei-los, outra vez, cônscios dos seus deveres, no grêmio da sociedade, como verdadeiros cidadãos, e submissos a voz consoladora da Religião.

Em conclusão, e a vista do pouco que temos dito, já se pode avaliar qual seja nossa humilde opinião acerca da liberdade da imprensa: queremos que esta tenha limites, do modo porque já nos explicamos, porém desconhecemos a necessidade da censura prévia, porque enxergamos nela um atentado contra o livre exercício de um direito natural que não deve encontrar obstáculos em sua marcha.

**J. CORIOLANO DE S. L**

Publicado no Jornal O Atheneu Pernambucano: Periódico Científico e Literário. "Avante e sempre!" Volume I. N.º 2. – Mês de Agosto. 1856.

# UM PASSEIO ÀS DEZ HORAS NAS RUAS DO RECIFE

## I

Os homens, não obstante terem nascido com as mesmas faculdades, e serem igual em quanto se acham envolvidos nas fochas do berço, todavia, pelo desenvolvimento de sua razão assumem caracteres distintos daqueles que se manifestam em outros homens, e certas tendências que os impelem a rejeitar gozos e prazeres que outros procuram, e a procurar gozos e prazeres que outros rejeitam.

Esta espécie de excentricidade que se verifica na natureza dos seres animados, está de perfeito acordo com a harmonia do universo puramente material; harmonia que resulta, não de uma simetria sempre constante, ou de um pé de igualdade, em que se acham sempre dispostos os demais seres que o povoam; porém da mesma diferença, isto é, do contraste entre as coisas, - do pequeno e do grande, do arbusto e da árvore, do vale e da colina, do regato e do oceano, etc.

Ora, uma vez provado que as tendências humanas divergem, assim como são diferentes e contrastantes os diversos seres que formam a harmonia do mundo material, não é de admirar que, em quanto uns passeiam no belo Recife, sob o império do belo luar, arrebatados pelo poderoso influxo de um dos seus languidos raios, e sobem as regiões desconhecidas, e sonham acordados as mais deliciosas fantasias, que lhes acalentam a imaginação arrojada, haja alguém que prefira a tudo isto dar um passeio pelas ruas da cidade, quando as trevas apenas são mal dissipadas pela frouxa luz dos lampiões; quando os horizontes enegrecidos de pejudadas nuvens, fuzi-

lando a esmo, ameaçam no trovão longínquo os que não têm guarida, aumentando os sofrimentos do mendigo, que vê na próxima borrasca novos incentivos a seus males.

Não são preliminares de um romance o que acabamos de dizer: - são apenas os fracos alicerces sobre que quisermos fundamentar a nossa asserção quanto á diferença dos gozos e dos prazeres neste mundo, para depois continuarmos o nosso humilde escrito, que não nasce de uma simples conjectura, ou não se firma sobre uma mera hipótese; porém nasce de uma verdade testemunhada, ou se firma sobre um fato todo real.

## II

Em uma dessas noites tempestuosas e sombrias que fazem muitas vezes apertar o coração mais intrépido e varonil; em uma dessas noites, em que os elementos como que reciprocamente se ameaçam, pela escuridão medonha, pelo fuzilar dos relâmpagos nos diferentes pontos do céu, pelo estalar do trovão, que assemelha ao longe um parece dividir a terra do livramento, um mancebo, levado por ideias, que somente Deus pode conhecer, e que ele talvez mesmo ignorasse, rebuçado em um capote, e fumando um charuto percorria as ruas do Recife, quebrando, sem rumo certo, muitos becos.

Ao passar por junto de uma igreja, ouviu um gemido dolorosíssimo que, incutindo-lhe no coração um terror misturado de compaixão, eriçou-lhe os cabelos, e por breves instantes tornou-o mudo como o espectro, e imóvel como a estátua.

O passeador notívago, com quanto não fosse homem experimentado nas grandes crises, com tudo, coordenou suas ideias, serenou-se quanto pode, e marchou mais curiosidade o demoveu, dando-lhe novas for tranquilo do que permitia

aquela singular conjuntura, para o lugar, donde os gemidos saíam com mais frequência.

Horrível espetáculo, indigno de aparecer em um país católico, como o nosso, em uma cidade comerciante, rica, ativa e policiada, como é o Recife!...

Sobre o átrio da igreja, perto da porta principal, jazia estirada e quase nua, tendo apenas alguns pedaços imundos de trapos, miséria que lhe ocultavam alguma parte do corpo, uma miserável mendiga, cuja idade parecia ser de 40 a 50 anos.

Já então começavam a cair alguns grossos pingos d'água de uma nuvem negrejante e ameaçadora que estava iminente à cidade.

O mancebo, em extremo comovido, sendo já perto de meia noite, e não podendo em nada ser útil a pobre velha moribunda, perguntou-lhe o que sofria.

A desgraçada nada atendia, e redobrava seus gemidos, estorcendo-se pelas lajes do adro até o vestíbulo do templo, no meio das mais tormentosas angústias.

Não precisava ser um bom físico para conhecer que os dias da infeliz estavam contados, e que o relógio de sua vida ia brevemente dar a última pancada, pondo assim um termo aos seus padecimentos.

Houve, entretanto, uma momentânea reação nas faculdades da desgraçada; por que estas palavras lhe saíram do íntimo do peito com um acento tal que excitaria a compaixão no coração ainda mais empedernido: “Mataram-me o marido, recrutaram-me o filho, roubaram-me a minha querida filha; não é muito que eu morra de fome e de frio sobre as pedras desta igreja, sem achar entre tantos sobrados e palácios, atulhados de homens e de mulheres, e cheios de imensas riquezas, uma

alma caridosa que me faça repetir o nome de Jesus e meta-me uma vela na mão!...”

A estas últimas palavras fuzilava um relâmpago e estourava um trovão; e a moribunda prosseguiu: “Obrigada, meu Deus! - não preciso mais da luz de uma vela, vós mandastes-me a luz de uma vela, vós mandaste-me a luz de um relâmpago, e o trovão que ouço, me ensina a repetir o vosso santos nome”

Foram estas as últimas palavras da moribunda, que expirou entre os mais agonizantes martírios.

### III

Depois desta cena, o mancebo, lutando com uma imensidade de ideias que quase espontaneamente lhe acudiam a mente, ainda desta vez ficou petrificado; mas a curiosidade o demoveu, dando-lhe novas forças; e, chegando-se bem para perto do cadáver, e ativando com algumas fumaçadas o lume do seu charuto, reconheceu naquele miserável invólucro todos os sinais de uma mulher que fora interessante nos seus melhores dias, e cuja cor e cabelos, não obstante o verniz dos anos, ou antes dos sofrimentos e da morte, indicam ser ela, talvez, mais do que uma mulher nascida na miséria ou no leito da prostituição.

E nem alguém se admire de um semelhante resultado, obtido de um exame instantâneo, apenas ajudado pela luz de um charuto. O coração do homem é às vezes presságio e adivinho, e a luz, para ser diferenciada das trevas, basta fosforizar em um pirilampo.

Este fato que acabamos de descrever, e que não chega ao conhecimento do público revestido de todas as suas cores horrorosas, porque ele pertence ao gênero daqueles que somente os olhos e o coração poderiam pintá-los, se tivessem o dom da palavra, dá motivo a mui judiciosas observações e

talvez que até mesmo a censuras bem merecidas.

O estrangeiro que passar por nossas pontes, pelos adros das nossas igrejas e pelos vestibulos dos nossos estabelecimentos públicos, e vir essa multidão de mendigos, de leprosos, de cegos e aleijados entoando a música das lamúrias expostos aos rigores mais intensos do sol e da chuva, sem o pão quotidiano, porque esse depende da caridade dos que transitam, falhando muitas vezes ou quase sempre, por isso que nem todos possuem essa tão sublime virtude, e porque outros querendo exercê-la, não o podem por falta de meios, o que dirá, fálamos geralmente, do nosso governo, da nossa cidade, do nosso progresso, da nossa filantropia?

No Brasil, onde os meios do progresso superabundam pela fertilidade do solo, pela riqueza das minas, pelo vigor juvenil que lhe circula em cada uma de suas veias; no Brasil, onde os dinheiros chegam para tudo, e com muita sobra, é de admirar que se vejam cenas como essas que se presenciam nas pontes, nos adros das igrejas, e finalmente por toda parte do Recife; enquanto que este, molemente deitado em seu leito de relvas, formado pelas frescas margens do Capibaribe, dorme o sono da indolência, e, quando muito, olha para todas essas misérias como a fortuna para a desgraça, ou como o potentado do torreão que; se casualmente fita os olhos para o triste albergue do pobre, afasta logo a vista com asco e com desprezo.

#### IV

Talvez que alguém, ao ler essas breves reflexões que fizemos em geral, sobre a incúria que descobrimos relativamente ao grande número de infelizes que sucumbem todos os dias sob os horrores mais feios da miséria e da fome, se lembre de dizer-nos - que no Recife há estabelecimentos de caridade, e que qualquer medida, que viesse sanar os males que enxer-

gamos, traria o inconveniente de fazer avultar o número dos mendigos, e de gastarem-se os dinheiros dos cofres, muitas vezes, com esses vadios que, mais próprios da punição policial, do que da caridade dos fiéis, entregam-se á modorra da preguiça, sem irem procurar nas nossas matas fertilíssimas o fruto que os devia alimentar, e nas substanciosas raízes das nossas fecundas serras e abundantes campos o pão que lhes devia matar a fome.

Os estabelecimentos de caridade existentes no Recife ou não são suficientes abranger e socorrer para o grande número de infelizes que morrem todos os dias à míngua sobre as pontes e pelas ruas, ou não se acham montados, por circunstâncias que estão fora do nosso alcance, como fora para desejar.

Quanto porém ao perigo de prestar-se muitas vezes asilo aos vadios em lugar dos necessitados, a polícia não é tão falta de inteligência e perspicácia que não saiba discriminar a verdadeira miséria da hipocrisia, a vadiação da impossibilidade quase absoluta de agenciar o pão quotidiano.

Talvez que até mesmo, se tivéssemos bastante conhecimento do que se passa nos países mais civilizados do mundo, quanto ao ponto que nos ocupa, pudéssemos confessar que o mesmo que por aqui estranhamos, se dá nesses lugares. Mas isto ainda não fora bastante para pensarmos diversamente, tanto mais quanto descobrimos em o nosso país dados suficientes para minorar a sorte desses infelizes que levam uma vida mais tormentosa e grotesca do que os próprios animais dos campos.

Não temos por fim, com estas observações, estigmatizar o nosso governo, nem tão pouco desconhecer o desvelo paternal e solícito com que ele cura de todas as nossas necessidades; porém, tendo somente em mira revelar aos nossos leitores o resultado de um passeio à meia noite, e quando o tempo



se mostrava tão carrancudo e inóspito, fomos naturalmente levado ao campo das reflexões, que na mente do filósofo ou do homem bem intencionado e filantrópico são sugeridas por fatos da ordem disse que deixamos estampado.

Paramos aqui, e pedimos aos amadores dos passeios noturnos, em tempo desfavorável, que, senão de um modo absoluto, ao menos algumas vezes deem preferência aos passeios ao luar, porque aparecendo ali cenas como a que descrevemos, haverá sempre um misto de horror e de poesia, e não esse horror prosaico que se apoderou do passeador as dez horas.

**J. CORIOLANO DE S. L.**

Publicado no Jornal O Atheneu Pernambucano:  
Periódico Científico e Literário. “Avante e sempre!”  
Volume II. N.º 2. – Mês de Junho. 1857.

# A Marília Dirceu

A questão, de que nos vamos ocupar, não é literária ou científica; porém nem por isso deixa de ser importante. Ao menos assim pensamos, e conosco pensará quem refletir sobre ela com verdadeiro critério.

É simplesmente uma luva levantada pelo mais fraco campeão, porque alguém, atirando lhe a face, articulou palavras afrontosas contra sua dama; - é simplesmente um brasileiro que, vai defender uma brasileira, contra quem se faltou com uma linguagem mais chistosa do que séria e crítica, e uma brasileira que se não pode desprender dos anais da nossa história pela sua formosura, pela sua celebridade, pelos seus amores, em uma palavra, que a fizeram conhecida, respeitada e estimada em toda parte, por onde repercutíramos sentidos e melodiosos sons da apaixonada Marília de Dirceu.

Lendo as “Memórias de Literatura Contemporânea” do Sr. Lopes de Mendonça, deparamos a pág. 372 até a pág. 377 com uma nota que tem por título - Morte de Marília de Dirceu -, onde o ilustre escritor profere palavras bem amargas contra o sexo feminino, criticando do modo mais áspero e desabrido essa inocente virgem brasileira, a quem, evocando do santuário do túmulo, apresenta com sua pena profana um terreno desvantajoso e ridículo, e aquém mimosêa com a singular apoteose, segundo se deduz de suas expressões, de modelo, protótipo, ou como quiserem chamar, das mulheres ingratas, infiéis, que não sabem corresponder aos extremos do poeta, que adora-as, que dá-lhes uma vida perdurável, tão longa como a duração dos tempos, na celebridade dos seus versos, e que, por último, se fina por amor delas.

Convém que analisemos *a crítica, o reparo, o chiste* ou o que quer que seja do Sr. L. de Mendonça com relação a célebre

Marília de Dirceu; - célebre por ter sido o alvo, a que convergiu a vocação amorosa mais pura; - por ter sido o ímã fascinador que atraiu os cuidados, os desvelos, toda dedicação do melodioso poeta, para cuja celebridade literária também concorreu do modo mais poderoso, como objeto de suas únicas inspirações. Analisemos, sim, essa crítica, reparo ou chiste, que ofende tão de perto a respeitável e saudosa memória da bela Mineira, e que, por sem dúvida, revela em seu autor, a quem, aliás, tanto respeitamos pelos seus conhecimentos científicos, um momento de infeliz humor.

Começa o Sr. L. de Mendonça:

“Morreu a Marília de Dirceu, cujo nome profano era Maria Joaquina Dorotéia Seixas Brandão, com 84 anos de idade!”

“Pois que, disse eu lendo a notícia num jornal, esta mulher fora amada por um melodioso poeta, esse poeta dera-lhe um nome popular, glória, celebridade, admiração, e ela deixou-se viver até a patriarcal idade de 84 anos? Nem a dor, nem as mágoas, nem a recordação de tudo quanto seu amante sofreu, nem a sua morte, nem a sua loucura lhe diminuíram alguns dias de vida!...”

“Quem é que concebe a Beatriz do Dante, velha, rabugenta, cornos olhos amortecidos, com a voz fanhosa, encostada a um bordão, curvada, trêmula, caquética?...”

Qualquer pessoa que não se sentir dominada dos sentimentos do Sr. L. de Mendonça, sentimentos gratuitos, sem nenhum peso de critério, sem nenhum vislumbre de seriedade, ha de “necessariamente” dizer conosco que nada tem de admirável, nada tem de miraculoso essa existência de 84 anos, que viveu Marília de Dirceu.

Não achará prodigioso e nem excedente do possível que uma mulher extremosamente amada, e que soube sempre corresponder a esse amor, pudesse viver tanto tempo, a menos que não quisesse cair na fraqueza imperdoável de cometer um

suicídio, como parece deduzir se das palavras do Sr. L. de Mendonça - ela deixa-se viver até a patriarcal idade de 84 anos.

Que cópia daria de si a amante de Thomaz Antônio Gonzaga, a bela e encantadora Marília, de um coração tão cândido, tão angélico, se deixasse vencer e arrastar pela mais fatal alucinação, consentindo “voluntariamente” em sua própria destruição? Por ventura ficaria sempre ligado a sua memória o atributo de “heroína” que o poeta lhe granjeou em suas dulcorosas canções?

Ninguém responderá que - sim.

E não fora melhor, como efetivamente aconteceu, que, triste, inconsolável, isolada em um retiro, consagrasse sua vida patriarcal a lembrança de seu querido noivo, banhando com a torrente de suas lágrimas, símbolo da mais acrisolada saudade, aquelas páginas douradas, onde se dilatava a alma do poeta aos eflúvios da mais santa paixão, e que ela relia, cada vez com mais explosão de ternura e de amor, cada vez com mais interesse, - com esse interesse que tem os amantes infelizes?...

Ninguém responderá que - não.

Acha o ilustre crítico impossível de conceber-se a Beatriz do Dante - velha, rabugenta, com os olhos amortecidos, etc.? - Pois crê impossível de conceber-se uma coisa bem trivial na série dos humanos! Nada mais possível! - nada mais consentâneo com as leis da natureza que nos regem!

E perguntaremos: - O fato de amar e ser amado é condição *sine qua non*, é motivo suficiente para que um amante não possa sobreviver a outro, e até por longos anos? - O sentimento proveniente do amor, a paixão mesma, é de um caráter tão destrutor que infalível e irresistivelmente leve à sepultura - logo - o amante que sobreviveu a outro?

E ainda que a lembrança do objeto amado, do penhor idolatrado, essa lembrança pungente e dolorosa, influa pode-

rosamente para o enfraquecimento, ou mesmo para a extinção da vida, é regra geral que todas as naturezas tenham uma mesma têmpera, uma mesma constituição orgânica frágil, quebradiça aos revezes da sorte, a ponto de não poderem reagir contra esse sentimento, contra essa lembrança pungente e dolorosa?

Creemos que a admissão de uma tal teoria é inexecutável e absurda, essa teoria fora irrealizável, - peca por exagerada; é, em fim, mais caprichosa e gratuita, do que real.

Continua o Sr. L. de Mendonça em suas imprecações contra a pobre Marília: - “Que é feito então dessa Marília encantada, cujo rosto se avermelhava pudicamente aos protestos apaixonados do seu amante, cujas mãos delicadas iam colher rosas e jasmims para lhe coroar afronte, cuja voz doce e suave acordava os ecos da campina, e fazia estremecer de júbilo os pássaros, que pousavam nos ramos da floresta?”

“Que é feito dela, pois não sabe?

- Seus cabelos encaneceram, suas faces crestaram ao sopro das estações, seus olhos perderam o brilho da mocidade, sua voz declinou do tom argentino e melodioso que somente se faz ouvir na florescência dos anos - ela morreu!

E porque tudo isto? - Porque sobre ela caiu o lapso dos tempos, porque a humanidade não se pôde furtar aos estragos inevitáveis dos seus poderosos e necessários influxos, porque, como muito bem dizia o seu mavioso cantor é amante: -

“Minha bela Marília, tudo passa:  
A sorte d’este mundo é mal segura:  
Se vem depois dos males a ventura,  
Vem depois dos prazeres a desgraça.”

“Ontem jovem e cândida, hoje velha e triste! Que é feito dessa face tão fina e transparente?”

Por mais de uma vez temos observado que o Sr. L. de Mendonça é sobremodo excepcional considerando os amantes; a ponto de, por uma lógica irresistível, chegarmos à conclusão de que o nobre crítico só encontra amor e poesia em - uns cabelos luzidos, em uns olhos brilhantes, em uma tez rosada e fresca, em uma fala dulçorosa, em tudo somente, que é realçado pela juventude.

Doutro lado, ficamos como que suspensos... não obstante a força de semelhante dedução; porque por mais de uma vez temos voado ao mais puro e belo idealismo nas palavras poéticas e arrebatadoras do Sr. L. de Mendonça.

Por mais de uma vez a fluência magnética de sua bem torneada fraseologia nos tem embevecido e acalentado a mente. E se é isto também pura verdade, como é que o ilustre crítico quer fazer consistir a poesia somente em uns cabelos que doudejam ao sopro dos ventos, em um rosto que se avermelha pudicamente aos protestos apaixonados do amante, em um todo unicamente, em que transparece o verniz da mocidade?

- É que o Sr. L. de Mendonça não falou de harmonia com os seus legítimos pensamentos; - é que o autor das “Memórias de Literatura Contemporânea” quis por alguns momentos divertir-se com a memória da bela Mineira, a quem devera votar todo aquele acatamento e respeito, de que são credores os que dormem na paz dos túmulos.

Sabemos que o Sr. L. de Mendonça conhece toda a extensão e limite da verdadeira poesia; que não ignora que a verdadeira poesia, a sublime poesia, que nos arrebatava nas asas da inspiração, que nos faz sonhar como os anjos, não é tão material a ponto de somente manifestar-se no que é puramente exterior.

A poesia não está somente na beleza que- a mocidade doura, - ela despreza muitas vezes as simples aparências; esses europeus que fascinam os olhos da matéria, e vai estabelecer seu trono no mais recôndito dos corações sensíveis,

e abrir suas graciosas flores nos voos espaçosos de uma imaginação pura. Aí ela se acrisola pelos sentimentos mais puros, pelo amor ingênuo e singelo, - sem preterições grosseiras materiais: esta é que é a verdadeira poesia. Que lhe importam as cans, as rugas do rosto, os olhos embaciados, a falia trêmula, o passo moroso, se o coração permanece cândido, e o amor sempre extremoso?

Quem poderá acreditar que Thomaz Antonio Gonzaga, se a fortuna lhe houvesse sorrído, assim como golpeou-o, vendo coroados todos os seus desejos, rodeado da inocente e mimosa prole, frutos delicados dos seus castos amores, voltaria ao estado grotesco de insensibilidade e de anti-poesia somente porque chegara a uma *patriarcalidade*, ou porque na querida metade notara a mudança física que o tempo produz?

Pois uma alma tão grandiosa, como a sua, um coração tão apaixonado, como o seu, arrefeceriam no amor somente porque nele ou nela o tempo operara seis inevitáveis efeitos? É incrível.

As almas puras, como a sua, os corações amantes, como o seu, que prazeres não sentiriam ao verem realizados os elevados voos de sua imaginação poética nos seguintes versos:

“Irás a divertir-te na floresta,  
Sustentada, Marília, no meu braço  
Ali descansarei; aquece sesta,  
Dormindo um leve sono em teu regaço.”

.....  
“Depois que nos ferir a mão da morte,  
Ou seja neste monte, ou n’outra serra,  
Nossos corpos terão, terão a sorte  
De consumir os dois a mesma terra.”

“Na campa rodeada de ciprestes  
Lerão estas palavras os pastores:

Quem quiser ser feliz nos seus amores,  
Siga os exemplos que nos deram estes.”

E quando, depois de descrever a mudança que dele fizera a fortuna, se manifesta aos olhos da posteridade tão cristamente resignado, quem não vê aí a poesia, filha do céu?

“Se não tivermos lãs e peles finas,  
Podem mui bem cobrir as carnes nossas  
Às peles dos cordeiros mal curtidas,  
E os panos feitos com as lãs mais grossas.  
.....  
Contentes vivermos d’esta sorte,  
Até que chegue a um dos dois a morte.”

Mas, se a poesia é inseparável da mocidade, como o bom Dirceu viveria sempre contente com sua cara Marília? Segundo o Sr. L. de Mendonça, esse contentamento desapareceria com a velhice, se é que fala sério.

“Esse homem, esse poeta, essa alma terna, esse coração apaixonado... viveu 15 anos em Moçambique, longe dela, longe da noiva, a que votara lodosos suspiros da sua lira, todas as lágrimas, todas as amarguras do seu infortúnio, e ela continuou a viver descuidosa, indiferente! e não se lembrou de o ir consolar, de ir viver, de ir morrer com ele! Ó mulheres! mulheres!”

Aqui de duas uma: ou o Sr. L. de Mendonça deixou a pena correr para ostentar a deliciosa fluidez de sua imaginação, ou ignora solenemente os nossos hábitos. No 1º caso, mal dizemos a deliciosa fluidez de sua imaginação que fulminou tantas imprecações contra a inocente Marília; no 2º criminamo-lo por há ver antecipado seu juízo sobre um fato, de que não tem conhecimento, e que não devia decidir peremptoriamente.

Entre nós as nossas donzelas, seja qual for a sua idade, se consideram sempre sob o pátrio poder, e por esse fato inibidas



de empreenderem uma viagem para lugar distante do seu natalício, no próprio país, quanto mais para um país estrangeiro. Pode ser isto um prejuízo, pode; porém ninguém contestará que a amante de Dirceu, por mais pura e extremosa que fosse sua dedicação ao seu amado, não podia ir consolá-lo, ir vê-lo, ir morrer com ele.

“Finalmente, em 1809, o poeta expira longo do Brasil, e descansa numa terra estranha. Quereis saber? a Marília tem então ocasião de viver muito, de viver o mais que lhe é possível; só 44 anos depois dá data fatal, é que se lembra de que este mundo consente com dificuldade que se reproduzam os milagres da Bíblia. E se Deus lhe concedesse o mesmo privilégio de Sara, se houvesse uni Abraão condescendente que quisesse um Isaque legítimo, teríamos uma nova Marília talvez, para que a raça das Marílias senão perdesse.”

Analisando este trecho do insigne crítico, chegamos a uma consequência disparatada, e é que a morte dos amantes torna elástica a existência das amadas; - porque a Marília teve ocasião de viver, de viver muito, de viver o mais que lhe foi possível - com a morte de Dirceu!

Porém não, isto são graças do Sr. L. de Mendonça. Ou queria que ela desse fim a sua vida pelo suicídio? Pois acha semelhante ação erótica e poética? Não o julgamos tão inglês como isso. - São graças de crítico.

Mas, como acha que se Deus lhe concedesse o mesmo privilégio de Sara, se houvesse um Abraão condescendente que quisesse um Isaac legítimo, teríamos uma nova Marília talvez, para que a raça das Marílias se não perdesse, digno-se o ilustre crítico atender-nos, se é que a nossa fraca voz se pôde fazer ouvir por um dos mais conspícuos ornamentos da ciência moderna de Portugal.

D. Maria Joaquina Dorotéia Seixas Brandão não merecia ser tratada, como de feito o foi, pelo autor das “Memórias de

um Doido” e “Recordações da Itália”: 1.º porque, pertencendo a uma rica e prestimosa família da província de Minas Gerais, tem uma grande parentela que não pode ler com bons olhos a nota do Sr. L. de Mendonça; 2.º porque Deus já foi servido, há muito pouco tempo, de chamá-la à mansão dos justos, onde a coroa de virgindade que lhe circula a fronte, reverdecerá perfumosa, como soem reverdecer as coroas de todas que morrem virgens, 3.º porque, além de aparentada, além de jazer no santuário dos mortos, ela é uma preciosidade real da nossa história, um diamante riquíssimo que brilha encantador, a despeito do seu trânsito para a morada dos anjos.

Uma ingênua observação.

Se um brasileiro, se um indivíduo qualquer ousasse ridicularizar a memória da *Natercia* portuguesa, da amante do inimitável Camões, qual não seria o despeito do Sr. L. de Mendonça? Quantas páginas não aumentaria o ilustre escritor as que já tem, defendendo essa beldade? O miserável que se atrevesse a tanto, seria anatematizado por suas expressões. Pois bem: a *Natercia* de Camões não pode ser equiparada a *Marília* de Dirceu. Não nos anatematize, porque vamos provar a asserção.

Quem é *Natercia* de Camões?

- Segundo um dos maiores vultos poéticos de Portugal, segundo um dos seus melhores críticos, o Sr. Costa e Silva, a *Natercia* de Camões é uma beldade fantasiada, que nunca existiu, senão como uma idealidade que o poeta criou para dourar os sonhos de sua imaginação e inspirá-lo.

E quem é a *Marília* de Dirceu?

- É uma virgem dos nossos dias, - de ontem - que vimos, que conhecemos: - foi a amante de T. A. Gonzaga, que por ela se inspirou que por ela sofreu, que por ela imortalizou o seu nome de envolta com. o dela; - a mesma que, tendo votado toda a sua vida ao mavioso cantor, pôde sobrevivê-lo, porém

fora do bulício do mundo, em um retiro, onde chorava noite e dia a perda do único esposo que seu coração apetecia.

Há, pois, paralelo razoável entre essas duas entidades? Quem o afirmará?! Duvida-se da existência da primeira, que talvez seja uma ficção, uma palavra somente. A segunda porém é tão real como são as flores das nossas campinas, os frutos das nossas florestas, os cantos das nossas aves, o amor e patriotismo dos nossos corações.

Há, pois, muita diferença!

Ocupemo-nos ainda, e em última análise, com alguns trechos da nota do Sr. L. de Mendonça.

Ele diz: “E esta mulher teve coragem para viver 84 anos! Viveu com aqueles sentidos adeuses... Não ouviu no silêncio da noite, quando o vento triste do inverno açoita as ramadas do arvoredo, a voz dolorosa do pobre louco, repetindo-lhe: Marília! Marília!”

“Fiava, talvez tomasse tabaco, enfeitava-se pela manhã, fazia o rol, ia a cozinha, havia de ter um gato, etc., etc.”

“Esta mulher é um tipo que retrata a mulher neste século...”

“Não compreenderia esta mulher que nós não viemos unicamente ao mundo para viver, mas para cumprir uma missão digna de nós, digna da humanidade?”

“Viveu, preferiu viver!”

De boa vontade nos impomos a suave obrigação de responder a todos esses trechos da nota do Sr. L. de Mendonça.

Quando a Marília de Dirceu ouvia no seu retiro o sussurrar das folhas, o seu ondeamento motivado pelas auras, ela certamente ouvia, por uma associação de ideias que lhe era sobre modo cara, embora mensageira de um sentimento mais ou menos doloroso, o seu mavioso cantor faltando a lingua-

gem do poeta, ouvia-o repetindo o seu nome, chamando-a com a expressão da ternura: - Marília! Marília!

E, provavelmente, não se ocupando na roça e nem de tomar tabaco, ela chorava esse pranto que sabem chorar as meigas e sensíveis filhas da Santa Cruz. Pode ser também que se enfeitasse alguma vez por uma necessidade, por um capricho que é muito das virgens que amam e estão ausentes, e mesmo que são infelizes. Não podia ela por um momento de vaidade, que se não poderá chamar criminoso, cobrir-se com suas sedas, ataviar-se com suas preciosidades, para dizer a si mesma: - Marília, o bom Dirceu não emprega em vão os seus cuidados; - és uma virgem muito bela, és uma mineira do Brasil! -

E certamente. D. Maria Dorotéia era muito bela! - era o mais fino, o mais transparente, o diamante de mais vulto, de mais preço e beleza que produziu aquela rica província, tão fértil em gênios e raridades!

Dissemos, acima, que provavelmente não fiava; mas daqui não se queira concluir que seja para nós um desdouro o trabalho da roça. Em vez de ser uma nódoa infamante, um ofício ignóbil e desprezível, ao contrário, ele foi vida de muitas tribos que por ele puderam constituir-se em nação e é muito mais honroso uma virgem que pura se dê ao inocente trabalho da roça, do que preferir a ele a vida da inércia e da indolência, tão prejudicial ao corpo e ao espírito.

A roça tem sido o sustentáculo das tribos sem civilização dela tem lançado mão - para tornar menos árdua sua vida errante, menos espinhosos os trâmites que conduziram-nas a obtenção dos meios necessários para o conseguimento dos seus fins da roça se tem servido todos os povos até nós, como de um dos seus primeiros elementos de vida.

É bem sabida por todos a legenda da roça, por Pitre Ckevalier.

“Os primitivos romanos, diz este autor, faziam (Folia o símbolo da virtude doméstica. Todos os elogios estavam contidos neste retrato de Lucrecia:

“Domum mamit, lanam fecil.”

Foi ainda em consequência de uma roca que a rainha Bertha, esposa de Pepino, o curto, rei de França, pôde escapar as malévolas tramas de sua criada *Alista*, a qual subiu ao trono no lugar de sua ama; porém não tardou muito que a mentira fosse vulgarizada e permanecesse envolvida nos seus desprezíveis andrajos, enquanto que a verdade inocente e radiosa resplandeceu por toda a parte. E como triunfou a verdade de um modo tão esplêndido? - Todos sabem: - Alista não soube armar a roca que Branca Flor, mãe de Bertha, havia dado a esta no momento em que se separaram; Branca Flor sustentou que sua filha e a rainha seria aquela que conhecesse o segredo da roca, e foi Bertha quem soube esse segredo e quem armou a roca, que lhe restituiu trono!

Independente de fatos históricos que nos ocorreriam sem dificuldade ao bico da pena, a roca tudo prova em favor do trabalho, e nunca será manejada como uma arma ridícula, porque aquilo que é de sua natureza sério e proveitoso, não deve ter uma aplicação heterogênea, não deve servir de exprobração à civilização nascente de país algum.

Passemos ao mais.

Vivendo na solidão, como nos informam: alimentando-se dos versos de seu amado e das saudades que lhe inspiravam, a Marília poderia, também achar consolo em ver-se rodeada de alguns animais domésticos, que ás vezes nos são mais fiéis e úteis que os próprios homens! Porém não foi, por certo, esta a intenção do Sr. L. de Mendonça: - sua intenção foi eivada do ridículo, e como tal merece ser repelida com as armas que a civilidade depositou em nossas mãos.

“Esta Marília é o tipo que retrata a mulher neste século.”

Admitimos o princípio, porém há de permitir o ilustre crítico que dele tiremos a única e verdadeira ilusão. Sim, Ela é o tipo que retrata a mulher neste século, porque sendo ele o século do progresso, das maravilhas da invenção, fora uma aberração inqualificável da natureza, uma exceção inconcebível e toda paradoxal, se nele a mulher não houvesse tocado um ponto bastante culminante das perfeições feminis, na razão direta em que os homens o têm no que lhes diz respeito mais particularmente. É o tipo que retrata a mulher neste século, porque elas, compreendendo a sublime missão á que destinou-as seu supremo Criador, sabem ser boas filhas, ótimas esposas, mais desveladíssimas, e, para cúmulo de seu elogio, - sabem sacrificar o que se chama bem desta vida pelas insônias, pelas vigílias junto ao leito dos desvalidos, onde velam como anjos baixados das regiões celestes!(\*)

“Pois bem, serei eu que o diga ao futuro: esta Marília é uma velha tem 84 anos tem os cabelos brancos e a cara idiota, já não tem dentes, nem lume nos olhos; faz meia á noite, e reza, e resmunga, e ralha, e atormenta-se a si e aos outros, Olhai-a bem! não é uma musa, é uma megera; não passeia nos jardins floridos, de Apolo, pertence antes aos sombrios domínios de Proserpina...”

Como se abusa tanto da imprensa!...

É singular que o homem de gênio e os assisados tenham *momentos túrgidos*, assim como os tolos e os doidos tem seus intervalos lúcidos!

Se quiséssemos, à maneira do autor das “Memórias de literatura contemporânea” abusar do dever de escritor sincero, teríamos o vastíssimo campo das represálias, e então as armas favoritas que foram empregadas contra a inocente mineira, seriam também manejadas, conforme pudéssemos, e a des-

peito da nossa inexperiência em lutas de semelhante ordem, contra o Sr. Lopes de Mendonça.

Mas... fique o nobre crítico com o seu modo de escrever contra as virgens brasileiras, contra as donzelas pudibundas que jazem na paz do Senhor, contra as musas sagradas dos poetas, - contra a falecida D. Maria. Joaquina Dorothea Seixas Brandão, que nós “os brasileiros” temos um coração muito grande para perdoá-lo.

Agora duas palavras, em conclusão, aos nossos leitores e comprovincianos de um modo muito particular.

Não é preciso ser profeta para ler, ás vezes, o que se passa no misterioso recinto do futuro. Tendo por guia a experiência, e por bússola que dirige a barca em mares de semelhante ordem, a história dos povos, capacitamo-nos de uma verdade, e é - que “para o diante os amores de D. Maria Joaquina Dorothea Seixas Brandão, conhecida pelo nome poético de Marília de Dirceu, hão de ser ventilados e tratados com essa força, afã e ansiedade que em casos idênticos se tem observado em todas as épocas.”

Então este nosso pequeno escrito: para o qual muitos contemporâneos lançarão um olhar de indiferença, será tido em algum preço.

Ao menos, fica-nos a glória de havermos - sido o primeiro que engendrou algumas frases, que importam - um solene protesto-contra a maneira pouco-cavalheirosa, e até indigna, por que foi tratada uma brasileira que, sobre ser distinta, é um objeto sagrado como o são todos aqueles que concorrem para fim tão nobre e elevado, qual e - a celebridade de um poeta, a coroa imarcescível dos seus louros, dos seus trunfos, tecida pelo anjo que partilha dessa mesma celebridade, e sem o qual não existiria ela.

**J. CORIOLANO DE S. L**

(\*) Alusão ás irmãs de caridade.

Publicado no Jornal O Atheneu Pernambucano: Periódico Científico e Literário. “Avante e sempre!” Volume I. N.º 3. – Mês de Setembro. 1856.



# O SENHOR FRANCISCO MUNIZ BARRETO - COMO POETA

Desde o momento em que os gênios, os talentos, as capacidades, as mediocridades mesmo, tendo percorrido o estádio das leituras, e penetrando os umbrais do edifício literário, se mostram ao público em suas obras, as opiniões dividem-se a seu respeito, e o novo atleta do mundo científico adquire admiradores e antagonistas.

Se lançarmos uma breve vista retrospectiva sobre esses homens extraordinários que tem aparecido de século em século como por um empenho e capricho da natureza; se lermos o volumoso de suas obras, e os contemporâneos que sobre elas tem emitido seu juízo, veremos quase sempre que entre centenas de belezas que as decoram, ou entre centenas de ideias boas e utilitárias que aproveitam à humanidade, se faz Cavallo de batalha (permita-se-nos o modo de assim faltar) de alguns pequenos defeitos que, em lugar de concorrerem para o descrédito da obra, pelo contrário, até fazem-na realçar mais. Não asselamos um paradoxo.

- Uma flor menos procurada, porem que não deixa de ser bela e ter encantos, não servirá em um jardim primorosamente cultivado de despertar no poeta, na virgem e no homem pensador o doce, o suavíssimo sentimento da compaixão?

O céu sempre azul, assim como o oceano sempre imenso e caudaloso não nos ofereceriam essa variedade de cores e de poesia que nos oferecem, se a branca nuvem não toldasse o primeiro e as fúlgidas estrelas o não recamassem, e se os olhos, fatigados de admirar o segundo, não fossem resfolgar na contemplação do sereno regato que lhe vem pagar tributo.

Quem haverá que, lendo essa grande biblioteca de romances, devida à pena felicíssima de Mr. Alexandre Dumas, seja capaz de depreciá-lo, de negar-lhe um talento fecundo e criador, de chamá-lo mesmo poeta, segundo se ele revela por suas concepções românticas? Quem desconhecerá que ele, achando acanhada a esfera da poesia propriamente dita, posto que aí houvessem obtido renome os Béranger, os Lamartines, os Garrett, etc., e não querendo prender-se aos preceitos do ritmo, às leis da metrificação, escolhera um outro gênero de poesia, - o romance, - onde seus voos ocupam maior espaços e onde suas vistas abrangem maiores mundos?

E, não obstante, “Mr. A. Dumas, no juízo de Mr. Eugênio de Mirecourt, - é um romancista violador da musa, sem invenção, assinador das obras alheias, e cujo único talento consiste na maneira porque ele coordena as coisas achadas por seus colaboradores; é enfim um assassino da literatura” (!)

Porém, qual o Homero que não tenha o seu Zoilo? Qual o Camões que não tenha o seu José Agostinho de Macedo? O próprio Messias teve os seus algozes, e terá ainda o seu anticristo!

É isto uma verdade que a história nos atesta em cada uma das suas páginas, e que não precisa de demonstração, porque os fatos ressaltam aos olhos.

Talvez (quem sabe?... ) que tudo isto aconteça para a humanidade nunca se esquecer da fragilidade que é anexa à sua organização, e curvar-se, em todos os casos, ao supremo arbítrio dos destinos humanos.

Não haveria desprendido de sua mente inspirada uma sentença profética o Virgílio português, quando disse:

“Quem viu sempre um estado deleitoso?”

“Ou quem viu em fortuna haver firmeza?”

Certamente que sim.

Levantados ao pináculo da glória, aplaudidos pelos sábios, porque os compreendem, e pelos néscios, porque os adivinham, os gênios seriam talvez mais orgulhosos do que o deveriam ser, se julgariam mais credores de elogios do que mereceram.

Mas, fique esta questão de parte, e, ligando a frágil cadeia do nosso assunto, digamos outra vez - que os gênios, os talentos, por isso mesmo que são tais, encontram a cada passo juízos que os desapreciam, e que vão descobrir trevas onde a luz disperse os seus mais claros raios, e defeitos onde a natureza afanou-se em se mostrar mestra.

Não admira, pois que o literato que ensaia o seu passeio no recinto da publicidade, encontre desafetos, competidores pouco ou nada generosos, - uns gratuitos, outros mais ou menos merecidos.

Isto se tem verificado acerca do distinto baiano - literato e poeta - Sr. Muniz Barreto. Não temos a pretensão de critico, porque, ingenuamente fatiando, isto fora fatuidade em nós; principalmente para emitir um juízo crítico e decisivo a respeito dos *Exercícios poéticos* do Sr. Muniz Barreto, seja reputação se acha firmada sobre bases mui sólidas, bases que senão deixarão abalar ao sopro, não de frágeis euros, porém nem mesmo de qualquer furacão ou redemoinho mal formado.

Mas, quem nos pode negar o direito de, no turíbulo da cândida amizade, dessa amizade que sempre se vou ao mérito e ao talento, oferecermos uma baga de incenso ao - Bocage - brasileiro, ao repentista - gênio, ao filho talentoso da Bahia; ao inspirado favorito das senhoras baianas, ao amigo e sócio dos poetas contemporâneos de subida nota, de reconhecido nome. - ao Sr. Muniz Barreto? -

O incenso que costuma fumegar no turíbulo que manejamos, nunca envolveu o altar; - como envolverá o da adulação.

Não lemos a preterição de crítico, é forçoso ainda repeti-lo, e daremos o porquê.

Achamos difícilíssima a missão do crítico, e por isso nunca nos atiraremos a essa importantíssima tarefa.

O crítico, ao nosso ver, deve trazer em uma das mãos o báculo da polidez, da urbanidade, da mediania recomendada pelos sãos preceitos das etiquetas sociais, para que possa com ele remover qualquer ideia que lhe escape do bico da pena, sugerida por um impulso momentâneo de irreflexão; enquanto que na outra cumpre solevar a balança da justiça, cujo lei nunca deverá inclinar-se para o lado odioso, mas antes para a benignidade, para a contemporização.

Um autor qualquer que pela vez primeira aparece nos vastos salões do público, é de supor que venha revestido daquele sério e dignidade que caracterizam o homem científico, ou ao menos aquele que tem perscrutado os escaninhos da ciência, e encanecido nas oficinas de arte. Sua obra não é de supor que esteja eivada do ridículo seja o seu fim: obras poderão existir, e de fato existem nesse poderão existir, porem essas, raras vezes criticadas, por isso que são aplaudidas, tem uma estante especial que as acomoda.

Isto posto: se um indivíduo surgindo do horizonte das letras, ainda novel, anula calouro, for aceito por aqueles que o deviam proteger, sob as mais estrondosas demonstrações de zombaria, sem meio termo, sem critério; - se sua obra tender a um fim razoável e lícito, embora mesquinha em sua concepção, acanhada em seu desenvolvimento, pobre em sua execução, o crítico por ventura tem o direito de criticá-lo com a linguagem do célebre Zoilo, de satirizá-lo?

Não, quanto a nós.

O crítico deve também, tanto quanto estiver ao seu alcance, sondar e fazer por conhecer a mente e a intenção do

autor, cujas qualidades, sobre tudo, não devem escapar à sua mais escrupulosa análise.

O autor é digno de todo respeito, sempre soube prezar sua personalidade, não teve em vista oferecer à apreciação do público em suas obras um montão dei disparates, de cousas sem nexos, sem proveito, pois bem: o crítico, o homem literato, profundo nas ciências, conhecedor analítico, filósofo, filólogo etc, etc, dispondo de cabedais tão profícuos, como esses, não deve descer a uma linguagem petulante ou sarcástica, por que, descarte, em lugar de corrigir os erros ou as lacunas do infeliz que não soube compreender a missão de autor, não fará senão para ele - a irrisão dos tolos, o escárnio dos levianos, a odiosidade dos malévolos.

E, em tais casos, - quem se tornaria mais digno de crítica e de censura o autor infeliz, porém bem intencionado, respeitável, honesto, amigo do progresso e das letras, ou o criticador hostil e maléfico que abusa do sagrado tribunal, sob cujo teto sua inteligência lhe destinou um lugar eminente que só compete as capacidades?

A resposta parece-nos, óbvia os leitores que a deem conforme lhes ditar a consciência.

Esta espécie de preâmbulo que temos feito, não é fora de propósito; porque, cabendo-nos hoje o prazer de nos revelarmos ao público como um dos muitos admiradores do Sr. Muniz Barreto, e havendo-se pronunciado um voto, posto que não geral, contra o seu mérito de poeta, por alguns contemporâneos que o tem censurado severamente e até negado-lhe aquilo mesmo que em consciência se lhe não pode negar - o laurel de poeta que assenta belamente em sua fronte inspirada, - queremos patentear ao público que não somos sectário que lhe enxergaremos essa qualidade - a de poeta - que reverbera principalmente em algumas das suas produções.

“Quando os fatos faliam, cessam os argumentos.”

A verdade, independente de manifestação, por si mesma, se ostenta radiosa.

Alguém já disse, talvez com muita propriedade, que - a verdade é o que é - E se a verdade - é o que é - para que tentar inutilmente escondê-la?

Com mais facilidade o impertinente inseto conseguiria romper uma vidraça e obter passagem, do que um impostor encampar a verdade de modo que nunca mais se pudesse ver o esplendor do seu brilho.

Assim, pois apreciemos, não como crítico, porém como admirador sincero e insuspeito, logo a primeira produção poética do Sr. Muniz Barreto, produção onde brilham os encantos, a magia, os perfumes embriagantes da verdadeira poesia.

Seja o seu natalício, sob o título - A mulher - Ei-lo:

“A mulher!... A mulher!... este só nome  
Te responde o que é Deus, e o que lhe debes,  
Tu mísero mortal, que embevecido  
Amas a obra e o seu autor desdenhas!  
Ingrato! que do fruto do deserto  
Nutres a vida, e a árvore golpeas,  
D’onde colhendo o vais, com ímpio ferro!  
Que maléfico atiras  
Pedras ao rio que te mata a sede  
Co’a lympha doce e pura!  
Mas que! Tu amas? Não; - quem ama e sente  
Na mulher, sobre tudo, um Deus adora.”

Se o mundo inteiro una você nos viesse contestar o merecimento deste belo tecido de palavras, que engendrou a delicada Penna do ilustre baiano, e cujo nome próprio é “poesia”, nós teríamos a devida coragem para responder-lhe: não estamos por vossa opinião, somos a exceção da regra geral;

porque: quem através do belo colorido que adorna este breve quadro, que se acha à mostra, não enxerga as viçosas flores da poesia, certamente se tem deixado entorpecer na gélida aridez do prosaísmo.

A fraseologia do poeta é simples, porém repassada d'esse filtro fragrancioso que dimana de sua alma crente, de sua alma que vê e adora na mulher a maravilha do Eterno, o portentoso de suas mãos, que pôs um dique, talvez, ao próprio engenho da Divindade!

Esta só poesia do Sr. Muniz Barreto, segundo o nosso humilde pensar e gosto, encerra tanta inspiração os seus versos correm tão líquidos e tão aromatizados do fume delicioso per- que respiram as produções d'aqueles que escrevem sem preconceitos, sem uma premeditação adrede estudada, sem uma naturalidade fingida, que se lhe não pode negar, só por ela, - por esta sua poesia; - agrinalda de poeta.

Continuaremos.

**J. CORIOLANO DE S. L.**

Publicado no Jornal O Atheneu Pernambucano: Periódico Científico e Literário. "Avante e sempre!" Volume II. N.º 3. – Mês de julho. 1857.

# A posteridade e Fr. José de S. Rita Durão

À posteridade, geralmente fatiando, e um juiz que quase sempre não erra em suas decisões. Ela de ordinário vinga na memória que persiste e acompanha os tempos a odienta e caprichosa contemporaneidade.

Milton vendeu o seu “Paraíso Perdido” por 125 francos, (entre nós 40:000 réis), a um editor inglês, que com ele veio a ganhar para cima de 400:000! (128:000:000 réis.) Camões recebeu de el-rei D. Sebastião a generosa tença de 15:000 réis, cujo favor lhe foi repetido apenas por três anos, em remuneração dos seus imorais “Lusíadas” e dos bons serviços prestados a el-rei nas índias Orientais, e dos muitos que prometia ainda prestar! Camões teve, por conseguinte, mais 5:000 que Milton. Reduzido a maior miséria, esmolou um pedaço de pão para não morrer à fome, e acabou por sucumbir na enxerga de um hospital!

Era destarte que a contemporaneidade desses dois grandes cultos do século XVII pagava duas obras que para os tempos porvindouros deveriam representar - aquela um momento de literatura tão sublime que nele teria a nação inglesa a sua maior gloria, a sua maior coroa literária; - este um monumento igualmente imorredouro que, atestando os feitos gloriosos do Gama, do Albuquerque *terribil* e do Castro forte, na expressão do épico, levasse-os a mais remota posteridade de envolta com o talento fecundíssimo do inspirado das Tágides. Entre tanto, os dias acumulam-se, os anos se sucede me os séculos avultam. O secretario latino de Cromwell é por muitos considerado como o primeiro épico do mundo, preferível até



a Homero! O seu poema traduzido em todas as línguas cultas do orbe, elogiado pelos mais abalizados sabedores, ainda hoje é uma fonte perene de lucro para os livreiros, e será sempre. E Milton vendera o seu Paraíso Perdido por 125 francos!

Os Lusíadas, que tem igualmente sido traduzidos em todos os idiomas, onde se tem ideia do que é grande, sublime e maravilhoso, foi, há sido e será, em quanto houver gosto pelas letras, um manancial também inexaurível de lucro para os livreiros. Eis como a posteridade costuma julgar. Porém triste consolo é este para o homem que cultiva as letras, para o homem que é poeta! A decisão da posteridade teria algum correio, algum barco a vapor, algum *wagon*, algum telégrafo elétrico que, perpassando o espaço e os diferentes céus dos astrônomos, batesse às portas da eternidade para dizer ao grande escritor, ao sublime orador, ao consumado juriconsulto, ao divino poeta: “teu nome corre de boca em boca como uma das maiores ou como a maior maravilha de tua idade-, teus escritos, teus discursos, tuas leis, teus poemas repousam tanto na suntuosa estante do cortesão como na pobre banca do rústico-, são lidos por todas as inteligências, são admirados por todas as capacidades!” Era bem bom que os gênios lá no outro mundo tivessem esse consolo. Quanto se não admiraria Camões de ver o seu poema vertido doze vezes no francês, seis no latim, cinco em cada um dos idiomas italiano, alemão e inglês, quatro no castelhano, duas no sueco, e uma vez em cada uma das línguas dinamarquesa, russa e hebraica! Que fonte inesgotável de interesse! - diria consigo o cantor do descobrimento das índias Orientais. Como pelas faces lhe rolaria uma lágrima de eterna gratidão ao ver o seu moimento erguido das ruínas, como por um encanto, devido às exprobrações e às incansáveis diligências de dois poetas igualmente grandes como ele!

Dissemos em princípio que a posteridade quase sempre não erra em suas decisões, e tivemos razão para nos exprimirmos assim hipoteticamente.

A posteridade, ás vezes, como que se deixa possuir de uma ideia a tal ponto que o objeto d'essa ideia não tem para ela senão uma face não tem senão um perfil: - é uma espécie de elaboração interior que não admite forma, que não admite mudança.

É assim que a posteridade esquece, muitas vezes, as devassidões e os crimes de César e quando Napoleão, somente para olhá-los pelo prisma sedutor de suas façanhas, de suas bravuras bélicas, de suas heroicidades. - E assim que ela parece esquecer-se de que José Agostinho de Macedo fora um talento superior, um escritor meritório, um poeta muitíssimas vezes sublime, para somente olhá-lo como um homem odiento, invejoso, satírico, mordaz e egoísta. Pode ser que estejamos enganado: - será a posteridade sempre justa e infalível quando julga -, mas também ninguém nos poderá contestar que a posteridade é humana, como representante das inúmeras e diversas opiniões, de que é órgão, e, neste caso, qual será a conclusão?...

Ora, tudo quanto até aqui nos aprouve de dizer, teve por esta pergunta: a posteridade, que começa a correr para o autor desde o momento em que ele deixa de existir, terá sido, até o instante em que escrevemos estas linhas, plenamente justa para com o épico brasileiro Fr. José de S. Rita Durão?

A resposta é difícilima de dar-se. Talvez alguém *in continenti* respondesse afirmativamente, atendendo que “Bocage, ainda pouco antes de falecer, segundo nos assegura o Sr. Dr. Francisco Freire de Carvalho, por intermédio do Sr. Yarnhagen, contava o Caramuru como um dos livros mais queridos de sua minguada livraria;” que o insigne autor dos “Ciúmes do Bardo” classifica sua imaginação de viva, seu estilo de fácil e ao mesmo tempo nobre, e a sua versificação de comumente

boa e ás vezes muito boa que o distinto rival de Camões, Garrett, também lhe reconhece muito mérito n'estas palavras: "O autor (referindo-se a Durão) atinou com muitos dos tons que deviam naturalmente combinar-se para formar a harmonia do seu canto." E mais abaixo: "de o poeta se contentou com a natureza e com a simples expressão da verdade, há oitavas belíssimas, ainda sublimes."

Pode ser, dizíamos nós, que alguém *in continenti* decidisse pela afirmativa à vista de tão exuberantes e autênticos louvores, e à vista de algumas versões que na Europa teve o Caramuru: entretanto, nós, em o nosso humilde modo de pensar, nem respondemos afirmativamente nem negativamente: desejáramos, porém, que a esta hora a posteridade se houvesse pronunciado de um modo mais decisivo acerca do poema de S. Rita Durão. Mas isso talvez importasse uma antecipação de fato.

Esperemos.

## II

Agora algumas palavras em favor do distinto poeta mineiro.

O mérito do poema Caramuru torna-se mais saliente e adquire maior verossimilhança quando desapassionadamente e com os olhos da verdadeira crítica, confrontando seu autor com os poetas seus contemporâneos, e com os hábitos e costumes d'estes, vemos-lhe uma certa superioridade, superioridade que chamaremos relativa.

Fr. José de S. Rita Durão, coetâneo de Manoel Maria Barboza Du Bocage e de Francisco Manoel, o primeiro tipo real do gênio, o segundo imagem verdadeira do talento, avantajou-se muito a esses dois autores, que tanto honram a literatura portuguesa, e aos quais muito ela deve, mui principalmente ao Padre Francisco Manoel, inimigo por essência de galicismo e

francesas, e restauradora língua portuguesa. Leiam-se as poesias de Bocage, leiam-se as poesias de Filinto; em quaisquer delas se hão de encontrar, repetidas umas sobre outras, imensas comparações mitológicas. Será bem raro o soneto, a ode, a elegia, a epístola, a anacreônica de Bocage ou de Filinto que não lenha uma invocação, uma queixa, um incenso, um perfume a Jove, á Vênus, a Cupido, a Mercúrio, e finalmente a essa enfiada de divindades pagãs e burlescas que formavam a beleza, senão o mérito real, da poesia d'esses tempos de além. Era uma forte mania! Cremos que se algum reator atrevido tivesse o poder de então dizer aos poetas da mitologia: proscreei as vossas divindades pagãs e mesquinhas, e poetizai substituído as pelos arquétipos da natureza - mãe, cremos que Bocage deixaria de ser repentista, que Filinto deixaria de ser puritano do pátrio idioma, e assim por diante.

Verdade é (permita-nos o leitor a digressão que será breve) que se hoje não existe a mitologia, nem por isso deixa de haver na poesia alguma cousa que com ela exerce um certo ponto de contato; que de alguma sorte parece substituí-la. O que são os lobisomens, as mulas sem cabeça, as caiporas, as mais d'água e outras muitas ficções que se encontram por aí? - São outros tantos mitos que entram como mistifório na linguagem métrica • que quase nada exprimem, porém que estão identificados com os preconceitos do povo. Quando a poesia for puramente real, se terá - descoberto o motu contínuo, - achado a pedra filosofal - demonstrado a quadratura do círculo, porque então já o cosmopolitismo dominará o mundo. Paliando d'esta maneira, releva dizer que não tomamos este vocábulo, cosmopolitismo, como sinônimo de catolicismo; não; neste acreditamos-, este, sim, dominará o globo, penetrará nas mais estreitas gargantas do mundo, e levará sua luz benéfica, necessária e divina ás mais remotas regiões, aos mais esquisitos e, quiçá, ainda ignorados climas.

Voltemos ao nosso propósito.

Mas, a que veem estas reflexões? fizemos antes (as que da digressão) perguntará algum dos que tiverem o incômodo de ler essas linhas.

Responderemos: estas reflexões têm por fim mostrar a superioridade de Durão relativamente aos seus contemporâneos ou a muitos deles. Lede o seu imortal poema, que contem 10 cantos, 834 oitavas e 6872 versos heroicos ou hendecassílabos, e dizei-nos se encontrastes nele essa idolatria grega que chegou até os nossos dias; dizei-nos se Fr. José de S. Rita Durão compara suas beldades com a Vênus lasciva, comas graças nuas e provocadoras se o seu tipo de amor, - o seu tirano dos corações, - é esse menino nédio e rechonchudo, cego, nu, com azas nos ombros como pato, e com as aljavas que lhe pendem das costas pejudas de agudas seitas, de certos farpões que se arremessam e ferem a torto e a direito. A vossa resposta seria que o poeta quando tem de referir-se a essas divindades, é sempre escarnecendo-as, é sempre votando-as ao desprezo e ao ridículo que merecem. Vede como ele trata o poderoso rei do tridente:

“Danova Lusitânia o vasto espaço  
Ia povoar Diogo, a quem bisonho  
Chama o Brasil, temendo o forte braço,  
Horível filho do trovão medonho:  
Quando do abismo por cortar-lhe o passo,  
Essa fúria saiu, como suponho,  
A quem do inferno o paganismo aluno,(1)  
Dando o império das águas, fez Netuno.

Tratando da antropofagia entre os índios, compara-a com os sacrifícios do paganismo desenvolto dos tempos de Roma e Cartago, nos seguintes versos:

“Roma e Cartago o sabe no noturno  
Horrível sacrifício de Saturno. (2)”

Depois, tratando do espanto e estranheza em que ficaram os índios com a presença de Diogo, e da origem do nome Caramuru que, como todos sabem, entre eles significava “filho do trovão” ou antes “dragão do mar,” diz:

“Desde esse dia é lama que por nome  
De grão Caramuru foi celebrado  
O forte Diogo; e que escutado dome  
Este apelido o bárbaro espantado:  
Indicava o Brasil no sobrenome  
Que era um dragão dos mares vomitado:  
Nem de outra arte entre nós a antiga idade  
Tem Jove, Apolo e Marte por deidade. (3)”

Note-se, porém, que quando Durão assim descrevia a credulidade dos índios de envolta com a censura que fazia à antiga idade, - essa antiga idade ainda lhe dava a gostar em cada poesia, em cada estrofe, em cada verso o perfume dessas flores peregrinas, ou antes parasitas, da mitologia grega Vede ainda como se ele exprime contra essa crença selvagem:

“É fácil propensão na brutal gente,  
Quando em vida ferina admira uma arte,  
Chamar um fabro o deus da forja ingente,  
Dar ao guerreiro a fama de um deus Marte:  
Ou talvez por sulfúreo fogo ardente,  
Tanto Jove se ouviu por toda parte:  
Hercules e Theseus, Jasões no Ponto(4)  
Seriam cousas tais com as que eu conto.”

Está, pois, evidentemente provado, (se nos não cega o

amor próprio ou a admiração pelo nosso poeta), que Durão já se revolucionava contra a mitologia, contra a antiga escola, quando Garção, Antônio Diniz, Quita, Bocage, Filinto Elísio e outros muitos poetas, tanto portugueses como de outras nações, não davam um passo sem essa gentileza dos nossos heróis gregos e romanos. E n'essa reação, n'essa espécie de Durriense cruzada anti-mitológica não haveria alguma cousa que desse ao nosso épico uma superioridade relativa aos seus coetâneos? - Parece que sim.

### III

Não foi somente por essa tendência bem característica do nosso insigne épico contra as divindades do paganismo que ele se tornou credor d'essa superioridade relativa que nele enxergamos-, não: o distinto cantor de Diogo e da interessante Paraguaçu (a quem descreve tão bela, tão simples tão sensível, tão caroável aos preceitos do seu modesto e pudico amante) sobressai ainda a muitos dos seus coetâneos quanto á regularidade de suas estrofes, (5) não introduzindo nelas, senão geralmente palavras graves, que são por certo as que mate se casam com os assuntos grandiosos, com as epopeias. É admirável que um poema de 834 estâncias não tenha uma só que seja aguda! É admirável que todo ele seja grave!

O sábio e respeitável senhor Castilho, em seu precioso opúsculo - Tratado de metrificacão portuguesa - obra que tanto tem de pequena quanto de profusa em conhecimentos elevados e incansáveis vigílias, nos diz que a Thomaz Antonio Gonzaga, na sua "Marília de Dirceu", à imitação do popularríssimo poeta italiano - Metastasio - devem os portugueses a introdução da regularidade das estrofes. Entretanto, sem que tenhamos em vistas negar a autenticidade da asserção, julgamos conveniente dever ponderar que Durão é anterior ao

melodioso cantor da bela mineira, e essa perfeição poética, ou bom costume, como apropriadamente chama aquele autor, já anteriormente deviam admirar no imortal Caramuru.

Eis-aqui, pois, o outro lado pelo qual há também alguma coisa que revela no poeta brasileiro alguma superioridade em relação aos seus coevos ou aos que viveram em o seu mesmo século.

Será ainda o amor próprio ou a admiração que nos cega? O estado da consciência é tal que seriamente o ignoramos.

Senão pelas razões que apontamos, ao menos por outras talvez que de maior peso e critério, de maior gravidade e ponderação, disse o senhor Varnhagen: “Em nossa opinião o acolhimento público, a popularidade ainda não fez justiça ao mento do Caramuru.”

Haveriam motivos que levassem com justiça o ilustre historiador a pronunciar-se de semelhante modo?

Talvez que sim.

O Sr. Dr. J. Alencar, em sua última nota á pagina 81 da carta sétima, em que crítica a “Confederação dos Tamoios”, poema do Sr. Dr. Magalhães, diz aí uma pura verdade: (se, porém, na aplicação que faz de semelhante verdade, é igualmente verdadeiro, isto ignoramos.) Ordinariamente, diz o severo crítico, quando um poeta escreve um livro sobre um assunto ainda não conhecido, cria alguma coisa nova e original, que se admira, e se repete com uma certa simpatia é um quer que seja que toca ao coração ou ao gosto do leitor.

“Às vezes é um tipo, um caráter, uma descrição ou mesmo uma imagem; outras é apenas um verso, um pensamento, uma frase e até uma palavra.”

E de feito. Quem, lendo mesmo de passagem no Caramuru, canto 4º, estância 56, a terrível briga dos dois índios inimigos, Jacaré e Jararaca, deixará de gravar na memória por toda vida aquela expressiva parelha que encerra em si uma das mais formosas, enargueias que temos lido, em que pinta o



poeta os dois contendores estreitamente agarrados, enquanto os que testemunham a encarniçada luta não respiram de admiração, de espanto? Quem se esquecerá, repetimos nós, dos seguintes versos, lendo-os um vez dominado com a vista?

“Olham lutando os dons no fero abraço  
Pé com pé, mão com mão, braço com braço.”

Quem, no canto 6.º, estância 38, quando a sensível e amorosa Moema, que nada em seguimento da não que conduz seu amante, o virtuoso Diogo, depois de compará-lo ao tigre e achá-lo mais inacessível ao amor do que a própria fera •, depois de vociferar contra ele e conjurar os elementos para que consumam aquele infame; como que se arrepende do que dissera, ou reconhece a inutilidade de suas vociferações, de seus ultrajes, de suas queixas, - quem, repelimos nós, deixará de reter na memória para sempre esta outra importantíssima parelha, em que ela diz:

“Mas pagar tanto amor com tédio e asco.  
Ah que o corisco és tu... raio... penhasco?”

Quem, finalmente, esquecerá, tendo uma vez lido o *Caramuru*, canto 10, estância 10, a muito linda, muito feliz e muito poética comparação do épico, alusiva à Virgem Santíssima e ao Divino Verbo? –

“Mas se não se de digna o verbo Santo  
Por nosso amor, de símbolo rasteiro,  
Dentro parece do Virgíneo manto  
Pascendo em brancos lírios um cordeiro.”

Protestamos seriamente ao leitor que todas estas interessantes passagens que ficam citadas, bem como algumas

outras que omitimos por brevidade, aprendemo-las de cor na primeira leitura que fizemos do Caramuru.

Isto posto, não devemos terminar este artigo sem dizermos algumas palavras quanto á nacionalidade do poema Caramuru -, serão duas palavras em sentido geral.

Se um poema verdadeiramente nacional e aquele em que as comparações, as imagens, os episódios, todo seu enredo em fim se harmoniza com os hábitos e costumes do país em que foi escrito, não ha dúvida que o Caramuru é um poema todo nacional, porque o poeta não foi procurar para a descrição de suas cenas figuras e tipos estrangeiros. Nele não há olaias frondosas nem velhos carvalhos; nele não há Tejos nem Mondegos: há, porém, cenas brasileiras, cenas verdadeiramente filhas do país onde ele foi meditado e desenvolvido. Poderemos provar o que fica dito com muitas passagens do Caramuru; porém tememos abusar da paciência dos leitores, e contentamo-nos em pedir aqueles que não veem no Caramuru um poema puramente nacional, o pequeno trabalho, que será ainda mais suavizado com a beleza e brandura do verso, de lerem-no com atenção, com discernimento.

Se é incontestável que; José Basílio da Gama, no seu “Uruguai”, encetou delicadamente a poesia americana, não é menos verdadeiro que Fr. José de S. Rita Durão continuou-a no seu muito brasileiro poema “Caramuru.”

Temos, se bem que mal, desenvolvido a nossa epígrafe; com tudo, não podemos concluir este mal alinhavado escrito, sem que para aqui copiemos as duas primeiras oitavas do nosso rico poeta.

Ha alguém por esses sertões, onde o Ateneu pode mui bem ter ingresso, que ignora as belezas do ótimo poema Caramuru’ Em duas belíssimas e até arrebatadoras oitavas (tanta sublimidade em tanta concisão) faz ele a exposição do assunto e a invocação. Sejam elas a chave de ouro que venha fechar o nosso humilde trabalho.

## Exposição do assunto:

“De um varão em mil casos agitados,  
Que as praias discorrendo do ocidente,  
Descobriu o Recôncavo afamado  
Da capital brasílica potente:  
Do “filho do trovão” denominado,  
Que o peito domar soube à fera gente,  
O valor cantarei na adversa sorte-,  
Pois só conheço herói quem n’ela é forte.”

## Invocação:

“Santo esplendor que do Grão Padre manas  
Ao seio intacto de uma Virgem bela;  
Se da enchente de luzes soberanas  
Tudo dispensas pela Mãe Donzela;  
Rompendo as sombras de ilusões humanas,  
Tu do grão caso a pura luz revelia;  
Faze que em ti comece e em ti conclua  
Esta grande obra que por fim é tua.”

Recife - 1858.

**J. CORIOLANO DE S. L.**

- (1) Caramuru - cant. 4. - est. 9.
- (2) Caramuru - cant. 4. - est. 48.
- (3) Caramuru - cant. 4. - est. 46.
- (4) Caramuru - cant. 2. - est. 48.
- (5) Refirimo-nos, não ao número dos versos que compõem cada estrofe, porém às palavras finais - graves, agudas ou esdrúxulas - de cada verso.

Publicado no Jornal O Atheneu Pernambucano: Periódico Científico e Literário. “Avante e sempre!” Volume III. N.º 1. – Mês de junho. 1858.

**POESIAS**  
**INÉDITAS**

## Amei-te

Amei-te, não te o nego; no meu peito  
Um altar te erigi de puro afeto,  
Embora me oferecesses desumana  
Em taça de cristal licor infecto.

Percorre muito embora a negra escala  
Das injurias cruéis, que me hás vibrado;  
Sempre me lembrarei dos magros dias,  
Que ditoso frui junto a teu lado.

Menti-te; que em meu peito um anjo mora,  
Um santo, um terno amor que me dá vida?  
Qu'importa? - Foi um bálsamo celeste,  
Com que cicatrizei funda ferida.

Não devo me queixar, nem tu te deves  
Da sorte, que rompeu nossas cadeias:  
Foi vontade do céu-; nem gemo e choro  
Pra quê no meu amor penado creias.

Reflete um só momento, alonga a vista,  
Mede toda a extensão desse passado,  
Onde tudo era gozo, onde um teu riso  
Me atraía a teus pés, d'amor curvado.

Hás de d'ele um pungir achar de dores,  
Uma suspeita van, pranto e delírio;  
Mas não confunde o amor que brota d'alma  
Co'a dor, co'o pranto do cruel martírio...

Ambos amamos; e dizê-lo podem  
A selva que nos viu sorrir outrora,  
O sol extremo, perfumando o ocaso,  
A. cândida rolinha gemedora.

Que pôde contra nós a vil calúnia?  
Teu ódio contra mim duro e tirano?  
A calúnia caio, infame e negra,  
Teu ódio perdoei, teu trato insano.

Cobre-me de impropérios, manda ao vento  
Palavras de desprezo em teus queixumes,  
Elias me arrancarão lágrimas tristes,  
Mas n'elas gostarei doces perfumes.

Deixa o tempo passar, - vir novo tempo,  
Deixa o tronco morrer, - vir tronco novo,  
Deixa findar as gerações presentes,  
E suceder-lhes do porvir - o povo.

O tempo em seu passar dirá aos tempos,  
O tronco no brotar, na voz as gentes:  
Que amor o deles! - mas que pecos frutos -  
Ódio, suspiros, lágrimas frequentes!

Embora! - nosso amor será eterno  
No eco desta voz querida; "eu te amo!"  
Das aves repetida, das florinhas,  
Da lua e brisa, que conversa ao ramo.

Recife - 1856.

**J. Coriolano de S. L.**

D. Clara.

Lendo, há coisa de uns três anos, a famosa batalha dada em Portocalvo, em 1637, contra os Holandeses, comandados pelo príncipe João Maurício de Nassau, onde tanto sobressaíram, por atos de bravura, denodo e verdadeiro patriotismo. - Henrique Dias, D. Antônio Filipe Camarão e a nossa incomparável heroína - D. Clara, mulher deste herói, fiz as quatro estâncias que vão ser publicadas; estâncias sem nenhum mento poético, porém importantes - somente pelo fato de serem dedicadas a uma filha do Brasil, cuja heroicidade faz lembrar a ficção das Amazonas, e cuja memória será sempre grata aos corações brasileiros.

A sua memória, pois, tributo este mesquinho monumento de fraternidade, admiração e respeito. Foi nesta mesma batalha que fugiu vergonhosamente o conde Bagnuolo, depois príncipe na Itália por mercê de Filipe IV. -

## **D.CLARA** **(Mulher de D. Antônio Filipe Camarão)**

Ia a seu lado a combater briosa,  
Nem teme a multidão que o campo inunda.  
Durão - Caramuru cant. 4.º est. 46.

Quem é aquela que encurvando o arco  
Atira a flecha contra o holandês?  
Que obriga ao batavo covarde e fraco  
Voltar as costas pra não vir-talvez?  
Quem é aquela que no horror da luta  
Ostenta um porte-marcil, gentil?  
Que em prol da Pátria valorosa luta  
- É Dona Clara, filha do Brasil!

Nem se atordoia do zunir das balas!  
Nem do ribombo do feroz canhão!  
Tem para os seus animadoras falas!  
Ferve-lhe ao peito liberal vulcão!  
Não se aquebranta no lidar da guerra!  
Grande heroína! que mulher gentil!  
Pois quem no peito tal denodo encerra  
- É Dona Clara, filha do Brasil!  
Do esposo intrépido peleja ao lado,  
Do nobre e invicto herói Dom Camarão!  
Não erra tiro! - lá rojou banhado  
Em sangue o batavo no pó do chão!  
Aprende, Holanda, da Brasiléia e a gente  
Heróicos feitos de um valor gentil,  
Oh que heroína! que mulher ingente!  
- É Dona Clara, filha do Brasil!"



No entanto zunem pelo ar as balas,  
Que vêem humildes a seus pés morrer!  
Ella tem sempre animadoras falas,  
Que á gloria excitam, sem jamais torcer!  
Vissem-na junto do guerreiro esposo  
Co' aquele garbo e marcial perfil,  
E não dissessem: "Coração brioso!  
- É Dona Clara, filha do Brasil!"

Olinda – janeiro - 1856.

**J. Coriolano de S. L.**

# Qual a causa do mal?

## I

Ou o mal procede ou nasce  
De uma causa natural,  
Ou é por Deus enviado  
Para castigo ao mortal.

Eis as faces por que vamos  
Encarar esta questão,  
Guiados pelos princípios  
Que nos dita a sã razão.

Se o mal só tem sua origem  
N'uma causa natural,  
Não tem o homem motivos  
Para queixar-se do mal.

É mister sua existência  
Co' a do bem a contrastar;  
Só assim a natureza  
Pôde bem se harmonizar.

Sem a simétrica ordem  
Do regozijo e da dor  
Da alegria e da tristeza,  
Da antipatia e do amor;

Sem que exista a alternativa  
Do bem seguido do mal,  
Do pequeno animalejo  
Em frente ao grande animal;

Sem que exista a alternativa  
De um ano de inverno ruim  
Seguido de um ano fértil.  
Ou este de um seco enfim;

O prazer sempre perene,  
O bem sem nunca mudar  
Seriam tão corriqueiros  
A não poder-se aturar.

Certos de haver sempre inverno,  
De tudo baratear,  
Muita gente preguiçosa  
Deixava de trabalhar.

Além de legar aos filhos  
A preguiça, a inação,  
Trocaria o vandalismo  
Pela sorte do ladrão.

É, pois mister que em seus gozos  
O bem depare co' o mal,  
E que o mal nos seus rigores  
Encontre o bem afinal.

Que vez a pálida lua  
Nos é mais grata que o sol!  
Que vez ao canoro cisne  
Prefere-se o rouxinol!

Eis pois: - se da natureza  
É que se origina o mal,  
E se este se faz preciso,  
De que queixar-se o mortal?

Seria melhor que o mundo  
Caísse por uma vez  
Sem esta grande harmonia  
Com que o criador o fez?

## II

Debaixo deste outro ponto  
Considere-se a questão:  
Se Deus aos homens envia  
Os males por punição.

Não existia o que existe:  
Deus foi quem tudo criou,  
Deu-nos a vida tirando-a  
Nenhum direito lesou.

O mundo é propriedade,  
Do onipotente fator,  
Pode, se acaso anda errado,  
Castiga-o com rigor.

A escolha do castigo  
Depende de suas mãos;  
Humildes nos sujeitemos  
Gomo seus filhos - cristãos.

Quem mais sofreu neste mundo  
Tormento e dores que Jó,  
Sobre o monturo assentado,  
Coberto de úlceras - só?

E blasfemou algum dia?  
Quando deixou de ter fé?  
Os bens que a sorte roubou-lh'os  
Não viu outra vez de pé?

Este mundo é um mistério!...  
Deus - assim foi que o formou;  
Louvemos a mão do Eterno;  
Nas maravilhas que obrou.

Quem descortina segredos  
Que cobre divino véu?  
- Ninguém. A Deus exaltemos  
Na terra como no céu.

Recife (pelo cólera) 1856.

**J. CORIOLANO DE S. L.**

Publicado no Jornal O Ensaio Filosófico Pernambucano: Periódico Científico e Literário. "Avante e sempre!" Ano II., Agosto de 1859, Nº 5.

# O conselho da virgem

Les vierges sont des fleurs mystérieuse  
qu'on trouve dans les lieux solitaires.  
- Chateaubriand -

Um dia, - quase inerte - junto d'ela,  
Perguntou-me o que eu tinha, suspirando;  
E eu lhe disse: - Padeço, virgem bela,  
Os rigores do fado mais infando...

Ai! padeces! não vês que eu também sinto  
Os males que tu sentes, muito amado?  
Ai! não vês d'este peito no recinto  
Meu triste coração dilacerado?...

Conheço, bela, os dotes do teu peito,  
Que aos anjos te nivelam! - mas a sorte  
Cruel, impiedosa, neste leito  
Me tem dado a sofrer mais de uma morte.

Vejo meus dias que um a um se escoam,  
Vejo fugir-me a dita que eu sonhara.  
Ouço as vozes do sino que já soam  
Por um triste - por mim que se finara.

E perder dos teus mimos esse agrado,  
Não ver mais teu sorriso, nem um pranto  
Vertido, como agora, deslizado  
Por tuas frescas faces, meu encanto!

Não poder junto a ti, ó muito amada,  
Sentir esse ambiente que respiras,  
Nem tua nívea mão - acetinada,  
Nem suspirar contigo, se suspiras...

Nem beijar-te os cabelos refulgentes,  
Nem com eles brincar a sós contido,  
Nem ver nestes teus olhos - inocentes  
Dois anjinhos chorar, sorrir comigo...

Não ouvir-te dos lábios maviosa,  
Mitigando os rigores do passado,  
A doce melodia e deleitosa  
Da voz que eu ouço sempre extasiado...

E ainda que meus dias desgraçados  
Perdurem n'este leito de amargura.  
Que valem tristes membros intrincados?  
Sem ti, bela, o que valho? Oh desventura!

Ai! isto não será pior que a morte?  
Para que vi a luz? O' mãe querida,  
Porque não me abafaste?... D'esta sorte  
Não sofrera mil mortes minha vida.

Amado! não delires... este mundo  
Nem é sempre tenaz nos seus rigores:  
Quantas vezes, depois de um mal  
Nos profundo, não semeia a senda de mil flores?

Olha; um dia eu notei: minha roseira  
Crestava ao estivo sol; chorei sobre ela  
Mas, erguida do leito á luz primeira,  
Visitando-a, encontrei-a linda e bela.

E quando o sol em prumo dardejava  
Sobre a terra seus raios queimadores.  
De novo visitei-a, e como estava  
Tão viçosa, embalando as meigas flores!

Pois assim ha de ser... Não te amofines  
Co'os revezes da sorte. Em breve o dia  
Raiará de ventura, nem me ensines  
Pesares, quando eu sonho com alegria.  
Depois da cerração, que tolda os ares,  
Por fim desponta prazenteira aurora,  
Depois de turvos, procelosos mares,  
A barca chega ao porto e a salvo ancora.

Mas, se a sorte cruel, despiedosa  
Prostrar-te para sempre n'este leito,  
Crê na minh'alma, que será piedosa;  
Crê no meu terno, compassivo peito.

Ah! já vejo teu rosto serenado,  
Já um riso me cedés d'esperança,  
Assim é que eu te quero, ó muito amado,  
Em; mim, nos céus, em Deus tem confiança.

Príncipe Imperial (no Piauí) 1853.

**J. CORIOLANO DE S. L.**

Publicado no Jornal O Ensaio Filosófico Pernambucano: Periódico Científico e Literário. "Avante e sempre!" Ano II., Setembro de 1859, Nº 4.



# O Brasil

*Para servir-vos, braço ás armas feito,  
Para cantar-vos, mente ás musas dada  
(Camões.)*

*Nada por mim, por minha pátria tudo;  
Fados brilhantes ao Brasil concede.  
(Sr. Dr. Magalhães)*

N'esta terra dos "Andradas"  
Tudo é belo e primoroso,  
Tudo é grande e precioso,  
Tudo é n'ela especial!  
Eu creio que foram fadas  
Quem descobrira tal terra!  
A tradição, talvez, erra  
Quando diz que foi "Cabral."

Fosse embora o lusitano  
Que esta terra do cruzado,  
Onde mora o brasileiro,  
Descobriria, - fosse enfim:  
Guiou-o um ser sobre-humano  
Pra descoberta tamanha,  
Fez a mais alta façanha,  
A mais alta, quanto a mim.

Pois o Brasil tem lindezas  
Que não tem as outras terras  
Meu Brasil, em ti encerras

Os tesouros minerais.  
Dos três reinos as riquezas  
Se contêm no teu recinto.  
Me arguam, se acaso minto,  
Se as frases não são reais,  
Eu sinto a mente inspirada  
Quando em teus destinos penso.  
“Teu porvir será imenso”  
Qual na mente me reluz.  
Pátria minha abençoada  
Pelo Deus da cristandade,  
“Terás sempre a liberdade  
Por divisa - olhando a Cruz.”

Quis a França, quis a Holanda  
Ter esta terra ditosa,  
Onde a Cruz esperançosa  
Os seus braços nos abriu;  
Mas essa cobiça infanda  
Pela pátria do cruzeiro  
Sufocou-a o brasileiro  
Co’a flecha que então brandiu!

Colônia este povo bravo  
De Portugal belicoso,  
Sentiu o jugo odioso  
Do governo português.  
Quis este fazê-lo escravo,  
Mas troou do sul ao norte  
“D’independência ou de morte”  
O grito por uma vez.

E essa terra belicosa,  
Que nutriu “Camões e Gama  
Que no valor e na fama  
Quase não teve rival,  
Curvou a frente orgulhosa  
Ao ressemeado gigante,  
E o Brasil venceu — pujante  
O reino de Portugal!

Aqui viu sorrir-lhe a aurora  
Da vital primeira fama  
“José Basílio da Gama”  
E o “Santa Rita Durão:”  
Ambos a tuba canora  
Nos seus versos embocando,  
Foram seus nomes legando  
Do porvir a geração.

E a nossa bela heroína  
Pelo Durão decantada,  
Que foi esposa adorada  
Do grande “Caramuru-,”  
Essa Dona “Catharina,”  
Que antes do sacro batismo  
Era por patriotismo  
Chamada “Paraguaçu:”

Também nasceu sob a copa  
D’estes bosques que topetam  
Com as nuvens, - que lancetam  
O ar com seus Coruchéus:  
N’esta terra onde se topa  
Quanto é grande e majestoso!

Onde o mar estrepitoso  
Seus hinos modulam aos céus!

E a pátria de “Henrique Dias,”  
Este solo abençoado,  
Que teve o “Nunes Machado”  
As “Claras” e os “Camarões,”  
É o tipo das harmonias,  
O país mais deleitoso!  
Além de ousado e brioso,  
É todo d’inspirações!

Nosso sol é mais brilhante,  
Nossa lua mais saudosa,  
Nossa aurora mais mimosa,  
Mais corada, mais gentil;  
Nosso céu mais cintilante,  
Mais juncado de luzeiros.  
O Brasil dos brasileiros  
É muito belo Brasil!

Nosso solo é mais fecundo,  
Nossas correntes mais puras,  
Nossas vastas espessuras  
Contém doces frutos mil.  
Tudo nosso é belo e mundo!  
Nossas flores mais cheirosas,  
Nossas damas mais formosas,  
Tudo é mais cá no Brasil!

Sim, as belas brasileiras  
São mais lindas e engraçadas,  
Carinhosas e prendadas

Que as belas d'outro país.  
São donosas, são fagueiras,  
Sejam louras ou morenas,  
Lírios, rosas, açucenas  
Mostram nas faces gentis.

Do Brasil gosta o estrangeiro  
Por seu solo fecundado,  
Por seu clima temperado,  
Seus encantos, seu primor.  
No Brasil hospitaleiro  
Tem a brisa mais frescura,  
Tem o favo mais doçura,  
Tem os homens mais amor.

O Brasil, oh! quanto é belo!  
Se ao mês estivo, calmoso  
Já sucede o mês chuvoso,  
Cada várzea é um jardim!  
E não custa para sê-lo:  
De um dia p'ra outro dia  
Já chupa a abelha a ambrosia  
Da flor neve-carmesim!\*

Nossos leves passarinhos  
Com seus suaves gorjeios  
Nos causam gratos enleios,  
Nos geram grato cismar...  
Nos cumes ou nos raminhos  
Trinam mais que estranhas aves,  
São seus cantos mais suaves,  
Enlevam mais no cantar.

E eu gosto de minha terra,  
Que é de primores vestida,  
De sua tarde sentida  
Qual donzela a suspirar.  
Tudo que é bom ela encerra:  
Donaire, graças, encantos,  
Às vezes — saudade, prantos  
Suspiros de muito amar.

Vale muito uma saudade,  
Um suspiro, um terno pranto;  
Às vezes exprimem tanto...  
Quantas vezes: - doce amor!  
E eu gosto de uma saudade,  
Gosto das lágrimas puras,  
Que exprimem nossas venturas  
Entre suspiros e dor!

Viajando do Piauí para o Ceará - 1854.

### **J. CORIOLANO DE S. L.**

\*Nas várzeas do Piauí e do Ceará há uma raiz bulbosa, vulgarmente chamada *cebola brava*, que depois de dois dias de chuva, germina e ostenta-se com um talo mui delgado e flexível, cousa de um palmo, coroadado com uma florzinha muito bela; e aparece em tanta quantidade, que dá a uma várzea, toda inchada pelos vegetais que estão surgindo á face da terra, e já sombreada pela verdura, uma perspectiva sobre modo agradável.

Muito admiro a presteza com que nasce, cresce e floresce a cebola brava!

# SOLIDÃO

Eu amo a solidão! - aqui meu peito  
Eu sinto dilatar-se, e ter mais vida;  
Aborreço os salões, onde se mente,  
Onde a voz, que se falia, é voz fingida.

Que valem meigos risos sedutores?  
Que valem frases, que não vem do peito?  
Eu amo a solidão! - dos seus eflúvios  
Eu sinto dentro d'alma o puro efeito.

Zombe embora de mim a turba insana,  
Que vive nos prazeres engolfada,  
Eu olho-a sobranceiro, como o cedro  
Olha a frágil vergôntea soçobrada.

Amável solidão, quanto eu te amo!  
Amor, pureza, encantos, tu resumes;  
Só tu me dás alívio ás minhas mágoas,  
Em ti vivo de amor e de perfumes.

Nas graças naturais, que te circundam,  
A ideia do infinito em ti contemplo;  
E' teu solo um altar da Divindade,  
Teu céu azul, diáfano é o templo.

As aves, que modulam seus gorjeios,  
São anjinhos na terra, que desencantam,  
As flores, que perfumam teu espaço,  
São incensos a Deus, que se alevantam.

Quando o mundo real meus olhos viram,  
E o vagido primeiro dei a terra,  
A sorte impiedosa disse: “Vai-te!  
Sê poeta, padece, chora e erra.”

E eu tenho padecido e hei chorado,  
E minha vida há sido sempre errante;  
Sou como a folha, que o tufão arrasta,  
Sou como o echo de choroso amante.

Cumprirei minha sina como as aves,  
Que solitárias vivem pelas selvas,  
Como a flor inocente, peregrina,  
Que nasce, cresce e murcha junto às relvas.

Cachoeirinha (Icó) 1856.

**J. CORIOLANO DE S. L.**



# APÊNDICE

Artigo “Crônica Geral” do Jornal *A Reforma: Órgão Democrático Rio de Janeiro*, Sábado 1º de abril de 1871, Nº 73, Ano III

## Crônica Geral

Na capital da província do Maranhão foi publicado um volume de poesias do falecido Dr. José Coriolano de Souza Lima.

Intitula-se o livro *Impressões e Gemidos* a encerra muitas páginas de valor artístico. O Dr. Coriolano era um poeta do merecimento e versificava com elegância.

Foi revisor da obra o falecido latinista Sotero dos Reis, juiz insuspeito o que sobre ela assim se exprimo em uma carta dirigida ao editor da obra.

São estas as palavras do sábio maranhense, e com elas rematamos esta notícia:

“Corrigi a folha sexta pelo autógrafo do autor, o qual V. S. devia ter-me mandado desde princípio, e como qual cotejei a prova três vezes; por isso deve ser emendada na

imprensa tal qual. O mesmo farei com as outras folhas que se reimprimirem.

A ortografia do autor é mui simples, apropriada e poética. Até hoje só me têm vindo cópias, pelas quais apenas podia fazer dela uma aproximada e imperfeita ideia, quando a nossa ortografia não está ajuda sujeita a regras invariáveis, como sabe.

De posso d'este precioso autógrafo, pois o poeta é um verdadeiro poeta e de mui sabido mérito, asseguro lhe que as folhas reimpressas hão de sair a contento do quem manda fazer a reimpressão.”

## Consideração de O. G. Rego de Carvalho sobre a edição da obra *Deus e a Natureza* em José Coriolano\*

A seção se chamava “De critério”

“Por se tratar de assunto piauiense, melhor que eu dirigisse a carta a um dos jornais de Teresina, não fosse o comprometimento deles a favor ou contra o Governo do Estado. Daí por que tomo a liberdade de escrever ao JB, até porque o faço na defesa de princípios consagrados na legislação brasileira.

A recente lei dos direitos do autor, na definição dos direitos morais, obriga o editor a fazer constar da obra o nome, pseudônimo ou sinal convencional do autor, e o título do trabalho sem qualquer alteração.

Pois o Governo do Piauí, no intuito de divulgar livros de autores falecidos (O que é louvável), confiou a tarefa ao presidente da Academia Piauiense de Letras, prof. A. Tito Filho, e este, sem atentar para aqueles princípios, vem publicando as obras, na editora do Governo, com alteração do título e até do autor.

Pasmem os leitores do augusto JB. Cito apenas um caso: J. Coriolano (assim era como assinava, em vida, José Coriolano de Sousa Lima) deixou pronto, para edição póstuma, feita em 1870, um livro de versos – **Impressões e Gemidos** – ora reeditado numa coleção de monografias (!), com o seguinte título constante de capa, frontispício e de 284 páginas: **Deus e a Natureza em José Coriolano**, autor A. Tito Filho. De autoria deste, contém o livro uma página dizendo que não foi a intenção dele alterar – e alterou – o nome da obra, uma dedicatória impressa e um glossário.

J. Coriolano, o autor falecido, ficou em segundo plano, pois o autor do glossário aparece em todas as páginas como autor do livro. E assim é com vários trabalhos de autores piauienses, reeditados sob os auspícios do Governo do Estado.

O. G. Rego de Carvalho – Teresina”

\*Publicado em primeira página do *jornal do Brasil* do Rio de Janeiro na edição de 28 e março de 1974, que tinha como diretora presidente a Condessa Pereira Carneiro

## **Agradecimentos do jornal *O Ensaio Filosófico Pernambucano* ao poeta J. Coriolano**

*“Agradecemos cordialmente ao Sr. José Coriolano de Souza Lima o nobre apoio, que sempre se dignou prestar ao Ensaio Filosófico. Ainda desta vez o distinto acadêmico, apesar de seu estado valetudinário acordo com a bondade, que nunca o desampara ao nosso reclamo, dando-nos uma de suas mimosas e sentimentais produções poéticas, a qual se encontra neste periódico.*

*Quem sabe quais os sofrimentos físicos por que tem passado e está passando o Sr. José Coriolano, não pode deixar de possuir-se de admiração pelo seu heroico sacrifício às letras.*

*Em verdade é pena, que a uma inteligência tão robusta falte um corpo são. Com a abertura da Faculdade principiaram os trabalhos do Ensaio Filosóficos.”* - Publicado no Jornal O Ensaio Filosófico Pernambucano: Periódico Científico e Literário. “Avante e sempre!” Ano II., Julho de 1859, Nº 4.

# **Sociedade Acadêmica Atheneu Pernambucano**

Presidente Honorário - O Ilmo. Sr. Dr. Joaquim Vilela de Castro Tavares.

Presidente Efetivo - O Sr. Fernando Alves de Carvalho.

Vice-Presidente - O Sr. Henrique Pereira de Lucena.

Comissões especiais:

Direito, Ciências Sociais, Filosofia, História/Geografia, Literatura e Poesia. Os Srs. - José Coriolano Souza Lima, Antônio Baptista Gitirana Costa e José Manoel de Freitas.

Correspondência dirigida ao jornal *O Liberal Pernambucano* e publicada na edição do Ano III, Quarta feira, 5 de Julho de 1854.

Srs, Redatores,

Não tendo o Diário de Pernambuco querido aceitar a correspondência infra, porque nela falo com a franqueza de que sou capaz, contra o mau hábito do seu correspondente de somente narrar fatos que dizem respeito aos seus inimigos e desafetos, e nunca dar penada gente sua, recorro por isso, Srs. Redatores a sua patriótica folha, e espero ser acolhido; devendo a dita correspondência ser publicada do mesmo modo porque foi oferecida ao Diário, Pelo que, Srs. Redatores, lhes ficará eternamente agradecido

Seu atencioso leitor e afetuoso criado.

Olinda, 1 de julho de 1854.

José Coriolano de Souza lima.

Se, guiado pelos princípios de honra de e equidade, é pelo amor que consagro ao pequeno torrão em que soltei o meu primeiro vagido, não julgasse de meu mais rigoroso e sagrado dever aparece diante do ilustrado público Pernambucano com a advertência ou reflexão que vou fazer, e que premente exporei, nunca, por certo, Srs. Redatores, meu nome se inscreveria em uma das colunas de seu mui conceituado jornal porque, além de ser totalmente desconhecido desta província, acresce que me faltam habilitações de escrever para o público duas linhas que mereçam, pelo lado científico, ser lidas; mas, como disto não se trata, e nem eu temo censuras, porque a minha questão não é de ciência; e somente tenho de fazer conforme permite minha fraca inteligência, um breve juízo ou reparo, atento-me a pedir a benévola atenção do público.

O correspondente do Piauí, existente na Teresina, tem-se-me em suas correspondências, insertas nesta folha, revelado não como devera ser - sincero e justiceiro; - porém desleal, injusto e malédico - no último ponto; servindo-se de suas ditas correspondências como do mais pronto canal, em que derrama toda sua *bilis* e rancor contra seus inimigos; já querendo (de balde) ofuscar perante as vistas do público o mérito - em todo o Brasil reconhecido - do meu nobre, talentoso e honrado patrício o Sr. Dr. Casimiro José de Moraes Sarmiento ;já indispondo o público contra o Rvm. Dr. Luiz Lopes Teixeira, a quem pretende ridicularizar, chamando o padre veneno; já envolvendo no pernicioso véu do esquecimento os inumeráveis e execrandos feitos dos moquecas seus amigos; e já finalmente fazendo a todo o momento reviver essa ideia terrível, e em parte mentirosa, de malvadeza, que se há disseminado contra os Melos do Príncipe Imperial, pelos seus mais encarniçados inimigos.



Eu ignoro, Srs. Redatores, quem seja esse correspondente; mas, em todo o caso, não tenho o mais pequeno vislumbre de receio em afirmar - que ele é algum dos mais emperrados saquaremas do Piauí, antagonista decidido do benemérito Sr. Dr. Moraes Sarmiento inimigo contumaz e odiento dos meus desgraçados parentes Melos, protetor acérrimo e gostoso dos excomungados moquecas - assassinos monstruosos dos meus infelizes primos e amigos padre Ignácio Ribeiro e Mello e Sebastião Ribeiro e Mello, e de outras muitas desgraçadas vítimas que furão imoladas no altar da perversidade ao sangrento deus de seus cultos, a esse deus que lhes torna as ressequidas entranhas insaciáveis do sangue de seus semelhantes: e a final - algum dos mais gratuitos inimigos do Dr. Luiz Lopes.

E no Príncipe Imperial, onde infelizmente moram os réprobos, os excomungados vitandos - assassinos do padre Ignácio, onde tem o padre Luiz Lopes com uma resignação Evangélica; arrostando os mais eminentes perigos onde se lhe tem feito várias emboscadas, de que ele e outros inocentes tem escapado, com o fim de dar-se-lhe o mesmo destino que a seu tio padre Ignácio; onde já o esperarão para o mesmo fim em uma missa, que pretendia celebrar de madrugada, e de que milagrosamente escapou, sendo avisado (note-se bem) por um moqueca ou entidade sua, que ainda se lembrava que existia inferno; onde - até o tem querido envenenar no ato da Consumação do Santo Sacrifício! (donde provavelmente procede o nome de padre veneno com que o correspondente mimosea-o.) e onde finalmente os famigerados - moquecas, Paivas Bezerras, Melos Falcões e emas (refiro-me ao excomungado, sacrílego e simoníaco padre Antônio Ricardo d'Albuquerque Cavalcante, célebre por todos estes atributos que lhe dou e a que tem direito incontestável ) apresentam matéria para folhas e folhas; tanto por serem muito mais malvados que alguns dos Melos, como porque, estando agora dando as

cartas no P. Imperial, mercês a política, tem praticado atos criminosos de toda a natureza, não obstante já pesar-lhes sobre as fronteiras, enegrecidas pelo selo de suas torpes façanhas, uma excomunhão vitanda e a mais indelével noção proveniente de muitos homicídios, dos quais ainda se não quiseram purgar, nem destes nos tribunais é nem daquela ás portas do Templo do Senhor!

Ora, se os *moquecas* e sua súcia estão frequentemente a praticar no P. Imperial e em outros pontos da província e do império crimes que repugnam a referir-se; se Joaquim Moreira, um dos apunhaladores do padre Ignácio, dos comedores de seu sangue com doce! (parece incrível! - horrorosa!) é, por miséria, deputado á provincial Piauiense, e o que se acha preso na cidade de Sobral por esforços do incansável Dr. Luiz Lopes que, como procurador da miserável viúva, cujo pobre marido foi espingardeado por esse antropófago, conseguiu metê-lo na cadeia; se mil outros fatos que constantemente se sucedem e reproduzem no P. Imperial mereciam ser comemorados pelo seu correspondente, Srs Redatores, porque, pois, ele, quando trata daquele ponto, olvida-os e somente não despesa de abocanhar a reputação do Dr. Luiz Lopes sacerdote comedido, e de fazer frequentemente menção de 3 pobres Melos que, tendo apenas usado do que entendiam ser direito de represália, - por isso se acham há quase 4 anos sofrendo todas as consequências de uma prisão imunda, segregados da sociedade, onde influíam, ao passo que os matadores de seus sobrinhos, tios, irmãos e pai transitam impunes por todo o município e até pela capital! - não obstante acharem-se marcados pelo ferrete dos mais degradantes delídelos, sem encontrarem (tal é a sua estrela!) um caridoso correspondente que lhes conte em boa prosa os memoráveis leitões, assim como eu - em parte e

mui superficialmente - o estou agora fazendo em termos próprios de quem nunca lidou com o respeitável público e com os tipos?

- Não posso compreender!

Não me recordo, Srs. Redatores, já ter lido uma narração qualquer de seu correspondente em que se mencionassem leitões de gente sua; se li - seria porque mente não me lembro; mas digo-lhes com a sinceridade, de que sou capaz, que só no P. Imperial ele achava muita coisa dos moquecas; porém é que ele gosta dos moquecas... alguém dirá: - É porque nada tem a relatar por nada obrarem eles digno de censura.

- Não, que depois que aqui cheguei, tenho sabido por meus amigos e pessoas desinteressadas muita novidade que devera antes ser arquivada - que o título de padre veneno ao Dr. Luiz Lopes.

Senhores Redatores - Qual será o homem que -; impassível - não pune pelos seus semelhantes, maxime-se, sendo vilipendiados, lhes assiste razão?

Qual será o homem que não escreva algumas palavras em prol da inocência a despeito de ver sempre ela triunfar cedo ou tarde?

Eu, pois, nada mais faço, do que pugnar pelos meus semelhantes detraídos, e conseguintemente pela inocência, com quanto saiba que seu triunfo - só por si - é infalível.

A final, Srs. Redatores, devo concluir a minha mal traçada correspondência, ou como quiserem chamar; mas é-me necessário ainda dizer - que meu intento é tão somente mostrar ao público que o correspondente do Piauí não é justo em suas exposições, com as quais pretende, por sem dúvida, prestar relevantes serviços ao partido de que é membro: que quanto diz relativamente ao P. Imperial é em parte inexato, principalmente se atender que ele fala como cego partidário

e quiçá um dos chefes do seu partido ali: que acerca do Dr. Moraes Sarmiento quanto diz reverte na mais solta e imprudente temeridade, porque estou inteiramente convencido que não poderá nunca competir com ele em coisa alguma, sendo talvez levado a semelhante arrojo contra tão distinto brasileiro pela inveja que certamente o rala, pois o Dr. Moraes Sarmiento não é somente conhecido no pequeno Piauí - o conhecimento que dele se tem se estende a mais alguma cousa. e por fim, que reconheço alguma razão no Sr. correspondente quando trata do Dr. Luiz Lopes, porque esse sacerdote tem d'algum modo, é verdade que poucas vezes, tal é o cinismo da época, sabido malograr muitos dos tenebrosos planos de seus inimigos ; e mesmo porque diz mui ingenuamente - que daria a própria vida para arredar de poucos membros de sua família alguma mácula que adquirirão, mão grado seu, além de solenemente assegurar aos malvados que não teme ter a sorte do tio ; e de ser incansável em propagar pela imprensa a maldade e barbaria de seus inimigos com todas as suas horrorosas cores.

Dignem-se Srs, Redatores, dar publicidade a estas linhas, com o que muito me obrigarão. Elias não são mensageiras de termos ridículos, e nem eu digo injurias contra o correspondente de Ss. Ss.: chamo-o injusto e malédico porque merece: aos matadores do padre Ignácio dou os epítetos que lhes cabem de monstruosos, réprobos e excomungados: ao padre em a chamo excomungado, sacrílego e simoníaco, porque milhões de vezes o merece esse verdadeiro discípulo de Simão Mago, esse homem tão perverso como a perversidade! O Sr. Bispo do Maranhão mandou declarar excomungados a todos os assassinos que compuseram a escolta que roubou a vida e dinheiro do infeliz padre Ignácio; não sabendo porém eu a razão ou por que milagre a excomunhão foi manda, da tirar a vapor, como alguém mui apropriadamente disse, não segundo o rito admitido, porém mediante o Sacramento da penitencia e nada mais!!

E assim mesmo poucos se tem aproveitado dessa mais que benigna caridade do meu Prelado, o qual, não prevenindo a respeito, concorreu para que o muito virtuoso vigário do p. Imperial Antônio

Cavalcante de Macedo e Albuquerque se tenha visto em estreitíssimas colisões sem poder expelir da casa do Senhor, em quase todos os domingos e dias festivos, esses excomungados, que não cessão de poluir-o com suas presenças;

E tudo isto se preveniu perante o Exm. Sr. bispo!....

Permita-se-me perguntar a quem entender da matéria: pode-se consentir que os assassinos de um sacerdote, excomungados *ipso facto*, comuniquem com os fiéis, ouçam missa e assistam ás mais cerimônias religiosas? - Decida o público.

Senhores Redatores, peço-lhes me desculpem por me haver de alguma maneira desviado do meu propósito.

Sou com a possível consideração e respeito - de Vs. Ss. atento leitor e servo reverente

**José Coriolano de Sousa Lima.**

Olinda, 28 de junho de 1854

# Gazetilha

Jornal A Constituição: Órgão do Partido Conservador. Belém do Pará. Sábado, 31 de agosto de 1878, Ano V, N. 195.

A família Mourão - colega da Boa Nova, publicou hoje o seguinte artigo:

Insultos. - O Conselheiro Tito Franco trocou as luvas de pelica, que trouxe da corto, pelo guante de ferro. O alvo predileto de suas verrinas é o redator principal da Boa Nova.

Eis as injúrias escritas no Liberal de ontem:

... “Gangrenado é o sangue Mourão, assassina é a família Mourão.”

Injúrias desta ordem não podem ter resposta condigna na imprensa, outro devia ser! O meio de desafrontar-nos de tão pungentes insultos...

Mas a educação religiosa, que recebemos, aconselha-nos o perdão de tais doestos; e só os reproduzimos para mostrai, ao publico o grão de alucinação, a que tocou o Liberal do Pará.

Não podemos nem devemos retaliar. A família do Sr. Tito Franco e de seus companheiros de relação nos mereceu sempre muita consideração, pois não tem ela culpa dos desvarios de um ou outro de seus membros.

Em nosso periódico nunca consentiremos e as famílias ele nossos adversários sejam atadas ao poste da difamação; como acaba de fazer a gente ao Liberal do Pará com a família Mourão.

A ação feia fica com quem a pratica.

A família Mourão não é, nem foi assassina. Se alguns membros desta família tão numerosa no Ceará e Piauí cometeram atos de violência, quando nos nossos sertões não

se atribuía a justiça, sendo muitas vezes necessário aos ofendidos. O recurso aos meios extraordinários por falta absoluta dos legais, isto não admira e facilmente se compreende.

O que é, porém reprovado é que atualmente com o nosso estado social mais adiantado, se mande friamente em dar; cidadãos pacíficos pelo interior da província, com o único fim de deter-se um assento na câmara temporária.

Que homens sem letras, no momento da paixão, e quando a força das armas decidia as questões de honra, tenham concorrido para o derramamento de sangue, ainda uma vez não admira. Mas o que espanta é ver bacharéis formados, no estado atual de nossos costumes, capitanearem grupos de desordeiros e mandarem executar dentro dos próprios templos planos sanguinários.

A família Mourão não é assassina; é infâmia qualificá-la assim. Se o redator principal da Boa Nova merece vossas injúrias, não vos doa a mão, cumpra vosso fadário; mas insultar-lhe a família para tomar uma vingança mesquinha é procedimento sem nome que nada poderá justificar.

Demais, o vosso insulto pesa sobre os que hoje dormem no pó dos sepulcros. Desenterrar os mortos é imitar a ferocidade da hiena.

Esta família, a quem insultais conta em Ceará, Piauí e Maranhão muitos membros que militam nas fileiras do partido liberal, e estes ficarão sabendo o que é o partido liberal do Pará.

Em Pastos-Bons (província do Maranhão) os cunhados e um irmão do redator principal da Boa Nova são liberais, e pertencem ao sangue gangrenado, a família assassina. - O Dr. José Coriolano de Souza Lima, que foi um dos liberais proeminentes de Piauí, pertencia ao sangue gangrenado a família assassina.

O Dr. Manuel Ildefonso de Souza Lima, que foi redator principal da Imprensa (órgão liberal da Teresina), hoje juiz de direito de Saboeiro, pertence ao sangue gangrenado e a família assassina.

Os Feitosas do Inhamus (província do Ceará) são todos liberais e estão intimamente ligados ao sangue gangrenado e a família assassina.

A família Castello Branco do Piauí, toda liberal, embora em grão mais distante, possui também o sangue gangrenado da família assassina.

A família Souza Lima de Príncipe Imperial (província do Piauí) possui em grão muito próximo o sangue gangrenado da família assassina.

O Dr. Joaquim Felício do Almeida e Castro, atual candidato á deputação geral pelo partido liberal do Ceará, é da família Feitosa, tem, por conseguinte em suas veias sangue gangrenado e pertence à família assassina.

O finado Dr. Nascimento Feitosa, foi festejado chefe do pari ido liberal em Pernambuco, tinha também sangue gangrenado e pertencia à família assassina.

O insulto grosseiro do Liberal não atinge somente o redator principal da Boa Nova, mas a muitos dos que trabalharam e ainda trabalham pela vitória da causa liberal. Basta. A imprensa liberal de Maranhão, Piauí e Ceará, certo não fará coro com o Liberal do Para, e reprovará o infame baldão atirado injustamente a uma família numerosa e respeitável.

Falais em retaliar. É isto um miserável pretexto. Acusações feitas em geral ao governo não atingem aos indivíduos e ás pessoa? Em nossos artigos não individualizamos a ninguém.



## Um poeta do norte\*

Poucos dos nossos escritores revelam tão entranhável sentimento ao norte, como o poeta, piauiense Dr. José Coriolano de Souza Lima, infelizmente falecido em 25 de agosto de 1809. São do norte o são caráter, costumes, crenças; tem a expressão, antes direi a alma, daquela região, nas ideias, os assuntos, a vida que ele canta nos seus versos. O inverno ou a seca, o gado, os campos de criação merecem-lhe fieis descrições. Pode dizer-se que no seu livro está perfeitamente desenhado o Piauí, não digo tudo, está fotografada toda a zona sertaneja onde domina a nossa indústria pastoril.

Os costumes sertanejos ainda não tiveram ali tão dedicado desenhista. O poeta sente satisfação em descrever aqueles espetáculos, em entrar na fisiologia daqueles dramas.

Desde a faculdade do direito do Recife, em que se graduava de bacharel a 6 de Dezembro do 1859, não manifestou ele outra paixão nas letras. Nos primeiros jornais acadêmicos do seu tempo, *Ateneu Pernambucano*, *Arena*, *Clarim Literário*, *Ensaio Filosófico*, *Revista Acadêmica*, seu nome aparece assinando escritos em que é exaltada a vida piauiense.

O hábil e ilustrado comprovinciano que lhe prefaciou o livro póstumo - *Impressões e Gemidos*, o Dr. D. Caldas, escreve:

“Nesse ano (1859) formaram-se na faculdade de direito do Recife três moços poetas, que muito se haviam distinguido entre os Seus colegas: José Coriolano de Souza Lima, natural do Piauí; Pedro de Calazans, filho de Sergipe; e Franklin A. de M. Doria, que viu a luz na primogênita de Cabral.”

O ilustrado biógrafo exprime uma verdade. Quem escreve as presentes linhas, matriculando-se então no curso de direito, ainda pode alcançar na academia os ecos da nomeada dos três talentosos trovistas.

Mas como é passageira e como são frágeis e curtos os louros provincianos! José Coriolano foi posteriormente juiz municipal, juiz de direito, membro da assembleia legislativa de sua província, sempre estimado pelos piauienses, como fora na faculdade pelos condiscípulos e até pelos lentes; Falecendo pobre, destino entre nós reservado ao homem de letras e ao magistrado, toda a imprensa da província referiu-se ao seu passamento nos mais honrosos termos. Dois amigos muito distintos, o já mencionado Dr. Caldas e o Dr. M. J. de Freitas, ex-deputado geral, ex-presidente de província, e atualmente juiz de direito no Recife, ao qual foram recentemente concedidas as honras de desembargador, resolveram, em homenagem póstuma ao seu comprovinciano e amigo, contribuir para dilatar a sua honrosa nomeada, este fazendo as despesas da impressão das poesias de José Coriolano, aquele prefaciando o livro - resolução que se não deixou esperar.

Apareceu livro em 1870, A impressão é nítida, direi até irrepreensível, o que deixará de parecer exageração, desde que se saiba que foi o livro impresso no Maranhão, sob as vistas de Belarmino de Matos, este benemérito artista, cujo nome a classe tipográfica deverá ter no livro de ouro em que registra as suas glórias.

O livro tem 302 páginas em 4ª grande. Traz um ótimo retrato do autor, litografado na imperial litografia de S. A. Sisson. Compõe-se de uma introdução, sessenta poesias líricas. O poemeto sertanejo em três cantos - *O touro fusco*, e notas. Essa introdução é um miúdo e belo estudo sobre a vida do poeta; as poesias e o poemeto oferecem originalidade e encanto que cativara. Não falta nem aquelas nem a este, o colorido que o sentimento da verdade grava nas produções naturais.

Pois bem. Perguntai aos literatos desta capital se conhecem esse livro, e talvez um ou outro, quando muito, por exce-

ção, possa dar notícia dele. Na corte não se pensa no movimento literário das províncias. A nossa corte erudita pôde dividir-se em duas: uma é Lisboa, a outra, que constitua a quase totalidade, ó Paris. Data de pouco tempo a nossa atenção pura a Alemanha e a Inglaterra. As literaturas da América do Norte e da América latina do Pacífico e Rio da Prata são desconhecidas entre nós. O movimento literário do México e Buenos Ayres ninguém o sabe aqui. Ou livros portugueses ou livros franceses - eis os polos em que gira o nosso gosto literário.

O número dos que preferem os livros portugueses aos franceses, está hoje muito reduzido.

Dentre os nossos literatos, apontam-se os que têm nas livrarias incomoda permanente de qualquer novo livro que saia á lume em Portugal. Desde que se reconheceu: primeiro, que não é racional nem possível manter no Brasil a inculcada pureza da língua, que no próprio Portugal já se não observa; segundo, que Portugal não é um país que ensina, mas pura e simplesmente um país que aprende, como nós aprendemos, da França, Inglaterra e Alemanha; os livros portugueses tiveram a sua baixa e continuam a baixar, não digo entre os leitores (entre estes o velho reino tem, ao menos, em cada filho ausente no Brasil um leitor), digo entre os literatos, ou os poucos a quem verdadeiramente cabe este nome.

Assim divididos os homens de letras, cujas vistas vão fixar-se em centros estrangeiros, não é para admirar que se mostrem hóspedes no tocante as letras nas províncias, lei fatal do que não podia eximir-se o valioso livro de José Coriolano.

Cumpre, porém, observar que o livro foi mandado para esta corte. Em 1873 vi um exemplar na vidraça de uma das nossas livrarias. Mas passou despercebido. Morreu como tantos outros, sem leitores, sem crítica.

Não devia ser este o seu fim, porque é um dos livros maia brasileiros que temos, e, de obras póstumias, ordinariamente

frias, não conheço nenhuma que, cora a correção e pureza, mostre mais vivacidade, e tenha mais vibração.

O poeta é triste, sentimental, saudoso. Doentio e achacado desde os primeiros tempos, a vida manifestou-se-lhe mais pelo lado dos padecimento do que pelo dos gozos, que a tornam querida dos seus favorecidos.

A lágrima em Coriolano ora a expressão da realidade, não a de romantismo mórbido e piegas por escola.

Não é menos certo que é a romântica escola em que se filia o escritor. Não havia então outra no Brasil. Magalhães, Porto-Alegre, Gonçalves Dias, ganharam nomeada duradoura com o romantismo.

Ha, porém, uma corda que o poeta vibra de preferência, e com grande mestria - a da descrição. - Neste ponto realista por intuição.

Não raro, no meio de um verso harmonioso e suave, foge-lhe, pelo sentimento de grafar a verdade, uma palavra, uma frase malsoante, prosaica.

Assim, descrevendo o Crateús, conhecida ribeira do Piauí, lugar do seu nascimento, para a qual se sentia atraído por afeto filial que chegava ao extremo, escapa-lhe da pena este verso:

*“E adeus, terra, onde a alvorada  
Primeira p’ra mim raiou!  
Onde a primeira morada  
Meu pai querido assentou!  
Onde o galo, à madrugada,  
Cantando, me despertou!  
Onde, à primeira alvorada,  
Ouvi-lhe o có-rócô-cô!”*

São modelos de descrição as poesias *O Catingueiro*, *Primeiras águas*, *O velho caçador de onça*, *Canção do serrano*.

*A flor do bule bule* produções sumamente delicada e original:

*“Os cabelos de Maria  
À mais leve exalação  
Se embalançam,  
Brincam, dançam.  
Buliçosos eles são,  
Como a flor do bule-bule,  
Aos beijos da viração.*

*Quem a visse descansando  
Sua face sobre a mão  
Docemente  
Negligente,  
Dissera-a etérea visão,  
Ou a flor do bule-bule,  
Se não sopra a viração”*

Às vezes é de sobriedade inexcedível sem deixar do ser completo. Eis como na *Primeiras águas* descreve a seca e o inverno:

*“Foge, pavoroso espectro  
Maça magra e poeirenta,  
Deixa vir o guapo jovem  
Que a tudo, meigo, aviventa.”*

Nas cidades o inverno é tedioso.

Nos sertões é a bela estação, o tempo da alegria e fartura. O poeta chama-lhe meigo, porque contrasta com o verão, época da escassez: o verão ali é áspero; e, quando se converte em

seca, é a penúria e chega a ser a calamidade, morte.

*“Em teu ossudo regaço  
De medonha catadura,  
Só chilra o grilo, a cigarra,  
Só há poeira e segura.”*

São perfeitamente bem cabidos na pena de um poeta piauiense estes versos ar inverno:

*“O velho tronco lascado,  
Que tinha a seiva perdido,  
Sente as fibras se lhe incharem,  
E brota reverdecido.*

.....

*E troveja pra o nascente,  
E o tempo todo empardece,  
E a terra inchada verdeja,  
E o velho tronco enverdece.”*

Estudando a personalidade literária de Lamartine, escreve Sainte-Beuve estas palavras:

“O que domina, quer na vida, quer nos quadros de Lamartine, é o aspecto verdejante, a brisa vegetal.”

G. Sanil, duas horas antes de morrer, vendo junto a si as Sras. Lina Sand é Solange, um sobrinho e o Dr. Fabre, abriu os olhos, e, com voz fraca, mas distinta, disse: “Verdura... deixem verdura!” Penetrando o sentido destas palavras, escreveu o Rappel:

“Recordaram-se de que ela não havia gostado de terem posto no túmulo de seus netos cruz e pedra, e compreende-

ram que aquela que tanto amara e tão bem traduzira a natureza, pedia que deixassem, por único monumento, crescer a vegetação em seu túmulo.”

Repetindo a mesma ideia nos verbos enverdecer, verdejar, reverdecer, dever-se-á supor que o poeta piauiense obedece do preferência a uma lei do seu gosto, como evidentemente obedecem os dois eminentes escritores franceses?

Não. O verde de Sand e Lamartine, conquanto reflexo da natureza, tem o quer que seja de subjetivo, o exprime em parte um fenômeno fisiológico do poeta que se inspira no aspecto do meio ambiente, ou este poeta esteja na manhã da vida como estava Lamartine, quando Sainte-Beuve lhe aplicou as palavras apontadas, esteja no seu ocidente como estava o grande romancista no momento a que se refere o Rappel.

O verde de José Coriolano é uma pintura real; é um fenômeno objetivo. Verde é o nome que se dá ao inverno; era toda a zona do sertão do Norte. Não tem então a natureza ali senão uma cor - a cor verde. Os vastos campos de criação, cobertos de mimoso, gramínea vulgar, não tem outra tinta. Daí vem chamar-se Verde ao inverno, época do leite, da coalhada, dos queijos frescos em abundância. “Vai entrar o verde, estamos no verde, está acabado verde” são expressões triviais no sertão.

Na *Canção do serrano*, a qual mais conviria talvez chamar-se *Canção do plantador*, quer no fundo, quer no fundo, as ideias do poeta manifestam-se com uma realidade palpitante.

*“Eia, meus filhos, partamos,  
Vamos à serra plantar,  
Vamos as perdas passadas  
Este ano recuperar:  
Milho, arroz, feijão, farinha,  
Teremos tudo a faltar.*

*Esta noite ouvi a porta  
Muitas vezes estalar;  
Esta noite a rã esteve  
Constantemente a raspar...  
São sinais de bom inverno:  
Vamos, rapazes, plantar*

*Também reparei que à noite  
Esteve a relampejar  
Para as partes do nascente,  
Toda noite num cortar!  
É sinal de bom inverno:  
Vamos, rapazes, plantar.*

*É belo à tona da terra  
Ver-se o legume brotar;  
É belo vê-lo ir crescendo,  
Crescendo até se fechar;  
É belo em manhã serena  
Na roça se passear.*

*E quando o milho começa  
No roçado a pendoar,  
E depois de pendoado,  
Principia a bonecrar,  
E as vberdes, lindas bonecas  
Começam d'encabelar..."*

Vê-se que não está aqui o poeta erudito, sim o poeta popular, senhor dos costumes, gostos e vocabulário da multidão, para quem exclusivamente parece escrever.

No gênero descritivo, na cor que é o lado excelente do livro, nenhuma das produções de J. Coriolano excede o poeme-



to *O Touro fusco*, profundamente sertanejo, concebido com muita originalidade, revelado com singeleza graça.

É certo que algumas repetições o prosaísmo se lhe notam, algumas ideias lugares diminuem a simplicidade, que ó o tom gorai do poemeto; mas, notado, representa uma fel cópia do sertão e como inda o temos.

Está dividido em três cantos, cada um dos quais se compõe de 17 versos hendecassílabo. O assunto é simplíssimo. Canta-se um touro que venceu todos os que com ele entraram em briga, o qual veio a morrer traiçoeiramente, dando filho um fazendeiro um tiro, por vingar-se da morte de um novilho seu, que touro fusco atravessara com as pontas. Mas, à sombra deste assunto de tão pequeno tomo, o poeta tem ocasião de assinalar, com vivo colorido, a vida Sertaneja, os costumes do criador. Vocabulário, preconceitos, episódios, tudo é sumamente brasileiro, e particularmente nortista.

Sofrendo a influência do meio, o sertanejo é dado a proezas dos touros. Sabe-se que muitos bois andam celebrados em lendas e canções populares. Boi Esfúcio, o Rabicho da Geralda, e tantos outros, gozam destas honras. De que se ha do ocupar o espírito do vaqueiro, do criador, que nascem, vivem e morrera lidando com e gado, sua fortuna, sua herança, seu futuro, dote que lhes trouxe a mulher, dote que reserva as suas filhas.

*No belo Crateús, sertão formoso,  
Obra sublime do Supremo Artista,  
Num terreno coberto de mimoso,  
Está sita a Fazenda Boa Vista”;  
Do Príncipe Imperial, bravo e rixoso,  
Vila do Piauí, seis léguas dista;  
Ai, num massapé torrado e brusco,*

*Nasceu o valoroso “touro-fusco”.*

*Em certo ano do século dezenove,  
Além de peste e fome assoladora,  
No pobre Crateús nem se quer chove,  
A seca é por demais abrasadora.  
Um aqui jaz faminto – nem se move!  
Outro ali, ante a Imagem da Senhora,  
Pede, em pranto banhado, ao bento Filho  
Chuva, arroz e feijão, farinha e milho.*

Foi neste ano de peste e de carência  
Que o fusco neste mundo foi botado;  
Mas da seca terrível a inclemência  
A mãe-vaca matou-lhe: ei-lo enjeitado!  
Porem dele tratou com diligência  
O bom do criador, com tal cuidado  
Que, embora magro e feio e cabeludo,  
Foi crescendo o bezerro barrigudo.

Pouco a pouco foi ele endireitando,  
Já suas finas pontas amolava  
Na dura ribanceira, onde passando,  
Uma e outra a seu turno ele enfiava.  
Já quando algum garrote ouvia urrando,  
Cavando com a mão também urrava;  
Te que, alfim, de peloso e barrigudo,  
Tornou-se um touro belo e cachaçudo.

Na poesia Consulta e resposta, o poeta aparece sob outra face, que não é menos distinta - aparece como advogado, num traço, ou para melhor dizer num relevo encantador. Peça desculpa ao leitor de dar por inteiro a espontânea produção.

*Bom dia, senhor Doutor!  
Bom dia, senhor Soares!  
D'onde vem? “ – Dos pátrios lares,  
Desse sertão sedutor:  
Eu venho do Piauí.  
Trousse cento e tantos queijos  
Saborosos como os beijos  
Das mulatas do Poti;  
Porém, por desgraça minha,  
Fui ter a certa covinha...  
Que não direi ser de Caco,  
Pois Caco já não existe  
Onde infelizmente assiste,  
E onde tudo abarca e vende,  
Sem dar o menor cavaco,  
Um certo atravessador.  
Por fim de contas, entende  
Que, por ser grande senhor,  
Deve ao credor, bom ou mau,  
Responder sempre: babau!*

*Vendi-lhe, senhor Doutor,  
Os queijos por atacado,  
Só por trezentos mil reis;  
Venceu-se o prazo marcado,  
Fui cobrar do comprador,  
Insultou-me, - nem dez reis!  
Agora, o que hei de fazer  
Para os cobres receber?*

*O letrado empavonou-se  
Na cadeira de balanço,  
Tossiu, cuspiu, asseou-se,*

*Depois de breve descanso,  
Riscou estalante fósforo,  
Acendeu louro charuto,  
E respondeu sem mais prólogo,  
Em som grave e estilo arguto:*

*(Soares reprime o fôlego  
e prega e concentra a vista  
na boca flórida, antíloqua  
do grande e Sábio jurista:  
vai ouvir na voz harmônica  
a resposta salomônica.)*

*“Senhor soares, o caso  
Não me parece tão leve,  
Pois não o li no Parnaso,  
Nem no afamado Vanguerve:  
Porém, deixando de parte,  
Mais perluxas citações,  
Dir-lhe-ei com engenho e arte,  
Sem Pandectas sem Lobões,  
Que presto e presto demande  
O tal brejeiro e malsim,  
À casa citá-lo mande  
Por esperto beleguim,  
E citar com hora certa;  
Pois, se ele vir não o encontra:  
Mergulhará como a lontra  
Do caçador descoberta.”*

*Mas onde, senhor Doutor,  
Mergulhará, pois é fama*

*Não há lá rio ou açude?  
“Aí em qualquer palude,  
Ou nessa fétida lama  
Do brejo do tal senhor.”*

*Bom dia, senhor Doutor!  
“Bom dia senhor Soares!  
Como vai co’o devedor?”  
Em róseos, serenos mares!*

*Todos dizem com razão,  
Com sentimento ou vergonha  
Não há mais na carantonha  
De tão velhaco truão.*

*Inda usou de escapatório,  
Inda tentou mergulhar,  
Ou quem sabe? – mergulhou...  
Mas o sujeito é finório:  
Julgou prudente pagar  
Os queijos que me comprou.*

*Certificou o meirinho  
Que ele se havia ocultado  
Para não vir a audiência;  
Mas, sabendo de caminho  
Que já tinha advogado,  
Concordou co’a consciência.*

*“Agora, já que sou velho,  
Quero lhe dar um conselho:  
Quem usa vender fiado,  
Logrado bem pode ser;*

*Mas se fugir do tratante,  
Avante, pode vender.*

*Tem o tratante na cara,  
Cousa rara! Certo quê,  
Ferrete que o experiente  
Logo sente, logo vê.”*

*Sim, Doutor, para o futuro  
Protesto andar mais seguro.  
Quanto lhe devo, doutor?*

*“Eu não recebo dinheiro  
por consulta de credor  
feita contra caloteiro,  
ou contra mau pagador.”*

*Muito obrigado, Doutor*

Na fiel pintura dos costumes do norte, José Coriolano excede G. Dias, musa elegante, generalizadora, erudita, e só encontra rival em Juvenal Galeno, sumamente popular, quer na poesia, quer nos ensaios do drama o de romance, gêneros em que devera ter hoje nome tão extenso como o que ganhou na poesia, se as condições do meio onde existe, não fossem tão contrárias ao mais vasto desenvolvimento mental e literário.

**Franklin Távora\*\***

\*Pertence a série de biografias que estão sendo publicadas na *Nueva Revista de Buenos Aires*, Argentina, tomos V a VIII, 1882 -1883.

\*\*Escritor de grande vulto nasceu em Baturité/CE, 13 de janeiro de 1842. Era jornalista, político, advogado, romancista e teatrólogo.

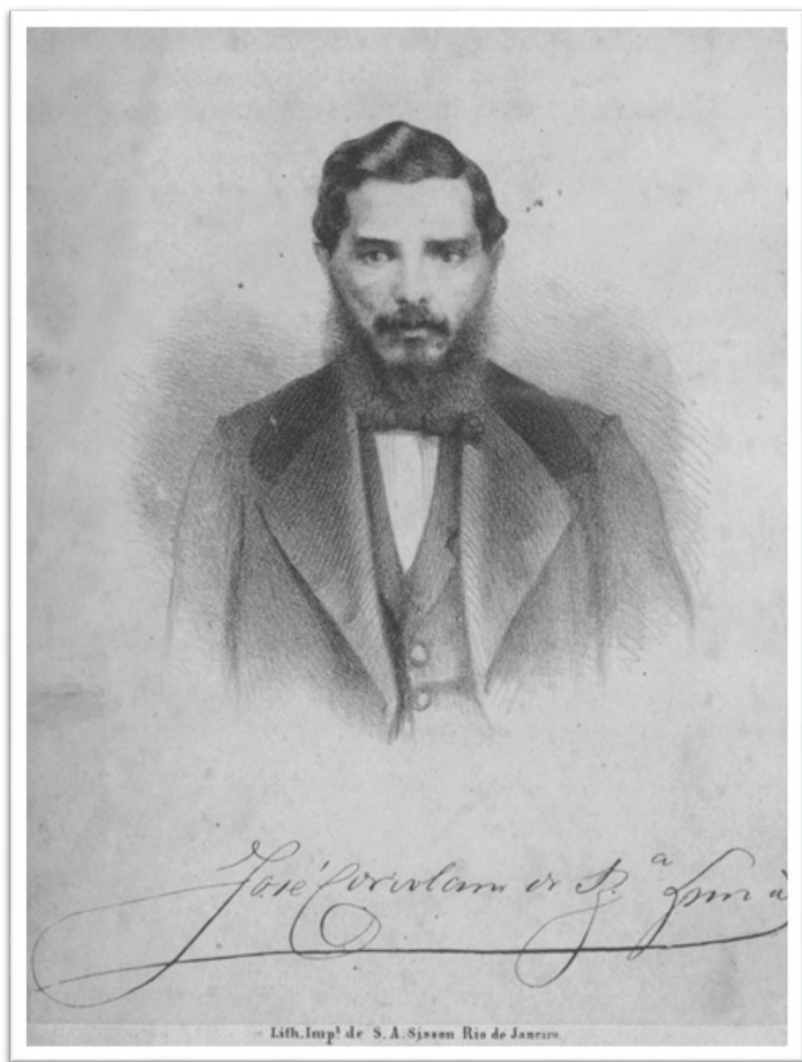
Foi autor de *O Cabeleira* (1876). Suas obras são classificadas em 2 Escolas Literárias, Romantismo e Realismo. Escreveu ainda vários outros livros: *Trindade maldita* (contos, 1861); *Os índios do Jaguaribe* (romance, 1862); *A casa de palha* (romance, 1866); *Um casamento no arrabalde* (romance, 1869); *Um mistério de família* (drama, 1862); *Três lágrimas* (drama, 1870) e outros.

Publicado no Jornal *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 13 de junho de 1883, nº 164, Ano IX.



Imagem de divulgação de sua obra *Impressões e Gemidos* em jornais do Rio de Janeiro.

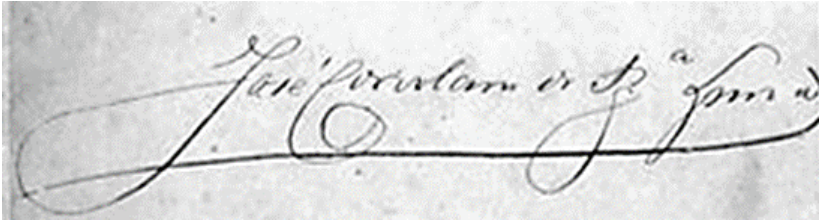




Coriolano immortalizado em litografia confeccionada por S. A. Sisson  
(Sébastien Auguste Sisson)



José Coriolano jovem.

A photograph of a handwritten signature in cursive script. The signature is written in dark ink on a light-colored, slightly textured paper. The text is highly stylized and difficult to decipher, but it appears to be a name followed by a title or rank, possibly "José ...". The signature is written in a single line with a long, sweeping underline.

Sua assinatura.



José Coriolano e sua sobrinha-esposa Maria Cisalpina, com quem teve 5 filhos.

# O ENSAIO PHILOSOPHICO PERNAMBUCANO,

PERIODICO SCIENTIFICO E LITTERARIO.

Abri do immortal templo a porta augusta  
Arcanos descerrai to qui vendados.

F. BERNARDINO RIBEIRO.



ANNO I.

SETEMBRO DE 1837.

NUMERO 2.

## ~~O homem é bom ou não segundo a educação que recebe.~~

A leitura rapida e momentanea de um manuscrito, cujo autor, que sumamente prezamos, combate o principio « o homem é bom ou não segundo a educação que recebe », suscitou-nos o desejo de produzir algumas ligeiras reflexões em favor do mesmo principio.

O publico nos desculpará ainda esta vez pelo arrojio que tivemos em fazê-lo, visto ser o ponto delicado, e digno sómente de ser tractado ou pelos mestres das sciencias sociaes, ou pelos talentos fecundos, embora novos, onde a prematuridade do desenvolvimento scientifico pôde hombrear com a verania do estudo serio e reflectido.

Em nossa humilde opinião, a sentença que vamos defender — « o homem é bom ou não segundo a educação que recebe » — não é uma sentença tão especulativa que sómente possa ser demonstrada theoreticamente, — é tambem practica, de sorte que, enquanto o raciocinio abraça-a, levado pelos motivos mais solidos e plausiveis, os factos de todos os lados se apresentam para justificá-la.

« O homem é bom ou não segundo a educação que recebe », principio este tão verdadeiro, quanto excepcional pôde ser qualquer facto isolado que contra elle se haja dado, e cuja

inexequibilidade sómente teria logar, se as maximas da verdade podessem imprimir em todos que as ouvem ou leem o caracter que lhes é proprio. Mas isso, absolutamente fallando, é impossivel no homem susceptivel de paixão, de egoismo, de erro, de fragilidade, etc.

Em theoria podemos considerar a educação de baixo de dous pontos de vista: ou cultivada em um circulo menos espaçoso, — a educação particular, ou cultivada em um circulo mais amplo, — a educação publica.

Cumpre porém notar que não queremos confundir a educação com a criação; porque, comquanto ambas tendam essencialmente ao mesmo fim, — a conservação physica e a perfeição moral do homem, — contudo, esta, a criação, denota esses primeiros cuidados e desvelos dos pais relativos á conservação de um corpo ainda falto de vigor e de agilidade, e á inoculação pausada dos primeiros ensaios ou rudimentos da religião, que pouco a pouco vão dando passagem ao conhecimento das verdades moraes; enquanto que aquella, a educação, recaindo sobre a moral e a instrução, suppõe já outros principios mais elevados e esclarecidos, outras ideias mais amplas e generalizadoras, e regras mais methodicas que sirvam de guia á razão nos escabrosos e multiplicados desvios a que muitas vezes o homem é arroja-

Texto de autoria de Coriolano: “*O homem é bom ou mau segundo a educação que recebe*” publicado em primeira capa da *Revista Ensaio filosófico Pernambucano* onde foram veiculadas muito de suas prosas.